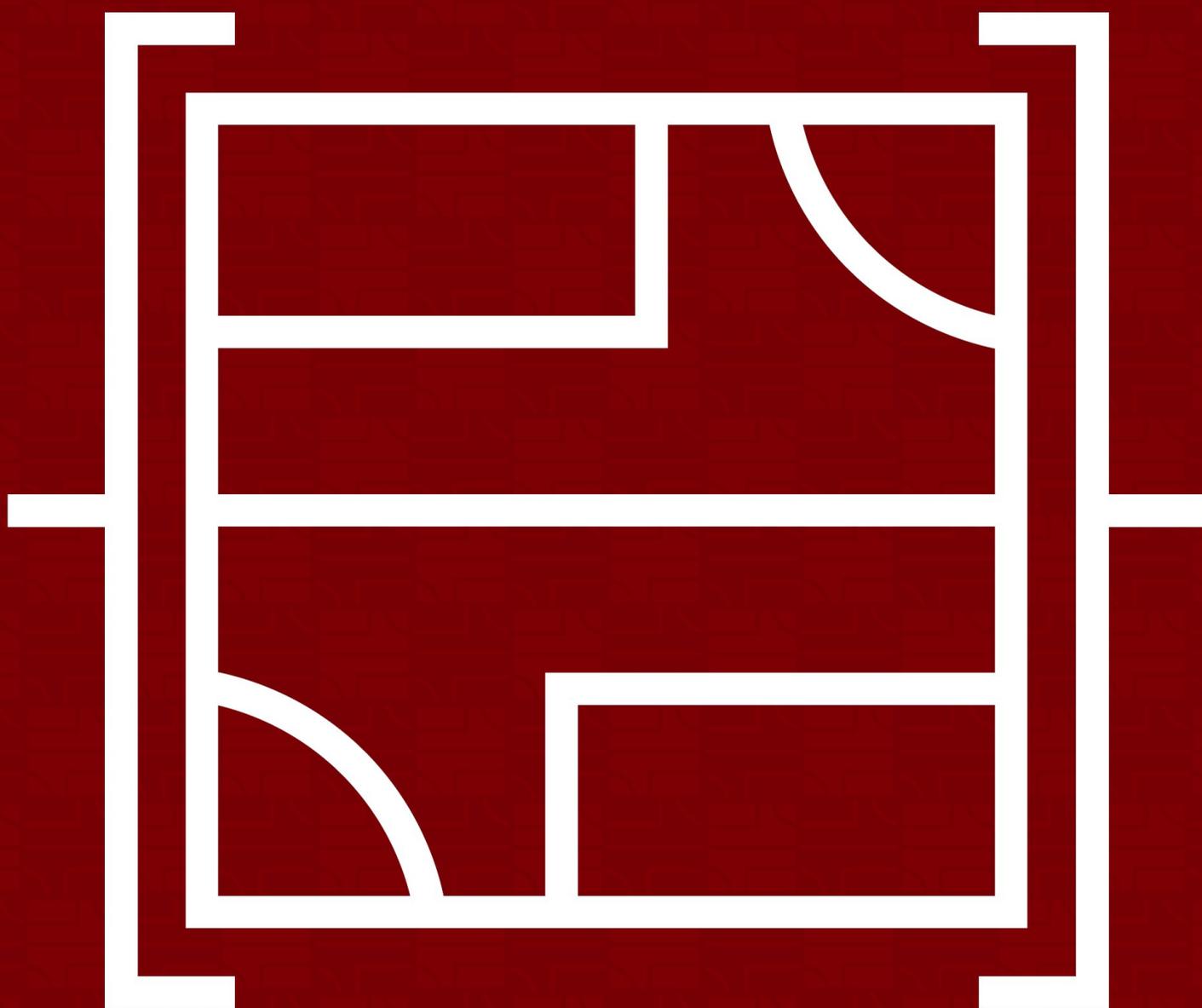


PRIMEIROS estudos

v. 10, n. 2

maio de 2023



revista de graduação
em ciências sociais



PRIMEIROS ESTUDOS
Revista de Graduação em Ciências Sociais

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Júnior
Reitor
Prof.^a Dr.^a Maria Arminda do Nascimento Arruda
Vice-Reitora

**FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS
HUMANAS**

Prof. Dr. Paulo Martins
Diretor
Prof.^a Dr.^a Ana Paula Torres Megiani
Vice-Diretora

Website

www.revistas.usp.br/primeirosestudos

E-mail

primeirosestudos@usp.br

Coordenação Editorial

Camila Corvisier
Guilherme Olímpio-Fagundes
Henrique Assi Hernandez
Tales Mançano

Corpo Editorial

Artur Damião
Camila Corvisier
Guilherme Olímpio Fagundes
Henrique Assi Hernandez
Elisa Fernandes
João Pedro G. Balanco
Lucas Fonseca
Moisés Souza
Nalanda de Vito
Rodrigo Rocha
Thamires Badu
Tales Mançano

Professores/as-Conselheiros/as

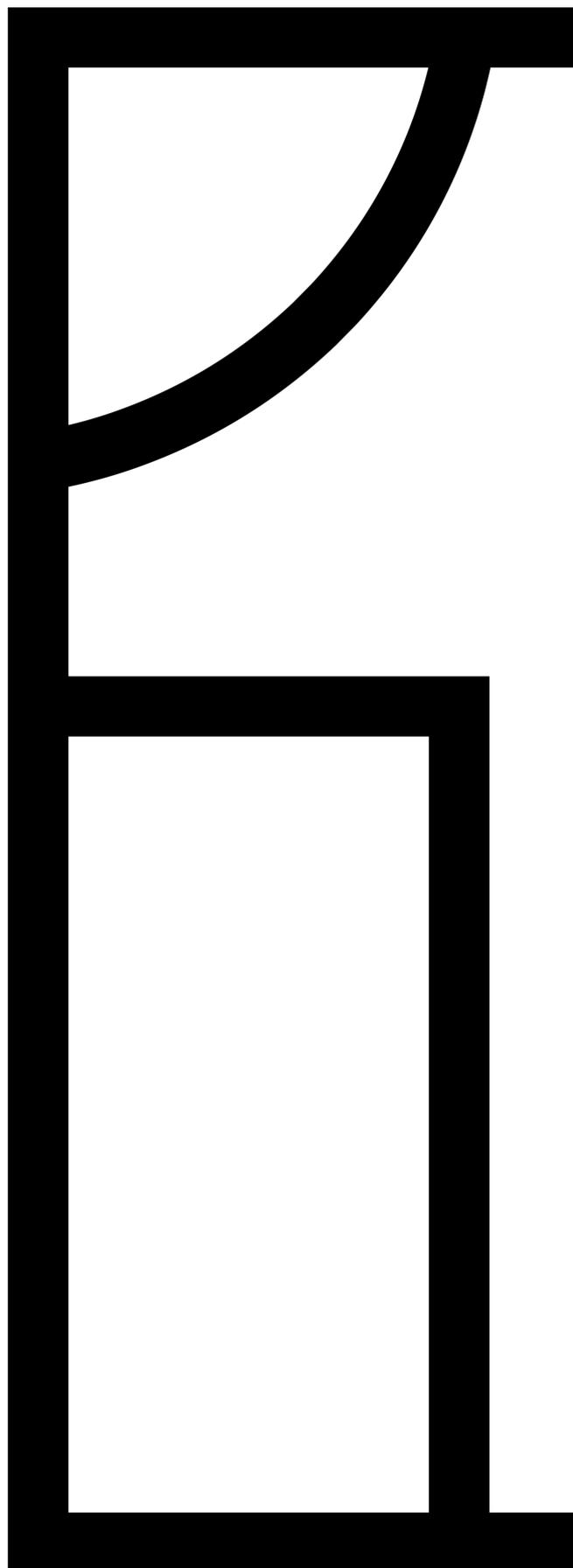
Fernanda Peixoto
Glauco Peres
Paula Marcelino

Capa e Identidade Visual

Henrique Assi Hernandez

Diagramação

Henrique Assi Hernandez



SUMÁRIO

06

Editorial

Ciências Sociais em ar rarefeito

*Ciencias Sociales en el aire enrarecido | Social Sciences
in thin air*

10

Sofia Carvalho Galvão

O papel das mulheres indígenas na construção
do conhecimento

*El papel de las mujeres indígenas en la construcción del
conocimiento | The role of indigenous women in knowledge
construction*

35

Flávia Couto e Silva

Guerra na Ucrânia

La guerra en Ucrania | War in Ukraine

59

**Ana Rafaela Oliveira | Andreia Florêncio | Bruna
Silva | Daniela Luís**

**A representação dos refugiados da guerra
Rússia-Ucrânia nos jornais portugueses**

*La representación de los refugiados de la guerra Rusia-Ucrania en
los periódicos portugueses | The representation of refugees of the
Russia-Ukraine war in Portuguese newspapers*

78

Thiago Toledo da Rocha

**O dualismo filosófico e o lugar dos brancos
conquistadores no pensamento ameríndio,
segundo Claude Lévi-Strauss**

*El dualismo filosófico y el lugar de los blancos conquistadores en el
pensamiento amerindio, según Claude Lévi-Strauss | The
Philosophical dualism and the place of the white colonizers in the
amerindian thought, accordingly to Claude Lévi-Strauss*

102

Mirian Borges da Silva

Do Feminismo Radical ao Feminismo Pró-Sexo

*Del feminismo radical al feminismo pro-sexo | From Radical
feminism to Pro-sex feminism*

124

Entrevista com Bruna Gisi

Ciências Sociais em ar rarefeito

Ciencias Sociales en el aire enrarecido...

Social Sciences in thin air...

Camila Corvisier, Guilherme Olímpio-Fagundes,
Henrique Assi Hernandez, Tales Mançano*

Nesta edição, reafirmamos o caráter interdisciplinar e a pluralidade temática nas Ciências Sociais que marcam a Primeiros Estudos (1E). Aqui, apresentamos cinco artigos originais e uma entrevista conduzida por integrantes do Corpo Editorial da 1E com a Prof^a Dr^a Bruna Gisi, socióloga e docente do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo. Os artigos desta edição podem ser sintetizados em três palavras-chave: Feminismo, Guerra na Ucrânia e Povos Ameríndios. Temas candentes, cujas interpretações demandam a confluência de diversas áreas do conhecimento, como antropologia, ciência política, sociologia, relações internacionais, comunicação, estudos de gênero, etc.

Tradicionalmente, a cada nova edição da revista, apresentamos uma entrevista com cientistas sociais de destaque, alternando entre cientistas políticos, antropólogos e sociólogos. Esta edição, portanto, representa o fechamento de um ciclo de entrevistas: em 2019, o entrevistado foi o cientista político Fernando Limongi; em 2022, após o hiato pandêmico, publicamos a entrevista com Gersem Baniwa, antropólogo; e, agora, temos a alegria de publicar a entrevista que realizamos com a socióloga Bruna Gisi. Desde a confecção do roteiro, até a condução da entrevista, trabalhamos coletivamente e, por certo, a entrevista não teria sido possível sem a generosidade e disponibilidade da Prof^a Bruna Gisi, a quem deixamos nossos mais profundos agradecimentos pelo diálogo enriquecedor.

A entrevista busca representar a própria constituição da entrevistada não apenas como cientista social, no sentido mais amplo, mas também como socióloga e como docente de sociologia no ensino superior. Integrante do Núcleo de Estudos da Violência (NEV/USP), Gisi destaca-se como socióloga da punição e da violência, tratando especialmente de temas relacionados à juventude, consolidando-se, ainda jovem, como leitura bastante interessante para quem deseja adentrar nesse campo no contexto brasileiro.

Não sem alguma dificuldade, o trabalho coletivo ao qual nos lançamos para publicar mais uma edição mostra a tentativa de, enquanto graduandos, organizarmo-nos para dar espaço ao trabalho de colegas de diversas universidades – inclusive, internacionais. Com esta edição, esperamos mais uma vez apresentar a contribuição de estudantes de Ciências Sociais para a construção de um conhecimento aberto a quem queira acessá-lo.

Esse número também é um marco da Primeiros Estudos. Editar a revista implicou em lidar com vários desafios: muitas submissões acumuladas, aprender o processo de tutela,

aprender as dinâmicas básicas da revista, pensar uma forma de dividir o trabalho no interior do corpo editorial, entre outras... Felizmente, tivemos o apoio de ex-membros da Primeiros Estudos, que proveram importante orientação sobre como dar conta de uma revista acadêmica. A essas pessoas, nossos sinceros agradecimentos.

Conforme lidamos com o intenso processo de reabilitação da revista e de aprendizagem sobre o processo de tutela e publicação no último ano, optamos por fazer desta edição um encerramento, não apenas de mais um ciclo de entrevistas, mas também de uma certa forma de publicação da revista. Assim, as próximas edições serão publicadas em fluxo contínuo. Isso garantirá uma cadência mais proveitosa na execução do trabalho editorial e na publicação da revista, beneficiando os membros do corpo editorial e os autores.

Daremos início, também, a uma nova transição da comissão editorial, admitindo colegas que irão liderar a revista nos próximos tempos. Esperamos consolidar esses avanços para que possamos deixar a Primeiros Estudos cada vez melhor estruturada e para que a revista tenha sempre um corpo editorial renovado e competente, possibilitando que novas gerações de estudantes de Ciências Sociais possam se beneficiar de uma boa revista de graduação, operando em fluxo contínuo e temática livre.

Agradecemos a todas as pessoas, autoras de artigos e pareceristas, pela participação e colaboração nesta edição, que nos permitem continuar na empreitada de publicar trabalhos acadêmicos diversos e de qualidade. Agradecemos também aos docentes do nosso curso pela sempre enriquecedora e rigorosa formação acadêmica.

Coordenação da Primeiros Estudos

Como citar

CORVISIER, Camila et al. Ciências Sociais em ar rarefeito (Editorial). *Primeiros Estudos: Revista de Graduação em Ciências Sociais*, São Paulo, v. 10, n. 02, p. 06-09. 2023. DOI: 10.11606/issn.2237-2423.v10i2pe00102101

* Autores ordenados alfabeticamente.

O papel das mulheres indígenas na construção do conhecimento

Sofia Carvalho Galvão*

Resumo: O objetivo desse artigo é entender o papel das mulheres indígenas na construção da teoria de conhecimento indígena marubo. Para isso, parte de um mapeamento da discussão de gênero nas terras indígenas sul-americanas e estabelece um diálogo com a forma como uma pesquisadora indígena trata da construção do conhecimento marubo através do saber das mulheres na produção artesanal. O artigo atesta a existência de uma complementaridade de gênero na construção da teoria de conhecimento marubo através do saber xamânico dos homens e do saber-fazer das mulheres que é mobilizado intergeracionalmente. Portanto, a principal contribuição dessa pesquisa se dá na possibilidade de pensar em uma interpretação da antropologia marubo por meio do saber das mulheres que se constitui como teoria do conhecimento.

Palavras-chave: Gênero; Marubo; Mulheres indígenas; Teoria do conhecimento.

* Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo. Contato: sofiacarvalho332@gmail.com

El papel de las mujeres indígenas en la construcción del conocimiento

The role of indigenous women in knowledge construction

Resumen: El propósito de este artículo es comprender el papel de las mujeres indígenas en la construcción de la teoría del conocimiento indígena Marubo. Para ello, parte de un mapeo de la discusión de género en territorios indígenas sudamericanos y establece un diálogo con la forma en que una investigadora indígena aborda la construcción del saber marubo a través del saber de las mujeres en la producción artesanal. El artículo da fe de la existencia de una complementariedad de género en la construcción de la teoría del conocimiento de Marubo a través del saber chamánico de los hombres y el saber hacer de las mujeres que se moviliza intergeneracionalmente. Por tanto, el principal aporte de esta investigación se da en la posibilidad de pensar una interpretación de la antropología marubo a través del saber de las mujeres que se constituya en una teoría del saber.

Palabras clave: Género; Mujeres indígenas; Teoría del conocimiento.

Abstract: The subject of this article is understanding the role of the indigenous women in a construction of the marubo knowledge. For this, the article starts with a map of the gender discussion in the lowlands and produces a dialog of the way that a indigenous woman researcher talks about a marubo knowledge construction through the woman's expertise in a handmade production. The article shows the existence of a gender complementarity in a construction of a marubo knowledge theory through xamanism expertise and the women knowledge-practice intergenerational mobilization. Therefore, the principal contribution of this research is thinking about an interpretation of marubo anthropology through women's knowledge that is constituted as a knowledge theory.

Keywords: Gender; Indigenous Women; Knowledge theory.

Introdução

Essa pesquisa parte de duas constatações: a subnotificação do saber das mulheres como parte da teoria de conhecimento indígena no campo de estudos sobre as terras baixas sul-americanas e a emergência no século XXI de novos protocolos de escrita etnográfica consolidados entre pesquisadoras/es indígenas e antropólogas/os. A discussão de gênero surge como parte importante na construção dos corpos, bem como na organização política e social desses coletivos, já que alguns estudos mostram que a construção do gênero faz parte do processo de construção da pessoa. No mesmo grau de importância está o recente processo de elaboração conjunta de etnografias entre pesquisadores indígenas e antropólogos, cada vez mais recorrente na antropologia. Desta forma, esse artigo busca entender o papel das mulheres na construção da teoria de conhecimento indígena em diálogo com a forma como pesquisadoras indígenas tratam desses temas.

A relevância das discussões de gênero nas pesquisas etnográficas com indígenas das terras baixas sul-americanas surge diante de uma invisibilidade das mulheres nas etnografias indígenas e a prevalência de um viés masculino nas pesquisas (LASMAR, 1999). Belaunde (2006) afirma que pensar o xamanismo - predominantemente tratado como campo masculino - separado das relações entre homens e mulheres, bem como a administração do sangue menstrual, a partir do protagonismo dos conhecimentos das mulheres, é uma “amputação de sua amplitude” (Ibid., p. 233). Além disso, a partir da constatação de que as noções ligadas a corporalidade e construção da pessoa são algo básico nas sociedades indígenas sul-americanas (SEEGER; DA MATTA; VIVEIROS DE CASTRO, 1979, p. 10), a necessidade de entender como o gênero opera nesses contextos se faz de extrema importância.

Diante disso, o objetivo desse artigo é entender o papel das mulheres na construção da teoria de conhecimento indígena marubo através de um mapeamento dos estudos de gênero nas etnografias das terras baixas sul-americanas. Para isso, o artigo está dividido em três partes: a primeira parte trata da discussão de gênero desencadeada por Marilyn Strathern (2017) sobre a Papua Nova Guiné que chega às terras baixas sul-americanas através do trabalho de Joanna Overing (1986) e de seus alunos; na segunda parte, por meio de um diálogo com uma pesquisadora indígena marubo, busca-se entender as formas de construção de conhecimento das mulheres marubo; e, por fim, na terceira parte, será discutida a teoria de conhecimento marubo através do saber das mulheres.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que busca mapear a discussão de gênero nas etnografias das terras baixas sul-americanas, bem como investigar a forma como as questões do conhecimento das mulheres indígenas aparecem na dissertação da pesquisadora indígena Nelly Barbosa Duarte Dollis (2017). Portanto, à luz das discussões de gênero de Strathern, de Joanna Overing e seus alunos, Peter Gow (2020[1991]) e Cecília McCallum (1999, 2001, 2010), foi realizada uma análise da dissertação de Dollis que dá ênfase ao trabalho manual das mulheres Marubo do Rio Curuçá.

A pesquisa permite promover uma discussão de dentro dos pressupostos indígenas através de uma pesquisadora indígena nos termos de Bruce Albert, que apresenta, em uma escrita conjunta com Davi Kopenawa, uma colaboração entre um xamã yanomami e um etnógrafo (KOPENAWA & ALBERT, 2019, p.51). Albert, no Postscriptum, descreve essa colaboração como uma “versão radical do pacto etnográfico” (Ibid, 2019, p.522), trazendo ao mundo antropológico uma nova forma de se fazer etnografia. Esse pacto busca “abrir uma brecha nas

convenções da escrita etnográfica usual, para dar a ouvir de modo mais direto a voz de Davi Kopenawa” (KOPENAWA & ALBERT, 2019, p. 536). Desta forma, percebe-se a importância de dar voz aos próprios indígenas, para além do trabalho etnográfico voltado às pesquisadoras brancas, colocando sua produção intelectual em primeiro plano em um pacto entre etnógrafo e pesquisador indígena.

1. Complementaridade de gênero nas etnografias indígenas

Cecilia McCallum (1999) afirma que a corrente etnográfica que pretendeu levar a sério os estudos sobre gênero era de inspiração britânica, através dos trabalhos realizados na Melanésia. A autora impõe a necessidade de se buscar o trabalho da antropóloga Marilyn Strathern (2017), a fim de entender as influências das pesquisas sobre gênero realizadas entre os povos indígenas sul-americanos. O ponto de encontro entre os estudos de Strathern (2017) e Overing (1986) e seus alunos é a questão da complementaridade de gênero. Essa questão é tratada no trabalho de Strathern através do uso do masculino e do feminino como símbolos de contraste e conjunção (STRATHERN, 2017, p.112). Overing trata dessa questão quando considera a diferença como um mecanismo para criação de igualdade e complementaridade (OVERING, 1986, p.141), já se utilizando da complementaridade como um termo consolidado. Posteriormente, Gow (2020[1991]) concebe essa ideia através da dependência econômica e sexual entre homens e mulheres piro, tratando da complementaridade sem se utilizar desse termo. Por fim, McCallum é quem desenvolve mais profundamente o tema da complementaridade em seus diversos trabalhos entre os kaxinawá.

O trabalho de Strathern contribui com a discussão sobre gênero desenvolvida nas etnografias das terras baixas sul-americanas a partir de seu argumento sobre a problemática de

replicar a dicotomia natureza-cultura a outras categorias, como masculino-feminino, público-privado, coletivo-individual (STRATHERN, 2017, p.29). Além disso, a autora aponta a problemática da sobreposição desses signos de oposição à leitura de mensagens de outros povos (Ibid, p.30). Nas etnografias das terras baixas sul-americanas, ao tratar da questão de gênero, Overing (1986) também aponta para a dicotomização hierarquizante do viés ocidental que define uma lógica de autoridade em que a cultura se coloca acima da natureza, assim como o homem está acima da mulher. Nesse sentido, ela se questiona: *“Is male bias universal, or is it a more restricted ‘problem’ created by our own Western prejudices?”* (OVERING, 1986, p.136). A autora destaca que as imagens de gênero de outros povos se fazem através de pressupostos radicalmente diferentes dos nossos (Ibid.).

Através das imagens de gênero entre os Hagen, habitantes das terras altas da Papua-Nova Guiné, Strathern demonstra que “masculino” e “feminino” não podem ser reduzidos a um ideal essencialista, único e abrangente. Portanto, o argumento central da autora é que não existe uma oposição generalizada que determina que as mulheres estejam ligadas à natureza, enquanto os homens se associam à cultura. No decorrer dessa discussão, Overing aponta que a armadilha está em considerar clara a equação em que a mulher, devido aos seus processos biológicos, está do lado da natureza inferiorizada, enquanto as capacidades do homem são colocadas no lugar da cultura (OVERING, 1986, p.148). Nesse sentido, a autora percebe, entre os Piaroa, a menstruação e a fertilidade como formas de conhecimento das mulheres, da mesma forma que a caça e a pesca são conhecimentos dos homens. Portanto, a questão que fica é:

Considerando que a associação da mulher à natureza e do homem à cultura provém de nossa própria tradição cultural, por que retomar essa categoria inoperante para fazer dela a principal divisão entre os sexos? (COLPRON, 2005, p.98).

Nesse contexto, McCallum (2001) afirma que a invisibilidade das líderes mulheres se deve, entre outras razões, ao gênero dos antropólogos e os vieses decorrentes dessa posição (MCCALLUM, 2001, p. 116). Essa discussão abre espaço para uma nova antropologia focada em estudos etnográficos sobre gênero nos anos 80 e 90, encorajando pesquisadores no sentido de prestar mais atenção às mulheres em suas etnografias (Ibid, p.168-169). Esse novo modelo antropológico, como uma subdisciplina denominada por Strathern de “nova antropologia da mulher”, encoraja o estudo das mulheres em seus próprios pontos de vista. A crítica da autora é que, dessa forma, a antropologia se faz em continuidade ideológica com o antigo modelo, já que trata mais da posição da mulher ocidental como um modelo de mulher universal, do que do discurso das mulheres estudadas (STRATHERN, 2017, p.90).

Portanto, a abordagem antropológica sobre o gênero nas etnografias das terras baixas sul-americanas, segundo McCallum, teve forte inspiração britânica, em trabalhos que se empenharam em delinear as relações entre homens e mulheres. Esses trabalhos demonstram a impossibilidade de se deixar de lado as distinções de gênero (MCCALLUM, 1999) na noção de pessoa e na organização social desses povos. Um dos desdobramentos das discussões de Strathern foi que o gênero nas etnografias ameríndias passa a ser tratado dentro de uma noção de complementaridade. Seguindo esta orientação, vemos que em Strathern, entre os Hagen, os papéis domésticos se estabelecem em uma relação complementar entre os sexos. Assim, as esposas cozinham para seus maridos e são alimentadas pelos produtos da terra dos homens. A nutrição, portanto, cria relações baseadas na substância comum, ligadas

a uma ação e esforço conjuntos nos assuntos relacionados ao território e ao alimento (STRATHERN, 2017, p.65).

Nos desdobramentos americanistas desta discussão, que encontramos em Joanna Overing e seus alunos, parte-se da ideia da diferença como um mecanismo de criação de igualdade e complementaridade, assim como de hierarquia (OVERING, 1986, p.141). Peter Gow (2020[1991]) trata da existência de um equilíbrio em relação às atividades que homens e mulheres fazem uns para os outros, demonstrando uma dependência sexual e econômica entre ambos. Além deles, McCallum (1999, 2001, 2010) também aprofunda essa questão entre os Kaxinawá, afirmando que as agências femininas e masculinas são opostas e complementares nos processos econômicos e sociais, tal qual constitui a socialidade do grupo através da produção de pessoas genderizadas.

A revisão bibliográfica sobre gênero realizada aqui focou em povos falantes de língua Pano, uma vez que a bibliografia principal conta com etnografias realizadas entre os Kaxinawá. Portanto, a dissertação da pesquisadora indígena Nelly Barbosa Duarte Dollis (2017), intitulada “*Noke~ Mevi Revõsho Shovima Awe*. ‘O que é transformado pelas pontas das nossas mãos’. O trabalho manual dos Marubo do Rio Curuçá” se fez interessante para ser analisada, considerando o fato de que a língua e o xamanismo marubo guardam muitas semelhanças com os kaxinawá (CESARINO, 2011 p.24).

Dessa forma, a partir do mapeamento das questões de gênero nas etnografias das terras baixas sul-americanas de inspiração britânica, a pesquisa pretende avançar na análise da forma como essas questões adentram a dissertação de uma pesquisadora indígena marubo. Com isso, busca-se entender o que se faz importante na construção da pessoa marubo através de seus modos de inteligibilidade, principalmente em relação às mulheres, mas também a partir dos conhecimentos dos

homens.

2. Trabalho manual e xamanismo marubo

Os Marubo vivem nas margens do Rio Curuçá na Terra Indígena do Vale do Javari, na Amazônia, e estão distribuídos em nove aldeias. A narrativa mítica contada pelos parentes de Dollis indica que o povo adquiriu sabedoria por meio de uma caminhada entre moradas de diversas gentes-animais, descobrindo formas de se alimentar, plantar, colher, o xamanismo e outros conhecimentos que se aprimoraram ao longo do caminho. Seus interlocutores contam que esses deslocamentos e o contato com missionários fizeram existir outros clãs e etnias que se transformaram em novas gerações (DOLLIS, 2017, p.32-33).

Segundo Dollis, “Ser ‘marubo’, então, é uma ficção interna e uma necessidade externa” (DOLLIS, 2017, p.41). A autora explica que a categoria étnica Marubo não faz sentido para os coletivos que se identificam de acordo com seus clãs, subgrupos ou famílias, processo que marca a “ficção interna” de que fala a autora. Ao mesmo tempo, essa denominação é uma “necessidade externa” por ter sido imposta pelos nawa quando chegaram em suas terras. A partir de fragmentos de línguas e culturas distintas, o grupo teria se estabelecido por meio de relações de aliança e parentesco passando a adotar a língua de um só grupo. As diferentes denominações desses grupos construíram segmentos de uma mesma sociedade, criada ou inventada no século XX através da atividade de um importante xamã, João Tuxaua “o aglutinador” (CESARINO, 2011, p.23). A sociedade marubo era formada de clãs ou subgrupos que regravam os casamentos (DOLLIS, 2017, p.45).

O pertencimento clânico é parte importante da sociedade marubo, as mulheres ressaltam a relevância dos clãs nas diversas versões de relatos e narrativas, ritos e ensinamentos

dos conhecimentos tradicionais, além de permitir compreender atitudes e comportamentos de uma pessoa (DOLLIS, 2017, p.52). Tamari, uma das interlocutoras de Dollis, ressalta que mesmo fazendo parte de um povo específico as pessoas não são todas iguais, cada família faz sua história através do conhecimento que é herdado (Ibid, p.55). Essa ideia também aparece nas falas de sua mãe que sempre ressalta o fato de que o importante das histórias é ter consciência de fazer parte de uma família ou clã, de modo que cada narrador produz uma única narrativa que foi herdada e que desaparece com ele (DOLLIS, 2017, p.29).

A pesquisa de Dollis surge durante seu curso de Antropologia, através do contato com as mulheres marubo da aldeia Boa vista, do Rio Ituí, e suas queixas sobre ninguém querer aprender sobre seus artesanatos. Ela cita a fala dessas mulheres “Queremos a história do nosso artesanato no papel; como somos autoras das nossas falas, nós queremos que você conte do jeito que a gente contar para você” (DOLLIS, 2017, p.19). Assim, sua pesquisa tem como objetivo:

[...] falar tudo aquilo que minhas interlocutoras e meus interlocutores tentaram transmitir sobre a importância do trabalho com manual e do trabalho feito com as pontas das mãos (*mevi shovima awe* e *mevi revõsho shovia awe*) marubo, valorizando o conhecimento tradicional para novas gerações (DOLLIS, 2017, p.25).

a partir de um contexto em que deixar de valorizar os detalhes de suas tradições é deixar de seguir o modo “verdadeiro” de existir. Nesse sentido, a importância de sua posição como mulher marubo, parente e falante da língua permite compreender as descrições e explicações feitas pelas interlocutoras e protagonistas da pesquisa. Ao mesmo tempo, as mulheres marubo destacam a falta de perspectiva dos nawa diante de seus relatos e narrativas. As interlocutoras afirmam que os nawa “não tem a mesma vivência” (Ibid, p.26), “os nawas

não fariam a mesma reflexão correta como nós fazemos” (DOLLIS, 2017, p.26). Assim, elas destacam a importância desse processo para os filhos e netos que, no futuro, poderão compreender “o contexto que faz parte da gente” (Ibid).

Assim, conjugando perspectivas tradicionais com o modo como as interlocutoras entendem a pesquisa antropológica, Dollis pretende expor a incorporação do conhecimento marubo a partir dos dedos das mãos das mulheres. O trabalho manual das mulheres está em suas mãos, assim como os conhecimentos manuais envolvidos nesse trabalho que são parte do saber-fazer das mulheres marubo. A partir desse conhecimento é possível às mulheres um saber que se concretiza no fazer através da produção de cestas, abanadores, peneiras, saias e pinturas corporais. Devido à forte influência dessas mulheres na proposta da pesquisa, Dollis intitula sua dissertação com uma frase que ouviu diversas vezes de suas interlocutoras “*Noke~ Mevi Revōsho Shovima Awe*”, que significa “o que é transformado pelas pontas das nossas mãos”. A ideia de transformar através das mãos pressupõe um conhecimento que permite que as coisas sejam feitas. “Fazer é com as mãos, é o saber das mãos” (DOLLIS, 2017, p.16), como saber total que pertence à pessoa que sabe fazer: “Das mãos o saber entra na pessoa, é interiorizado e é exteriorizado” (Ibid).

Os ensinamentos que envolvem o trabalho manual das mulheres foram transmitidos por avós e mães de forma correta, e guardados como segredos que somente podem ser transmitidos dentro da família da artesã (DOLLIS, 2017, p.61). A forma como esse processo é enfatizado pelas mulheres marubo torna clara a importância dos clãs na transmissão de conhecimento sobre o trabalho manual. Elas contam como as mulheres de antigamente, por receberem vários ensinamentos, eram sábias de pensamento, assim como ocorria com os homens. Ainda hoje, esse processo de aprendizado dos diversos

modos de ensinamento de suas famílias é valorizado, constituindo um modo de vida que faz da pessoa um exemplo para os jovens (Ibid, p.64). Nesse sentido, torna-se aparente para a autora que parte importante desse processo são as técnicas que provém da descendência de cada clã e que, portanto, são herdadas pela artesã (DOLLIS, 2017, p.64).

As interlocutoras de Dollis ressaltam a relevância dos clãs para a produção, mas também para a avaliação do trabalho manual, solicitando que a pesquisadora conheça as peculiaridades de como é produzido o artesanato através da diferenciação entre clãs. Esse processo se inicia quando as meninas ainda são crianças, de modo que ao longo de suas vidas devem prestar atenção às histórias que são parte dos ensinamentos em relação ao trabalho manual. Assim, as interlocutoras ressaltam que, ao mesmo tempo em que aprendem o artesanato e as narrativas dos antepassados, essas meninas estão envolvidas na formação e no legado de cada uma das famílias (DOLLIS, 2017, p.58).

No sentido da transmissão de conhecimento entre gerações, cada objeto manufaturado é considerado saber total, fazendo do processo de produção com as mãos um conhecimento total altamente valorizado entre os Marubo. Na produção de artefatos as mulheres transformam com as mãos com satisfação, uma vez que os bens que manufaturam elevam sua autoestima e são provas de seu valor e conhecimento herdado (DOLLIS, 2017, p.17). Portanto, produzir cestas, abanadores, peneiras, saias e pinturas corporais, é parte do que é ser uma mulher que tem saber nas mãos e conhece a história daquilo que é produzido (Ibid, p.21). Além dos saberes transmitidos, o valor do trabalho manual está na produção de formas variadas e na criatividade de cada artesã que se aprimora a partir de suas descobertas ao longo dos anos.

O conhecimento das mulheres, através do trabalho manual, tem a capacidade de preparar as pessoas para voltarem aos seus lugares de origem após a morte (DOLLIS, 2017, p.21). Além disso, é parte importante no aprendizado das crianças em relação à responsabilidade e organização, assim como no preparo de comida. As mulheres afirmam que aprender histórias do trabalho manual é ter sabedoria nas mãos e na alma para ser equilibrada e preparada. Por isso, os ensinamentos transmitidos pelas mulheres são fonte de respeito diante da sociedade (DOLLIS, 2017, p.22). “Para os velhos Marubo, todavia, o trabalho manual ainda é habilidade e maturidade; os artefatos feitos para enfeitar os corpos ainda representam um corpo feliz e sadio” (Ibid). Por outro lado, as artesãs contam que a chegada dos artefatos dos *nawa* permite que as mulheres tornem-se mais criativas e diversifiquem seus grafismos.

O aruá, um caramujo, como indumentária é considerado parte importante no trabalho feminino de produção de adornos. A produção com esse enfeite é valorizada, sendo capaz de enfeitar e trazer harmonia ao corpo. “É considerado como sendo o trabalho ‘original’ dos ancestrais” (DOLLIS, 2017, p.89). Portanto, através do respeito de sua origem, as mulheres seguem um conjunto de regras relacionadas à sua coleta e preparo. O aruá representa uma característica estética única que pertence somente aos Marubo, assim como sua função de diferenciação na vida real e na vida após a morte. Dollis dá destaque a esse indumentário devido ao fato de que esse é um conhecimento feminino, mesmo que também faça parte dos conhecimentos dos xamãs e pajés¹ na contenção de doenças causadas pelo aruá (Ibid, 92). Por não existir em qualquer lugar, a procura do aruá é intensa e sua importância para as mulheres se faz evidente já no processo de preparação para buscá-lo. Devido à dificuldade em encontrá-lo, quando as mulheres saem com esse objetivo, já têm em mente qual adorno

1. Dollis, através de seus interlocutores, explicita as diferenças categoriais entre o pajé e o xamã. Ela explica que pajé “é aquele que viaja no mundo dos seres não humanos cujas forças ele traz e une” e xamã é aquele que “interpreta as falas sabias dos seres não humanos e destes recebe as suas forças” (DOLLIS, 2017, p.59).

irão preparar com ele. Esse processo de busca torna-se ainda mais rico quando as irmãs, primas e tias se encontram e conversam sobre os enfeites produzidos e suas andanças na busca pelo aruá, sendo parte das pequenas atividades do cotidiano marubo (DOLLIS, 2017, p.93).

Os adornos feitos com aruá são “*nõ aya shovia*”, que significa “surgido conosco”, – o termo é traduzido pela autora como “tradicionais”, ela indica a inexatidão dessa tradução – e têm grande valor. Por esse motivo, somente podem ser dados de presente aos parentes e pessoas especiais (DOLLIS, 2017, p.104). Dollis explica que suas interlocutoras insistiam em dizer que ceder os adornos à toa equivale a uma subtração dos saberes da artesã, que fica sem parte essencial de seu corpo/pensamento. A questão destacada aqui, não diz respeito a quem usa determinados adornos, e sim, ao valor intrínseco a todo objeto que pertence ao trabalho das mãos (Ibid, p.116).

Em um artigo posterior à dissertação, Dollis conta sobre o orgulho com que as mulheres falam do que é transformado pelas pontas das mãos (DOLLIS, 2018, p.23). A grandeza desse conhecimento parece estar na minúcia do processo de aprendizagem através dos ensinamentos das mulheres de cada uma das famílias. Nesse processo, também se faz importante a diferenciação desses clãs em relação aos seus relatos, estilos e narrativas míticas, bem como conhecimentos e comportamentos de cada um. “Para os Marubo, o que se espera dos filhos é que eles possam dar continuidade aos seus clãs”, sejam homens ou mulheres (DOLLIS, 2018, p.31). A pesquisa de Dollis, portanto, traz para academia, e para si própria, “*noke vana koi*” “nossas falas verdadeiras” (DOLLIS, 2017, p.135), a partir do conhecimento dessas protagonistas marubo que dão pistas, a nós e a ela, sobre a sociedade a qual pertencem.

O xamanismo, como forma de conhecimento, também é parte da sociedade marubo, e é o ângulo estratégico de investigação do pensamento marubo escolhido por Cesarino (2011) em sua pesquisa realizada através de um trabalho coletivo com jovens professores e velhos cantadores. De forma diferente, mas complementar ao trabalho de Dollis, Cesarino (2011) realiza uma análise “sobre os parâmetros possíveis de reflexão, fruição, produção, recepção de expressões criativas entre os marubo” (CESARINO, 2011, p.16). Para tal, o autor parte de questões que são inerentes aos marubo, se distanciando da pretensão de produzir uma teoria totalizadora de seu pensamento e se aproximando de uma reflexão a partir de problemas de dentro da poética marubo.

Da mesma forma que Dollis explicita a noção de pessoa de verdade ligada ao aprendizado do artesanato; a partir de seus interlocutores, Cesarino afirma que as pessoas são feitas de verdade através de condutas éticas ligadas a comportamentos dos antigos. Nessa chave de entendimento uma pessoa verdadeira é aquela que age como os antigos, trabalhando para plantar comida de verdade e viver na maloca - noção essa que é contrária a ideia de fazer as coisas apenas para si mesmo (CESARINO, 2011, p. 51). Dentro do xamanismo marubo a pessoa verdadeira é fundada através do conhecimento. Enquanto Dollis implica essa noção acerca do saber-fazer das mulheres, os interlocutores de Cesarino empreendem a gentificação através do rapé, ligado à obtenção do pensamento (*chinã*), traduzida também como princípio vital. É o *chinã* que forma uma pessoa com ensinamento, tornando-a capacitada para alterar-se progressivamente, aprender cantos e soproantos. Dentro desse processo, a comensalidade, aliança e comprometimento com a socialidade são características essenciais do ensinamento xamânico. Os mais velhos se preocupam com a forma como os jovens de hoje estão distantes dessa realidade por não se satisfazerem com o rapé,

impedindo assim que estabeleçam esses tipos de relações. Eles são, portanto, considerados insensatos e dispersivos.

O uso de psicoativos, transmissores de *chinã*, abre a possibilidade de alteração do pensamento tornando o utilizador apto para transportes sociocósmicos através da multiplicidade que compõe o seu peitopensar. Nesse processo a pessoa torna-se múltipla, híbrida e espiritizada (CESARINO, 2011, p.75), fazendo do xamanismo marubo uma questão de configuração posicional e de relação, muito mais do que uma questão de crença ou adesão (Ibid, p.97). A posição de pajé ou xamã faz parte de um processo que é marcado desde o nascimento, em que a pessoa já comporta gentes outras dentro de si. As gentes que o habitam em distintas posições começam a reivindicar o exercício da socialidade múltipla desde cedo (CESARINO, 2011, p.94).

Portanto, ao abarcar o xamanismo marubo, o autor expõe uma reflexão sobre as variações de ponto de vista dessa multidão de pessoas que constituem o cosmos (CESARINO, 2011, p.24) e que habitam o peitopensar. “Nosso peitopensar”, de acordo com seus interlocutores, designa um espaçopensamento que também envolve a noção de *chinã*. Essa noção espacial está relacionada com a ideia de residência de uma coletividade de duplos habitantes da pessoa que é responsável pela performance intelectual de quem os abriga (Ibid, p.38). A noção de *chinã*, portanto, se refere a um princípio vital, passível de ser transmitido e transportado, também podendo significar o mesmo que duplos ou aspectos internos da pessoa, ou estar ligado a um processo de cognição e visualização responsáveis pela inteligência. “Pensamento é certo, mas um pensamento referente a *distância* ou a *ausência*, e um pensamento visual ou uma imaginação, cuja sede, aliás, é o peito e não o cérebro” (CESARINO, 2011, p.39, grifos do autor). Nesse sentido, os pajés são gente pensadora, especialistas no pensamento visual dos deslocamentos e

distâncias (Ibid). É através de suas palavras que se faz possível o desdobramento em séries recursivas e cadeias conectivas que estabelecem o transporte entre o atual e o virtual.

O modo com o qual os cantos e as narrativas xamânicas operam extrapolam o verbal de modo a repercutir nas expressões estéticas, como músicas, desenhos e coreografias, “Veremos aqui como o pensamento visual de que lançam mão as artes verbais marubo se desvia do rótulo genérico de ‘tradição oral’” (CESARINO, 2011, p.21). Nessa chave, as artes verbais pertencem a uma posição de reflexão consciente e ativa sobre o cosmos, as transformações, a temporalidade e a alteridade (Ibid, p.23). As expressões estéticas ligadas à tradição oral se refletem em padrões de desenho que fazem do pensamento/fala marubo códigos comunicativos e tradutivos que são veículos de *chinã*. Esses padrões são desenhados dentro do peito dos pajés por meio de mulheres espírito, possibilitando a imitação da fala de outros, parte essencial do aprendizado xamânico. “Por causa dos desenhos, os pajés romea não esquecem seus cantos e os ensinamentos que experienciam diretamente alhures” (CESARINO, 2011, p.83). É nesse sentido que Paulino Memãpa, interlocutor de Cesarino, afirma

[...] nós falamos pelo cesto desenhado, / nós falamos pelo estojo desenhado, / nós falamos pelo caniço desenhado [...] / Por fazerem assim é que as pessoas, as pessoas pajés todas, / não erram suas falas-pensamento, assim como seus ensinamentos. / Gente que tem ensinamento também, tendo pensado elas falam, é o que o desenho delas fala. [...] / Têm o pensamento-desenho (Ibid, p.84)²

O conhecimento que possuem, portanto, foi dado através do pensamento-desenho, permitindo que “pessoas pensadoras” disponham de diversos instrumentos de pensamento (Ibid, p.85). São esses instrumentos que possibilitam ao pajé imitar e compreender as falas de outros espíritos (CESARINO, 2011,

2. O autor pretende manter as características das artes verbais marubo, seguindo as métricas e concisão dos versos do original, mesmo que suas rigorosas e condizentes métricas, por vezes, não possam ser vertidas no português. Além disso, ele busca transcrever as narrativas também em língua original marubo permitindo ao leitor uma familiarização mínima com a matéria linguística original (CESARINO, 2011, p.27). De acordo com essa preocupação do autor, o trecho foi transcrito como no original em relação as métricas, porém optou-se por não transcrever os trechos equivalentes em marubo, já que esse não é o foco dessa pesquisa.

p.86).

3. Teoria do conhecimento marubo através das mulheres

O ângulo estratégico de investigação do pensamento marubo empreendido por Cesarino, através de uma experiência reflexiva sobre a poética xamanística, se volta ao conhecimento de seus interlocutores homens. Nessa medida, o autor afirma que hoje em dia as mulheres se recusam ao processo de espiritualização, não consomem psicoativos e, portanto, não tornam seus duplos atrativos a outros duplos e espíritos, “Sua vida onírica é insípida – não são como as mulheres sonhadoras (*yora namataya*), propensas a estender sua socialidade a outras posições” (CESARINO, 2011, p.74). O ponto de vista das mulheres marubo será encontrado na monografia de Dollis, o que torna sua pesquisa um acréscimo à reflexão sobre o conhecimento marubo empreendida em Cesarino. Em comum, os autores refletem sobre as noções de corpo e pessoa, por um lado, através do xamanismo e, por outro lado, através da produção manual das mulheres.

O conhecimento empreendido na produção manual, segundo as interlocutoras de Dollis, permite compreender o contexto que os marubo fazem parte, “falar da produção manual e da cultura em geral do seu povo não é simplesmente ‘história’ mas tudo aquilo que engloba os conhecimentos que dão sentido a sua existência” (DOLLIS, 2017, p.26). De forma similar, o conhecimento xamanístico versa sobre as transformações e o estado geral do mundo e do cosmos, em um estudo das complexidades que envolvem a classificação na constituição da pessoa e do parentesco marubo (CESARINO, 2011, p.24). Esses processos são valiosos e importantes para os Marubo, mesmo diante das mudanças na forma de se pensar, no cotidiano e no uso dos enfeites, atestado pelos autores através do desinteresse dos jovens em relação ao conhecimento

ancestral. Para os mais velhos o trabalho manual é uma habilidade e maturidade, assim como os enfeites que representam um corpo feliz e sadio (DOLLIS, 2017, p.60). Na mesma medida, Cesarino evidencia o fazer a pessoa de verdade através de condutas éticas ligadas a comportamentos dos antigos, assim como por meio dos treinamentos xamânicos, tais quais são exemplificados em suas falas (CESARINO, 2011, p.51).

As mulheres são responsáveis pela parte material da cultura através do conhecimento herdado e acumulado, “o saber do fazer é das mulheres” (DOLLIS, 2017, p.56). Nesse processo, os homens também se utilizam dos conhecimentos do artesanato de acordo com suas próprias necessidades como pajés, e como fonte de cosmologia, “conhecimentos que busquei com meu esforço para me proteger dos seres invisíveis, que nos fazem mal” comenta o pajé *Isko Tama* (DOLLIS, 2017, p.57). Portanto, a voz pertence aos homens, uma vez que eles são responsáveis por falar desses conhecimentos. Por esses motivos, as mulheres dizem que criam os homens, uma vez que dão conhecimento a eles, assim como controlam seu jeito de ser para que ensinem seus filhos (Ibid, p.56).

Nesse sentido, as interlocutoras de Dollis afirmam que os homens têm papel importante na aldeia por possuírem a “palavra pensamento/pensante”, porém afirmam que eles não são detalhistas como as mulheres no ensinamento dos filhos. Diante da percepção de que os discursos em público são somente masculinos, fazendo com que eles possam afirmar que são os representantes da família, as mulheres, mesmo que desempenhem diversos papéis, são chamadas de envergonhadas e covardes. Porém, são elas as responsáveis pelo ensino dos filhos em relação a como agir na sociedade (DOLLIS, 2017, p. 29); são elas que conhecem os trabalhos manuais e os contextos históricos dos conhecimentos tradicionais (Ibid, p.28).

Por isso, buscar uma reflexão sobre o pensamento marubo envolve considerar o conhecimento das mãos que, assim como o xamanismo, é ancestral. O saber-fazer das mulheres demonstra o que realmente são essas mulheres por pertencerem a determinado clã, lugar de origem de seu conhecimento (DOLLIS, 2017, p.30). Além disso, o conhecimento estreita as relações de consanguinidade na medida em que suas produções se tornam presentes para parentes próximos de diferentes gerações. Da mesma forma, o estudo xamanístico é coletivo conectando xamãs, espíritos e parentes de diferentes gerações. O xamanismo extrapola a tradição oral, assim como o saber-fazer das mulheres que são realizados através das mãos a partir de um conhecimento que se opõe à oralidade. Ambos, como conhecimentos, extrapolam também o cérebro, estando nas mãos e no peito. Os pajés são gente pensadora, “especialistas nesse pensamento visual dos deslocamentos e distâncias, característicos da ‘fala pensada’” (CESARINO, 2011, p.39) que promove a cura. O trabalho manual feminino envolve conhecimentos materiais e imateriais registrados pelo trabalho cotidiano necessário para entender a sociedade marubo (DOLLIS, 2017, p.29).

A pesquisa de Dollis surge de um descontentamento e desconforto das mulheres em relação ao movimento indígena do vale do Javari e a atuação dos órgãos públicos. Em um cenário em que “A tradição sempre dá a voz ao homem”, a autora afirma não entender a falta de interesse dos caciques pelos acontecimentos, como ocorria anteriormente, e sobre a necessidade das mulheres exporem suas opiniões (DOLLIS, 2017, p.129). Nesse contexto, as mulheres vivem o dilema entre o desejo de dar voz aos seus conhecimentos e o temor de desafiar o poder de monopólio da fala dos homens e ser alvo de comentários críticos, comuns nos momentos de festa (Ibid, p.56).

A pesquisa de Dollis busca trazer anseios das mulheres marubo no que mais se dedicam a fazer: o trabalho com as pontas dos dedos. Com isso, mobilizam um conhecimento total que compõe o saber-fazer que se desdobra em seus esforços para manter os distintos conhecimentos que herdaram de seus clãs (DOLLIS, 2018, p.32). Assim, cada contexto e objeto é um saber total, por isso, produzir com as mãos é um conhecimento total (Ibid, p.24). Da mesma forma, Cesarino desenvolve uma reflexão sobre o conhecimento marubo através do xamanismo descrito por seus interlocutores. Nesse sentido, fica claro que “O aprendizado marubo é, ao mesmo tempo, com as mãos e com o *chinã* (pensamento-conhecimento), para dominar os saberes tradicionais” (DOLLIS, 2017, p.30).

Considerações finais

Essa pesquisa pretendeu apresentar um mapeamento da discussão de gênero que vem se consolidando no campo dos estudos ameríndios, buscando realizar um diálogo com a forma como a produção do conhecimento é tratada diante do conhecimento das mulheres indígenas marubo. Assim, a pesquisa se inicia com a discussão da complementaridade de gênero a partir de uma inspiração britânica e, posteriormente, é estabelecido um diálogo com a dissertação de Dollis. A autora mostra de que forma falar sobre trabalho manual feminino envolve ouvir os homens, como aqueles que são responsáveis por falar sobre o conhecimento ancestral trazido pelo trabalho com as mãos das mulheres. Em nenhum momento a pesquisadora fala sobre complementaridade de gênero. Porém, nesse sentido, a relação estabelecida entre homens e mulheres na produção do conhecimento é destacada. Dollis demonstra de que forma o conhecimento das mãos constitui gente de verdade e o cosmos marubo, tanto quanto o xamanismo, trazido por Cesarino.

A construção do conhecimento dessas mulheres está no que produzem com as mãos através do saber ancestral que mobilizam intergeracionalmente, constituindo o parentesco marubo e, conseqüentemente, tecendo sua sociedade. A mobilização de conhecimentos passados dentro de cada família na forma de trabalho manual envolve um saber-fazer que se faz como ação ativa na construção da teoria de conhecimento indígena marubo. A manutenção de sua forma de viver, portanto, pressupõe que a transmissão de conhecimento acerca do saber-fazer das mãos seja mantida e é essa a premissa da pesquisa de Dollis a partir do pedido de suas interlocutoras.

Lévi-Strauss, já em 1958 (p.142 apud LEA, 1999, p.177), caracterizou os Bororo se utilizando de uma relação de opostos no qual o feminino está para o masculino, assim como o centro está para a periferia. Desde sua formulação, que teve fortes projeções na equipe que compunha o projeto Harvard-Brasil Central de 1979, as mulheres foram relegadas a 'periferia'. Esse processo ainda representou um passo importante na caracterização do dualismo entre biológico-social, considerando a vida cerimonial e política como campo exclusivo dos homens, "enquanto as mulheres foram colocadas como estando mais próximas a natureza, em função de sua posição na 'periferia' da aldeia" (LEA, 1999, p.178). Essa pesquisa mostra que, ainda hoje, como herança das ideias empreendidas por esses pesquisadores, é possível perceber uma subnotificação em relação ao saber das mulheres como parte constitutiva da teoria de conhecimento indígena. Esse processo é atestado diante de uma agenda de pesquisa em que a teoria do conhecimento está diretamente relacionada ao que é intelectual, deixando de lado o trabalho manual como parte da construção de inteligibilidade indígena. Por esses motivos, a principal contribuição dessa pesquisa se dá na possibilidade de pensar em uma interpretação da antropologia marubo por meio do saber das mulheres que se constitui como teoria do

conhecimento. Assim, explicita-se que o trabalho manual também é parte da cosmologia indígena, não se restringindo ao xamanismo.

Como continuação dessa discussão o trabalho de Els Lagrou (2010) parece importante no sentido de aprofundar a ideia da arte como forma de agência na fabricação do mundo. Nesse sentido, o entendimento do artesanato das mulheres como forma de construção do mundo pode ser analisada através dos objetos manufaturados. E, para além deles, nas minúcias do processo de transmissão do conhecimento intergeracional movido por esses objetos. Desse modo, a pesquisa revela, para além dela, a necessidade de se atentar à forma com que processos de conhecimento das mulheres formam e transformam a pessoa e o cosmos.

Referências Bibliográficas

BELAUNDE, Luisa Elvira. "A força dos pensamentos, o fedor do sangue: hematologia e gênero na Amazônia". *Revista de Antropologia* (USP. Impresso), v. 49, p. 205-243, 2006.

CESARINO, Pedro de Niemeyer. *Oniska: por ética do xamanismo na Amazônia*. 1. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.

COLPRON, Anne-Marie. Monopólio masculino do xamanismo amazônico: o contra-exemplo das mulheres xamã shipibo-conibo, *MANA*, vol.11 no.1, 2005.

DOLLIS, Nelly Barbosa Duarte. *Noke Mevi Revõsho Shovima Awe* "O que é transformado pelas pontas das nossas mãos": O trabalho manual dos Marubo do Rio Curuçá. 142 p. Mestrado - Universidade Federal do Rio de Janeiro Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2017.

DOLLIS, Nelly Barbosa Duarte. *Noke mevi revõsho shovima awe*: "O que é transformado pelas pontas das nossas mãos". *Campos-Revista de Antropologia*, v. 19, n. 1, p. 23-36, 2018.

GOW, Peter. "Cap. IV: Esposo y esposa". In..... *De Sangre mezclada: parentesco e história en la Amazonía Peruana*, Universidade Católica Sedes Sapientiae, pp. 161-192, 2020 [1991].

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. Editora Companhia das Letras, 2019.

LAGROU, Els. Arte ou artefato? Agência e significado nas artes indígenas. *PROA: Revista de Antropologia e Arte*, n. 2, 2010.

LASMAR, Cristiane. Mulheres indígenas: representações. *Revista Estudos Feministas*, 1999.

LEA, Vanessa Rosemary. Desnaturalizando gênero na sociedade Mebengôkre. *Estudos Feministas*, v. 7, n. 1 and 2, p. 176, 1999.

MCCALLUM, Cecilia. "Aquisição de gênero e habilidades produtivas: o caso Kaxinawá". *Revista de Estudos Feministas*, 1999.

MCCALLUM, Cecilia. Escrito no corpo: gênero, educação e socialidade na Amazônia numa perspectiva Kaxinawá. *Revista da FAEEBA*, v. 19, n. 33, p. 87-104, 2010.

MCCALLUM, Cecilia. *Gender and Sociality in Amazonia. How Real People are Made*, Oxford, Berg, 2001.

OVERING, Joanna. "Men Control Women? The Catch-22 in Gender Analysis", *International Journal of Moral and Social Studies*, vol. 1(2): 135-156, 1986.

SEEGER, Antony; DA MATTA, Roberto; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. "A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras", In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (Org.). *Sociedades indígenas e indigenismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, pp. 11-30, 1979.

STRATHERN, Marilyn. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

Como citar

GALVÃO, Sofia Carvalho. O papel das mulheres indígenas na construção do conhecimento. *Primeiros Estudos: Revista de Graduação em Ciências Sociais*, São Paulo, v. 10, n. 02, p. 10-34., 2023. DOI: 10.11606/issn.2237-2423.v10i2pe00102201

Guerra na Ucrânia:

Comparação entre possíveis interpretações de correntes neorrealistas e neoliberais das Relações Internacionais

Flávia Couto e Silva*

Resumo: O presente trabalho se propõe a comparar como as teorias neoliberal e neorrealista das Relações Internacionais podem contribuir na análise e compreensão da Guerra na Ucrânia. Para isso, primeiramente far-se-á uma contextualização sobre cada uma dessas correntes de pensamento. Depois, aproximar-se-á a corrente neoliberal neoinstitucionalista a alguns aspectos da Guerra da Ucrânia. Para isso, relacionar-se-á algumas ideias presentes nos trabalhos do importante neoliberal Robert Keohane (1941-) com a guerra mencionada. Por fim, aprofundar-se-á em como o neorrealismo das Relações Internacionais, tal como especificamente as ideias de William Wohlforth (1959-), podem ajudar a compreender a invasão russa ao território ucraniano.

Palavras-chave: Ucrânia; Relações Internacionais; Neoliberalismo; Neorrealismo.

* Graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo. Contato: flaviacoutoesilva@usp.br

La guerra en Ucrania:

Comparando interpretaciones desde las perspectivas teóricas neorrealista y neoliberal de las Relaciones Internacionales

Resumen: El presente trabajo se propone comparar cómo las teorías neoliberal y neorrealista de las Relaciones Internacionales pueden contribuir al análisis y comprensión de la Guerra de Ucrania. Para ello, inicialmente se realizará una contextualización sobre cada una de estas corrientes de pensamiento. Posteriormente, se irá a acercar la corriente neoliberal a algunos aspectos de la Guerra de Ucrania. Para ello, se relacionarán algunas ideas presentes en los trabajos del importante neoliberal Robert Keohane (1941-) con la mencionada guerra. Finalmente, se ahondará en cómo el neorrealismo de las Relaciones Internacionales puede ayudar a comprender la invasión rusa del territorio ucraniano.

Palabras clave: Ucrania; Relaciones Internacionales; liberalismo; neorrealismo.

War in Ukraine:

Comparing interpretations from neorealist and neoliberal theoretical perspectives of International Relations

Abstract: The present work proposes to compare how neoliberal and neorealist theories of International Relations can contribute to the analysis and understanding of the War in Ukraine. For this, firstly, a contextualization will be made about each of these currents of thought. Then, the neoliberal current will be used to understand some aspects of the War in Ukraine. For this, some ideas present in the works of the important neoliberal Robert Keohane (1941-) will be related to the mentioned war. Finally, it will delve into how the neorealism of International Relations, more specifically the ideas of William Wohlforth, can help to understand the Russian invasion of Ukrainian territory.

Keywords: Ukraine; International Relations; liberalism; neorealism.

I. Introdução

De acordo com uma matéria da BBC News Brasil de 24 de fevereiro de 2022, a Rússia declarou “intervenção” (o que na prática deu-se através da invasão) na Ucrânia como forma de represália à sinalização de que o país entraria na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Afinal, segundo Roberta Pereira e Dimas Margazão em seu texto “A criação da Otan e sua permanência do período pós- Guerra Fria” (2004), a OTAN foi criada em 1949 como forma de união entre os países chamados “ocidentais” contra a então União Soviética – cuja maior parte do território corresponde hoje à Rússia. O presidente da Rússia Vladimir Putin, por sua vez, justificou a invasão afirmando que a Rússia precisaria proteger os russos no território ucraniano do genocídio que estaria sendo promovido por Kiev.

De qualquer forma, conforme argumentam Pereira e Margazão, os Estados fundadores de tal organização foram basicamente a Europa Ocidental e os Estados Unidos. Hoje, a OTAN conta com mais de 30 países e houve significativo avanço em direção ao leste europeu, incorporando por exemplo a Eslováquia e a Eslovênia (Dominic Albuquerque; 2022). Ainda de acordo com Pereira e Margazão (2004), tal avanço fez com que as tensões nessa região aumentassem – em linhas gerais o Estado russo tende a enxergar a OTAN como uma ameaça, por historicamente tê-lo sido.

Essa situação já era especialmente complicada na Ucrânia. Isso porque mesmo antes da existência da União Soviética, quando a Ucrânia se tornou um anexo da URSS, o território ucraniano era considerado parte do Império Russo. Por conseguinte, sempre houve algum grau de contestação partindo dos russos sobre a autonomia ucraniana em relação à Rússia (Roberta Pereira & Dimas Margazão, 2004).

Segundo reportagem da BBC intitulada publicada em 25 de fevereiro de 2022, a situação ficou ainda mais complexa quando na Ucrânia em 2014 o então presidente eleito Victor Yanukovych, de etnia russa, teve seu governo interrompido por uma crise política gerada por manifestações populares, a qual culminou em uma nova eleição que levou o pró-Occidente e pró-OTAN Petro Poroshenko ao poder. De acordo com os autores Fernanda Albuquerque et al em seu texto “A instrumentalização do setor energético sob Putin-Medvedev (2000-2018) e o retorno russo ao tabuleiro geopolítico internacional” (2021), tais manifestações que geraram essa crise política foram supostamente incentivadas pelos Estados Unidos e pela União Europeia, em represália à recusa de Yanukovych de assinar um acordo comercial com a União Europeia. Além da destituição de Yanukovych, a crise política que se formou também gerou consequências como a imposição de sanções à Rússia pelos EUA e pela UE. Como resposta, a Rússia passa a apoiar extraoficialmente movimentos separatistas no leste da Ucrânia, advindos basicamente de regiões em que a maioria da população é de etnia russa.

Mais uma vez de acordo com a reportagem da BBC de 25 de fevereiro de 2022, com o aumento das tensões e após diversas negociações, em 2014 estabeleceu-se então o Pacto de Minski, que determinava que a Ucrânia não ingressaria na OTAN. Nesse sentido, percebe-se que o que ocorreu em 24 de fevereiro de 2022 foi o desfecho de um longo processo de tensões entre Rússia e Ucrânia que começou em 2014.

Diante desse contexto, o presente trabalho se propõe a comparar como as teorias neoliberal e neorrealista das Relações Internacionais podem contribuir na análise e compreensão da Guerra na Ucrânia. Para isso, primeiramente far-se-á uma contextualização sobre cada uma dessas correntes de pensamento. Depois, aproximar-se-á a corrente neoliberal a alguns aspectos da Guerra da Ucrânia. Para isso,

relacionar-se-á algumas ideias presentes nos trabalhos do importante neoliberal Robert Keohane (1941-) com a guerra mencionada. Por fim, aprofundar-se-á em como o neorrealismo das Relações Internacionais, tal como especificamente as ideias de William Wohlforth (1959-), podem ajudar a compreender a invasão russa ao território ucraniano.

Aqui, cabe pontuar que o que será feito ao longo deste artigo é uma pesquisa de “testagem de teoria de casos” (*theory testing with cases*) que resulta em um “caminho teórico dirigido pelo sistema” (*system-driven theoretical path*). De acordo com David Brinberg e Joseph McGrath em seu livro “*Validity and the research process*” (1985), a testagem de teoria de casos é um método consagrado entre as pesquisas qualitativas produzidas nas Ciências Sociais para verificar se a evidência empírica em um caso específico apoia ou não dada teoria. No caso deste artigo, procura-se verificar se a evidência empírica da Guerra da Ucrânia apoia ou não tanto a teoria neoliberal institucionalista quanto a teoria neorrealista das Relações Internacionais. Porém, afirma-se que a pesquisa apresentada neste artigo resulta em um “caminho teórico dirigido pelo sistema” porque este diz respeito, ainda segundo Brinberg e McGrath (1985), a utilizar a teoria como ferramenta para compreender um fenômeno (aqui, a Guerra da Ucrânia), mas ter como resultado a testagem do poder explanatório e as limitações da própria teoria (no caso, da neoliberal institucionalista e da neorrealista).

II. Breve contextualização sobre neorrealismo e neoliberalismo das RI

Historicamente, as Relações Internacionais têm sido divididas majoritariamente entre a teoria realista e a teoria liberal. Embora haja outras teorias que se distinguem e se opõem a ambas, como a teoria construtivista, são as interpretações realistas e liberais as que predominam nas

análises sobre guerra e paz internacionais.

John Herz, considerado por muitos como o pai do realismo ofensivo, argumenta em seu texto “*Idealist internationalism and the security dilemma*” (1950) que o dilema das relações internacionais consiste no fato de que duas nações nunca sabem as reais intenções uma da outra. Há, assim, pela perspectiva do realismo, uma desconfiança entre os países, causada pela incerteza em relação às reais intenções um do outro em um contexto anárquico do sistema internacional, isto é, em que os países possuem apenas a si mesmos para se protegerem dos demais, sem nenhuma autoridade central.

Nesse mesmo sentido, John Mearsheimer, também pertencente à corrente do realismo ofensivo, em seu texto “*The tragedy of great power politics*” (2001) afirma que um dado país aumentaria seu próprio armamento para se proteger de eventuais ataques de outro. Isso poderia inclusive fazer com que o último também adotasse uma postura de desconfiança em relação às intenções do primeiro, pois tampouco teria como sabê-las. Haveria, então, um ciclo de tensão e de consequente aumento de armamento entre os dois países gerada pela falta de clareza em relação as suas intenções.

Outros autores realistas, como Herbert Butterfield em seu texto “*History and Human Relations*” (1951), defenderam que existiria um ‘medo hobbesiano’ que geraria as guerras, à medida que não é possível compreender a ‘mente do outro’. Portanto, um país nunca saberia se está fazendo o outro se sentir ameaçado e vice-versa. Para o autor, que busca escapar da dicotomia ‘bem e mal’ que aparecia em diversos autores do pós-Segunda Guerra, conforme apontam Ken Booth e Nicholas Wheeler em seu texto “*The security dilemma: fear, cooperation and trust in world politics*” (2008), as guerras não seriam geradas pela ‘maldade’ de um país, mas pela ‘tragédia’, no sentido de atacarem para não serem atacados.

Nos anos 1970's, surge então o neorrealismo. Kenneth Waltz (1979), considerado o pai dessa nova corrente, a diferencia do realismo clássico afirmando que o neorrealismo se propõe a ser mais científico. Além disso, para Waltz, o realismo clássico focaria exclusivamente nos Estados, enquanto o neorrealismo, embora também confira grande importância a esses atores, considera para além deles a estrutura do sistema internacional como um todo – como por exemplo as continuidades e repetições que poderiam ser observadas no sistema ao longo do tempo.

Waltz (1979) defende então que quando há riscos de uma determinada nação tornar-se hegemônica, as demais grandes potências reagiriam para impedir que essa hegemonia se concretizasse. Nesse sentido, Estados mais fracos se uniriam para contrabalancear Estados mais potentes. Assim, a balança de poder possuiria um efeito benéfico, à medida que estabilizaria o poder internacional.

Já dentro da vertente teórica liberal, tem-se a teoria da paz democrática, que prevê que Estados democráticos tendem a não entrar em guerra uns com os outros; assim, eles entrariam em guerra apenas com países não-democráticos. Sobre o tema, é interessante observar que em 'A Paz Perpétua' (2020), Immanuel Kant já havia defendido a ideia, posteriormente mais desenvolvida por esses autores liberais, de que a natureza democrática dos países que a adotam faz com que eles sejam menos propícios a entrar em guerra com outros Estados.

Para Kant (2020), isso se dá por três pontos: Em primeiro lugar, há estrangulamentos institucionais nos países democráticos, uma vez que a opinião pública nesses países é, de modo geral, contra as guerras, e nesse sentido a decisão de entrar em guerra passa por um controle que torna o processo demasiadamente lento. Em segundo lugar, nos países

democráticos, há também uma racionalidade utilitarista, que faz com que os custos humanos e financeiros de entrar em guerra a tornem pouco atrativa em um contexto de busca pela prosperidade. Em terceiro lugar, os ‘decision makers’ precisam de votos da população para se reelegerem, e sabem que entrar em guerra pode dificultar sua reeleição em um contexto de uma opinião pública contrária à guerra e visto que esta gera altos custos humanos e financeiros, como citado anteriormente. Não obstante, ainda de acordo Kant (2020), tais fatores não seriam o suficiente para impedir a guerra se eles não gerassem, entre os Estados democráticos, percepções positivas de um em relação ao outro. Isso porque cada nação democrática irá supor que a outra compartilha de seus ‘valores democráticos’.

No entanto, é necessário pontuar que Kant foi um autor do século XVIII, fazendo parte do movimento conhecido como “iluminismo”, e a disciplina de Relações Internacionais (e consequentemente sua teoria liberal) se consolidou apenas no século XX. Assim, o que os teóricos liberais das RI fizeram na verdade foi se apropriar das ideias de Kant e adaptá-las e transformá-las para que pudessem ser aplicadas nos estudos internacionalistas. Nesse sentido, Brian Schmidt em seu texto “*On the history and historiography of international relations*” (2002) discorre sobre como as Relações Internacionais, sendo uma disciplina bastante recente, precisaram utilizar ideias de autores do passado para se legitimar enquanto campo científico – uma prática conhecida como “presentismo”.

Sobre a perspectiva liberal das Relações Internacionais propriamente dita, autores como Karl Deutsch, em seu texto “*Backgrounds for Community: Case Studies in Large-Scale Political Unification*” (1963), defendem que o que geraria a paz entre as nações seria a formação de uma comunidade entre elas, sendo que a formação dessas comunidades seria possível

apenas se os países sentissem necessidade de estabelecer redes de comunicação política entre eles, e à medida que compartilhassem valores democráticos que criariam uma identificação. Dessa forma, percebe-se em Deutsch (1963), também a importância do compartilhamento entre as nações dos chamados 'valores democráticos' para obter a paz entre os países.

Emmanuel Adler e Michael Barnett dão continuidade ao trabalho de Deutsch e em seu texto '*A Framework for the study of security communities*' (1998) afirmam que '(...) uma paz estável está associada à existência de uma comunidade transnacional' (ADLER & BARNETT, 1998, p.31; tradução livre e própria), ou seja, a uma 'comunidade de segurança' na qual os países compartilhem identidades, valores e significados. Portanto, aqui tem-se também na formação das comunidades de segurança uma forma de resolver o chamado dilema da segurança internacional tal como definido por realistas como Herz, uma vez que essas comunidades ajudariam os países a compreender as intenções uns dos outros e a confiar que estas são pacíficas.

Por sua vez, a visão especificamente neoliberal das relações internacionais surge por volta dos anos 1980's como uma nova corrente do liberalismo. O neoliberalismo nas RI se diferencia das demais vertentes liberais essencialmente por ser institucionalista, ou seja, ter o foco nas instituições internacionais – e por isso mesmo é por vezes chamado de "neoinstitucionalismo". A corrente neoliberal é representada por exemplo pelos trabalhos de Celeste A. Wallander e Robert O. Keohane (1999), que defendem que a criação de instituições ajuda a resolver os dilemas da segurança internacional. Isso porque, segundo a visão neoliberal, os países inseridos em uma instituição internacional deixam suas intenções mais claras uns aos outros a partir da interação entre eles, o que auxilia a diminuir as incertezas que poderiam vir a gerar tensões e

conflitos entre as nações. Nos termos de Wallander e Keohane em seu texto “*Imperfect unions: security institutions over time and space*” (1999), os riscos que um país representaria ao outro pela incerteza do dilema da segurança internacional são resolvidos através da transparência.

Dessa forma, e na linha do que argumenta Stephen Walt em seu texto “*International Relations: One World, Many Theories*” (1998), chama a atenção o fato de que todas as correntes neoliberais acreditam que a cooperação seria a forma de acabar com as guerras, mas cada uma delas acredita que essa cooperação deve ser dar de uma forma diferente.

Uma vez contextualizadas as abordagens neorrealistas e neoliberais, cabe então procurar entender como cada uma dessas correntes pode auxiliar os internacionalistas em suas interpretações sobre a guerra na Ucrânia.

III. O neoliberalismo e a Guerra na Ucrânia

Os liberais, segundo Walt (1998), veem a expansão da OTAN como uma forma de reforçar a democracia em desenvolvimento na Europa Central e assim estender o gerenciamento de conflitos da OTAN para uma região potencialmente turbulenta. Portanto, os liberais veem a expansão da OTAN, de uma maneira geral, como algo positivo para um mundo mais pacífico.

Em relação especificamente aos liberais institucionalistas e no que tange à interpretação deles sobre a OTAN, Walt (1998) afirma que com a chegada do neoinstitucionalismo passa a existir a interpretação de que o caráter altamente institucional da OTAN ajuda a explicar sua sobrevivência mesmo depois do desaparecimento de seu principal inimigo. Isso porque, para o autor, quanto mais uma instituição internacional tiver burocracias, processos e políticas bem-estabelecidas e respeitadas, maior a tendência dessa instituição

de permanecer mesmo após desaparecer o inimigo que a priori gerou sua criação.

Walt (1998) argumenta ainda que a partir da perspectiva neoliberal é possível pensar que o mercado global, o aumento de conexões transnacionais e organizações não-governamentais tiraram o foco do setor militar dos países para focar no bem-estar socioeconômico das nações. Isso significa que a interdependência econômica faria com que os países tendessem à paz. Portanto, seria possível interpretar que inserir a Rússia no capitalismo global é uma forma de obter a paz, especialmente caso gere uma classe média russa que pressione para a democratização do país.

Tem-se, então, que para os neoinstitucionalistas os regimes internacionais facilitam a organização da crescente interdependência entre os países, que cada vez mais envolve aspectos comerciais, econômicos, políticos, culturais e diplomáticos. Assim, é interessante analisar aqui uma possível interpretação neoliberal para as sanções econômicas que o Ocidente aplicou à Rússia e suas consequências na Guerra da Ucrânia.

Segundo uma matéria no G1 intitulada “Guerra na Ucrânia: quais são as sanções anunciadas até aqui” (2022), na última semana de fevereiro de 2022, quando a Rússia invadiu a Ucrânia, a União Europeia e os Estados Unidos anunciaram uma série de medidas que possuíam como objetivo isolar a Rússia do mercado global, prejudicando a economia russa, esperava-se, a ponto de a situação tornar-se insustentável. Entre as sanções anunciadas estavam a suspensão de importação de petróleo, um dos principais pilares da economia do país, e o banimento de alguns bancos russos do sistema Swift, que possibilita transações de dinheiro rápidas entre países. Cabe pontuar aqui que os Estados Unidos e União Europeia já impunham sanções à Rússia devido às tensões na

Ucrânia desde 2014.

Faz-se necessário pontuar que a União Europeia e os Estados Unidos decretaram espécies de “ataques econômicos” à Rússia não como complemento a ataques militares, mas como substituição a estes. Afinal, a OTAN não enviou tropas para a Ucrânia em nenhum momento. Não obstante, de acordo com o professor Angelo Segrillo em entrevista concedida à CNN em 09 de abril de 2022, a economia russa sentiu fortemente o impacto dessas medidas por parte dos Estados Unidos e da União Europeia. Isso teria feito, segundo ele, com que a Rússia flexibilizasse seu discurso e se tornasse um pouco mais aberta para negociações.

Diante desse contexto, é possível perceber que a inserção da Rússia no mercado global a tornou mais aberta a fechar acordos para obter a paz com outras nações, uma vez que sua economia - da qual se utiliza não apenas para manter a qualidade de vida de sua população mas também para manter seu poder bélico - passa a ser dependente de outros países. Portanto, percebe-se nesse caso específico uma certa confirmação do argumento dos neoliberais de que a interdependência entre os países faria com que estes se tornassem mais pacíficos.

Além disso, os neoliberais acreditam que quem ocupa a posição de tomador de decisão é uma variável determinante para entender qual será o comportamento de cada Estado. Afinal, segundo eles, cada governante será influenciado por um grupo diferente, terá um nível de abertura ao diálogo distinto, entre outros aspectos. Nesse mesmo sentido, conforme desenvolvido anteriormente, os neoliberais acreditam que Estados democráticos tendem a não entrar em guerra entre si e, de maneira geral, tendem a ser mais pacíficos.

Assim, a partir dessa perspectiva pode-se inferir que, na Rússia, com a suposta democracia de Vladimir Putin sendo bastante personificada em sua figura, quem ocupa o cargo de presidente influencia significativamente as decisões tomadas por esse país, de maneira que caso outra pessoa ocupasse a presidência a decisão extrema de invadir a Ucrânia não teria sido tomada. Afinal, segundo a perspectiva neoliberal, possivelmente se existisse na Rússia os chamados “valores democráticos”, teria havido uma pressão interna maior para que esta não invadisse o território ucraniano.

Ademais, para entender como o neoliberalismo pode ajudar a compreender a Guerra na Ucrânia, é interessante analisar mais a fundo os trabalhos do importante neoliberal Robert Keohane. Em seu texto “*International Institutions: two approaches*” (1988), o autor argumenta que a cooperação não é algo ético por natureza, sendo possível que dois países cooperem entre si para prejudicar a outro. Assim, é possível perceber que a OTAN não seria necessariamente ética através da óptica de neoliberais como Keohane (1988), sendo preciso então avaliar suas ações. Afinal, segundo o autor, compreender a cooperação não é necessariamente celebrá-la.

Ainda conforme Keohane (1988) tanto a corrente neorrealista quanto a corrente neoliberal partem do pressuposto de que os Estados agem como atores racionais na hora de tomar suas decisões, ponderando prós e contras e sempre optando pela opção que trará mais benefícios – ideia proveniente da economia. No entanto, os neorrealistas acreditam que essa racionalidade torna-se maior entre os países à medida que há maior tensão política, enquanto os neoliberais como ele defendem que a racionalidade torna-se maior à medida que os Estados ingressam em instituições internacionais. Segundo Keohane (1988), isso se dá porque assim os países podem ter mais clareza das intenções uns dos outros, e assim estarão mais dispostos a abrir mão de

benefícios imediatos para o bem comum, que gerará benefícios para todos.

Nesse mesmo sentido, em seu texto “*International Institutions: Can Interdependence Work?*” (1998) Keohane argumenta que instituições fazem com que países sigam certas regras para que os outros as sigam também, reduzindo os esforços dos países para chegarem a um acordo. Portanto, instituições tornariam os comportamentos dos países mais previsíveis ao aumentar a transparência entre eles. Aplicando tal ideia à guerra da Ucrânia, seria possível interpretar então que organizações como as Nações Unidas facilitariam os acordos entre as partes envolvidas nos conflitos, à medida que se trata de um ambiente no qual os países podem expressar suas intenções e dessa forma possivelmente chegar a um acordo.

Na realidade, conforme relata reportagem da revista Exame intitulada “Rússia exige garantias de que Ucrânia não será aceita na Otan” publicada em 11 de dezembro de 2022, de fato antes mesmo da invasão da Ucrânia, a Rússia tentava negociações com a União Europeia e os Estados Unidos dentro das Nações Unidas. Porém, o presidente russo Vladimir Putin exigia a proibição do ingresso da Ucrânia na OTAN, algo considerado muito extremo por parte do outro lado do debate. Ao mesmo tempo, o posicionamento do presidente francês Emmanuel Macron, quem falava em nome da União Europeia, era considerado pelos russos como demasiadamente inflexível.

Aqui, é interessante chamar a atenção para a ideia de Keohane (1998) de que embora toda cooperação passe por algum nível de institucionalidade, determinadas instituições tendem a ser mais eficientes do que outras. Nesse sentido, o autor argumenta que instituições com menos membros costumam exercer mais influência sobre seus participantes do que organizações maiores. Keohane (1998) chega a mencionar

que, por causa disso, instituições menores do que as Nações Unidas têm tendências a serem mais influentes.

Dessa forma, através desse argumento de Keohane (1998) é possível explicar que muitas vezes os países não agem de acordo com o que foi previamente estabelecido pela ONU, ou, como no debate em torno da Guerra da Ucrânia, que os países simplesmente não consigam chegar a um acordo dentro dessa organização.

Além disso, Keohane (1988) diferencia o que ele chama de “racionalismo substantivo”, no qual acreditam os neorealistas, do que defendem os autores da “escola reflexiva”, que de acordo com ele são os internacionalistas que entendem que o racionalismo está sempre dentro de um contexto, de maneira que é necessário considerar o lado subjetivo do ser humano ao analisar decisões. É por isso, segundo Keohane (1988), que é possível pensar que o comportamento dos Estados muda e se adapta de acordo com as regras das instituições das quais eles fazem parte, e que isso ajuda a cooperação.

Os teóricos da abordagem reflexiva afirmam então que os valores, normas e práticas de atores com culturas diferentes podem afetar a eficácia das instituições. Portanto, em relação aos racionalistas, os autores da escola reflexiva dão maior importância ao contexto em que as organizações foram criadas. Nesse sentido, de acordo com Keohane (1988), tais teóricos conseguem pontuar melhor quais instituições internacionais serão eficazes em solucionar os problemas sobre os quais foram criados e quais não.

Assim, a partir da perspectiva da escola reflexiva talvez seja possível interpretar que as grandes diferenças de valores e de cultura entre cada país das Nações Unidas – no caso, entre os países ocidentais e a Rússia – são outro fator que afeta a eficácia das negociações dentro da ONU. Afinal, em linhas gerais a UE e os EUA possuem valores democráticos liberais,

enquanto a Rússia vive hoje valores bem diferentes, e é bastante razoável pensar que isso influencia seus valores, normas e práticas – os quais, por sua vez, afetam o que os teóricos reflexivos chamam de “lado subjetivo do ser humano”.

IV. O neorrealismo e a Guerra na Ucrânia

Cabe agora aprofundar a explicação sobre como os neorrealistas podem ajudar a interpretar especificamente a guerra na Ucrânia. Por um lado, conforme argumenta Walt (1998), os realistas defendem que a expansão da OTAN é uma tentativa do Ocidente de expandir sua influência em um contexto de fraqueza russa. Para ele, foram os autores das novas correntes do realismo que surgiram após o fim da Guerra Fria, isto é, das correntes neorrealistas, que perceberam que “(...) a OTAN, sem possuir um inimigo evidente, provavelmente iria enfrentar questionamentos crescentes, e que expandir sua presença em direção ao leste iria prejudicar suas relações com a Rússia.” (WALT, 1998, p. 35; tradução livre e própria).

Portanto, de acordo com Walt (1998), para os chamados neorrealistas seria bastante razoável pensar que a expansão da OTAN futuramente levaria a guerras, o que, conforme sabemos hoje, de fato aconteceu. Afinal, a Rússia, seus simpatizantes e algumas forças anti-imperialistas realmente começaram a questionar a existência da OTAN no pós-Guerra Fria, isto é, depois de seu principal inimigo, a União Soviética, já ter sido derrotado por eles.

Por outro lado, ainda segundo Walt (1998), o realismo pode ajudar a compreender como os EUA conseguiu expandir a OTAN para o chamado “quintal da Rússia”. Isso porque o conceito de “balança de poder” dos realistas ajudaria a explicar que diante de fortes preocupações com conflitos e possibilidades de guerras, muitos países europeus e asiáticos

permitem que os Estados Unidos expandam sua presença militar em seus territórios, esperando obter benefícios com isso.

Outra ideia essencial a ser levantada para entender como os neorealistas podem ajudar a compreender a Guerra na Ucrânia, é a de que, para eles - em contraposição ao que já foi pontuado anteriormente que defendem os neoliberais - qualquer pessoa que ocupe o cargo de tomador de decisão dentro de um Estado terá o mesmo olhar independentemente de seu partido ou posicionamento político. Tal olhar descrito pelos realistas seria o de entender qual a posição do país no sistema internacional e como beneficiá-lo. Nesse sentido, os países pensariam enquanto Estados, e não enquanto governos.

Ao mesmo tempo, percebe-se uma visão dos neorealistas de que Estados, assim como seres humanos, são egoístas - para eles, essa é a natureza humana, que se reflete nas relações internacionais. Afinal, os realistas acreditam que o que gera guerras é o desejo dos países de conservar seu território nacional para proteger sua nação, ou seja, o objetivo de cada nação seria sempre o de preservar seu poder. Aqui, cabe pontuar que esta última já era uma ideia presente nas obras do teórico Nicolau Maquiavel (2010), que viveu entre 1469 e 1527, muito antes das relações internacionais se constituírem enquanto disciplina. Tem-se aqui, portanto, e tal como explicado na seção II, mais um exemplo de “presentismo”, em que internacionalistas utilizam ideias de autores do passado para se legitimar enquanto campo científico, adaptando e transformando os conceitos de maneira a que eles se aproximem dos objetos de estudo das relações internacionais (SCHMIDT, Brian. 2000).

De qualquer forma, sobre o desejo dos países de conservar seu território nacional para proteger sua nação, é interessante pensar que possivelmente mesmo que outra pessoa que não

Emmanuel Macron estivesse na presidência e fosse à ONU representar a União Europeia e os Estados Unidos nas negociações com a Rússia, sua intenção seria igualmente a de tentar fazer com que os interesses de seu país (ou, no caso, dos ocidentais de maneira geral) prevalecessem o máximo possível, e sua postura seria tão inflexível quanto a de Macron.

Mais um ponto importante para entender como os neorrealistas podem ajudar a compreender a Guerra na Ucrânia é que de acordo com eles os Estados não irão se associar a organizações ou tampouco farão acordos caso acreditem que estes beneficiarão mais a outro país do que a si próprios. Afinal, segundo eles, o poder no sistema internacional é visto como relativo, isto é, o mais importante seria possuir mais poder do que o outro. Para esses teóricos, os países entram em instituições apenas caso acreditem que ganharão vantagem em relação aos demais Estados dessa organização ou em relação aos Estados que não participarão da organização.

Dessa forma, seria plausível presumir que a Rússia se negou a fazer um acordo com a União Europeia e os Estados Unidos porque acreditou que os últimos se beneficiariam mais com tal acordo, ao passo que a UE e os EUA tampouco teriam cedido aos termos de negociação da Rússia acreditando que eles dariam demasiada vantagem aos russos em relação a eles mesmos. Por fim, cabe mencionar que partindo da teoria neorrealista, William C. Wohlforth em seu texto “The Stability of a Unipolar World” (1999) desenvolve a teoria da “pax americana”. Para tanto, ele afirma que desde o fim da Guerra Fria, com a queda da URSS, o mundo possuiria uma configuração unipolar, isto é, os Estados Unidos teriam uma tal concentração de poder em todos os componentes (econômico, militar, tecnológico e geopolítico) que, ao menos dentro de um futuro próximo – uma vez que essa configuração seria durável – nenhuma outra grande potência conseguiria contrabalancear.

Ainda conforme Wohlforth (1999), e ao contrário do que defendiam outros realistas, essa unipolaridade promoveria a paz, pois os demais países evitariam entrar em guerra com os EUA, e mesmo este último país não buscaria a guerra, uma vez que ele já é o líder do sistema. Portanto, os EUA possuiriam um papel fundamental na estabilidade do sistema internacional. No entanto, o autor esclarece que para haver paz a partir desses termos, seria necessário o consenso por parte de outros países, o que implicaria que estes encontrassem benefícios na hegemonia norte-americana. Assim, para ele, tal situação de hegemonia norte-americana só estaria existindo porque as demais nações também estariam se beneficiando disso. Nesse ponto, Wohlforth se aproxima do que argumenta Walt (1998) quando afirma que os realistas acreditam que os países cedem à expansão dos EUA como forma de evitar conflitos.

Partindo da análise de Wohlforth (1999), é possível fazer algumas inferências sobre a Guerra na Ucrânia. Por um lado, talvez não seja possível afirmar que hoje exista uma unipolaridade no mundo, com hegemonia consolidada dos Estados Unidos. Afinal, todo o conflito na Ucrânia permeia o fato de que a Rússia é também uma potência, que inclusive se opõe aos Estados Unidos. Além disso, possivelmente a necessidade dos EUA de participar da OTAN e de incluir países do chamado “quintal da Rússia” na organização indique que os Estados Unidos precisam se unir com outros países para manter sua força frente aos russos.

Por outro lado, embora a OTAN não corresponda aos Estados Unidos em si, este último é definitivamente um de seus principais membros. Dentro desse contexto, é possível pensar que a Ucrânia querer entrar para a OTAN passa pelo fato de que ela acredita que se aproximar dos países ocidentais, como os EUA, irá beneficiá-la, por exemplo através de proteção contra invasões e anexações russas. Ao mesmo tempo, a Rússia, possuindo forte armamento bélico desde a Guerra Fria, sente

que tem força o suficiente para se contrapor aos EUA, e por isso os enfrenta em sua política externa, por exemplo tentando afastar a OTAN de seu “quintal”.

V . Conclusão

A partir do que foi previamente apresentado, algumas conclusões podem ser feitas sobre como as correntes neorrealistas e neoliberais das relações internacionais podem ajudar a compreender a Guerra na Ucrânia. Por um lado, percebe-se que as correntes neoliberais podem ajudar nas análises dos internacionalistas sobre a Guerra na Ucrânia à medida que trazem conceitos como a interdependência, que indica que a dependência econômica entre os países em um contexto de mercado global pode pressionar os Estados a adotarem posturas mais pacíficas. Assim, tem-se que a interdependência entre os países pode ser utilizada como uma espécie de arma não-militar para obrigar os Estados envolvidos a entrarem em acordos. Afinal, a interdependência faz com que as sanções econômicas e financeiras se tornem um instrumento de pressão.

Ao mesmo tempo, é possível perceber através da análise apresentada aqui que existe uma certa limitação das instituições ao tentar resolver o problema da Guerra na Ucrânia. Isso porque, não obstante as iniciais tentativas de negociação com os Estados Unidos e a União Europeia por parte da Rússia, as soluções diplomáticas foram preteridas pela invasão russa na Ucrânia em 2022. Nesse sentido, percebe-se que existe, na prática, um contraponto à ideia dos neoliberais institucionalistas de que as instituições internacionais seriam necessárias e suficientes para se alcançar a paz.

Por outro lado, percebe-se que as correntes neorrealistas das relações internacionais também podem auxiliar a compreender a Guerra na Ucrânia. Isso porque é a partir dos

trabalhos de neorrealistas que podemos compreender como a expansão da OTAN pode ter levado à invasão russa ao território ucraniano. Afinal, por não saberem as intenções da OTAN em um contexto de sistema anárquico e em que cada Estado procurará agir em benefício de si mesmo, a Rússia sentiu-se ameaçada e concluiu que precisaria agir para demonstrar poder e assim garantir o que seria, na visão russa, o melhor para o próprio país. Esse ponto é coerente com a visão neorrealista de que os Estados tendem a entrar em guerra por não saberem as intenções uns dos outros e buscarem sempre maximizar seus benefícios diante dos demais países.

Portanto, tem-se que cada uma das correntes analisadas aqui, a neorrealista e a o neoliberal, pode ajudar a explicar aspectos específicos e diferentes da Guerra da Ucrânia. No mesmo sentido, é possível concluir que nenhuma das teorias pode explicar o contexto completo da Guerra, mas ao mobilizar determinados conceitos de cada uma delas, pode-se obter uma explicação não exaustiva mas bastante completa do que tem ocorrido na Ucrânia.

Referências Bibliográficas

ADLER, Emanuel (1999). O construtivismo no estudo das relações internacionais. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, issue 47. pp: 201-246.

ADLER, Emanuel & BARNET, Michael. 1998. "A framework for the study of security communities". In: Adler, Emanuel & Barnett, Michael (eds.) *Security Communities*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

ALBUQUERQUE, Dominic. Os 30 países da OTAN. *SoCientífica*, 08 de outubro de 2022. Publicado em: <https://socientifica.com.br/paises-da-otan/>

ALBUQUERQUE, F. P. S., Carvalho, C., Cunha, A. C., & Fuccille, A. (2021). A instrumentalização do setor energético sob Putin-Medvedev (2000-2018) e o retorno russo ao tabuleiro geopolítico internacional. *Revista De Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad*, 16(1), 125-153. <https://doi.org/10.18359/ries.4764>

BRINBERG, David; MCGRATH, Joseph E. *Validity and the research process*. Beverly Hills: Sage, 1985.

BOOTH, Ken & WHEELER, Nicholas . (2008) *The security dilemma: fear, cooperation and trust in world politics*: New York: Palgrave. Introdução e parte I

BUTTERFIELD, Henry. *History and Human Relations*. Collins, London, 1951.

Conheça a Ucrânia, um país que sobrevive sob a sombra da Rússia. *BBC News Brasil*, 25 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60525870> Acesso em: 04 de novembro de 2022.

DEUTCH, Karl. *Backgrounds for Community*. Case Studies in Large-Scale Political Unification. Mimeo, 1963.

Guerra na Ucrânia: quais são as sanções anunciadas até aqui. *G1*, São Paulo, 25 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/02/25/ guerra-na- ucrania-quais-sao-as-sancoes-anunciadas-ate-aqui.html> Acesso em: 7 de maio de 2022.

HERZ, J. H. (1950) "Idealist internationalism and the security dilemma". *World Politics*, 2, p 157-180.

KANT, Immanuel. *A Paz Perpétua*. Editora Vozes: São Paulo, 30 de março de 2020.

KEOHANE, Robert. "International Institutions: Can Interdependence Work?" *Foreign Policy*, 110, pp. 82-96, 1998.

_____. "International Institutions: two approaches". *International Studies Quarterly*, vol. 32, no 4, December, pp. 379-396, 1988.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Penguin-Companhia, 2010.

MARGAZÃO, Dimas & PEREIRA, Roberta. A criação da Otan e sua permanência do período pós-Guerra Fria. *Fronteira: Revista De iniciação científica Em Relações Internacionais*, 3(5), 83-104. Recuperado de <http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/5068>

MEARSHEIMER, John. *The tragedy of great power politics*. Nova Iorque: Norton & Company, 2001.

Ocidente não vai reconhecer regiões dominadas como parte da Rússia, diz professor. [Entrevista concedida a] Nicole Diniz. CNN, 09 de abril de 2022. <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/ocidente-nao-vai-reconhecer-regioes-dominadas-como-parte-da-russia-diz-professor/> Acesso em: 04 de novembro de 2022.

Rússia exige garantias de que Ucrânia não será aceita na Otan. Revista Exame, 11 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://exame.com/mundo/russia-exige-garantias-de-que-ucrania-nao-sera-aceita-na-otan/> Acesso em: 12 de novembro de 2022.

Rússia invade Ucrânia: fortes explosões atingem capital; invasão deixa ao menos 137 mortos. BBC News Brasil, 24 de fevereiro de 2022. Publicado em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60503097> Acesso em: 04 de novembro de 2022.

SCHMIDT, Brian C. On the history and historiography of international relations. In: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth. *Handbook of International Relations*. Thousand Oaks: Sage, 2002, pp. 3-28.

WALLANDER, Celeste and Keohane, Robert (1999). "Risk, Threat and Institutions", in: Haftendorn, H, Keohane, R. & Wallander, C. (eds.). *Imperfect unions: security institutions over time and space*. Oxford: Oxford University Press.

WALT, Stephen M. "International Relations: One World, Many Theories". *Foreign Policy*, 110, Special Edition: Frontiers of Knowledge. Spring, pp. 29-46, 1998.

WALTZ, Kenneth. *Theory of International Politics*. Illinois: Columbia University, Cap 6, 1979.

WOHLFORTH, William C.. The Stability of a Unipolar World. *International Security*, Vol. 24, (1), 1999.

Como citar

COUTO E SILVA, Flavia. Guerra na Ucrânia: Comparação entre interpretações de correntes neorrealistas e neoliberais das Relações Internacionais. *Primeiros Estudos: Revista de Graduação em Ciências Sociais*, São Paulo, v. 10, n. 02, p. 35-58, 2023. DOI: 10.11606/issn.2237-2423.v10i2pe00102202

A representação dos refugiados da guerra Rússia-Ucrânia nos jornais portugueses

Ana Rafaela Oliveira, Andreia Florêncio, Bruna Silva, Daniela Luís*

Resumo: A Guerra Rússia-Ucrânia provocou movimentos migratórios forçados por parte da população ucraniana. Nesse sentido, os *media* assumiram um papel importante na representação social destes refugiados. Com este artigo, pretendemos analisar como estes são representados nos jornais portugueses, nomeadamente, no *Jornal de Notícias* e no *Público*, durante o período de tempo de 7 de março a 21 de março de 2022. A partir de uma análise de conteúdo, concluímos que os jornais representam os refugiados ucranianos principalmente como vítimas, onde os países se mostram disponíveis para o seu acolhimento e para a criação de condições que permitam o seu bem-estar, estando aqui presente a *victimization frame*. Foi-nos possível concluir que estes veículos de comunicação se referem a este tema tendencialmente de forma positiva.

Palavras-chave: Refugiados; Guerra; Meios de Comunicação; Vítimas; Ucrânia.

* Estudantes da licenciatura em Ciências da Comunicação da Universidade da Maia. Contatos: a038234@umaia.pt, andreiaflorencio17@hotmail.com, brunafabianamtsilva@hotmail.com, danielaicastro@hotmail.com

La representación de los refugiados de la guerra Rusia-Ucrania en los periódicos portugueses

The representation of refugees of the Russia-Ukraine war in Portuguese newspapers

Resumen: La guerra entre Rusia y Ucrania ha provocado movimientos migratorios forzados por parte de la población ucraniana. En este sentido, los medios de comunicación han jugado un rol importante en la representación social de estos refugiados. Con este artículo, pretendemos analizar cómo ellos son representados en los periódicos portugueses *Jornal de Notícias* y *Público*, durante el período de tiempo del 7 de marzo al 21 de marzo de 2022. A partir de un análisis de contenido, concluimos que los periódicos representan a los refugiados ucranianos principalmente como víctimas, donde los países están disponibles para su recepción y para la creación de condiciones que permitan su bienestar, y aquí está el marco de victimización. Hemos podido concluir que estos medios se están refiriendo a este tema de una perspectiva positiva.

Palavras clave: Refugiados; Guerra; Medios de Comunicación; Víctimas; Ucrania.

Abstract: The Russia-Ukraine War caused forced migration movements by the Ukrainian population, and in this sense the media have played an important role in the social representation of these refugees. With this article, we intend to analyze how these are represented in the Portuguese newspapers *Jornal de Notícias* and *Público*, during the period between March 7th and March 21st. of 2022. Drawing from a content analysis, we concluded that newspapers see them mainly as victims, where countries are available for their reception and for the creation of conditions that allow their well-being, within a *victimization frame*. We have been able to conclude that these media refer to this subject mainly in a positive tone.

Keywords: Refugees; War; Media; Victims; Ukraine.

1. Introdução

Nos últimos anos, o fenómeno dos movimentos migratórios tem sido cada vez mais incluído nas agendas políticas e nos debates públicos, tornando-se assim um tema bastante discutido nos meios de comunicação e seus consumidores (GALANTINO, 2022). Nestes movimentos, é de realçar os termos “emigrante” e “imigrante”, tendo significados diferentes consoante a perspectiva do país de origem. O “emigrante” é alguém que deixa o seu país de origem para residir por um período prolongado ou permanente noutro país, enquanto “imigrante” é um indivíduo que entra num país que não é o seu país de origem. Os estudos realizados acerca da representação de imigrantes refugiados nos media caracterizam-nos maioritariamente como vítimas, como despesa para o país de acolhimento e como terroristas ligados à ilegalidade e ao crime (BENNETT et al., 2013; EL REFAIE, 2001; GOODMAN; SPEER, 2007; IBRAHIM, 2005).

No final de fevereiro de 2022, mais especificamente no dia 24, as forças militares russas lideradas pelo presidente Vladimir Putin deram início à invasão na Ucrânia. É importante referir que a Ucrânia é considerada um país pouco estável a nível político e social sobretudo desde a crise de 2013/2014 devido à contestação da população contra a decisão do presidente Víktor Yanukóvytch da não entrada do país na União Europeia. Face ao facto de não pertencer à mesma, viu-se politicamente sozinha na guerra atual.

Como reação a esta invasão, os movimentos migratórios por parte da população ucraniana foram praticamente imediatos, recorrendo estes aos países fronteiriços como a Polónia, a Hungria, entre outros, alargando-se também aos restantes países europeus devido ao elevado número de pedidos de ajuda e falta de recursos. Esta crise permitiu que os media tivessem a capacidade de moldar a ideia de quem são os

refugiados e o que a sua chegada significa para os países de acolhimento em termos sociais, políticos, económicos e culturais; visto que este clima de tensão faz com que as pessoas procurem todo o tipo de informação a partir dos meios de comunicação disponíveis (PERSE, 2001).

Este poder dado aos media faz com que estes consigam contribuir para a formação da opinião pública, podendo ser esta positiva, negativa ou neutra; e para as narrativas dominantes (QUINSAAT, 2014) que acabam por ter influência nos pensamentos, comportamentos e nas ideias da população, e conseqüentemente na forma como esta recebe os refugiados. A cobertura noticiosa sobre a Guerra Rússia-Ucrânia começou mesmo antes do início da mesma, quando havia apenas ameaças por parte da Vladimir Putin, e perdura até ao momento atual.

O nosso problema de pesquisa consiste em entender como os refugiados ucranianos foram noticiados em Portugal, de modo a identificar padrões de representação ou framings em circulação nos media, no início da guerra. Para tal, foi realizada uma análise de conteúdo de 94 notícias publicadas em dois jornais portugueses, ao longo de duas semanas de março de 2022. A análise da cobertura noticiosa sobre os refugiados nos meios de comunicação portugueses incide na narrativa utilizada pelos media para os caracterizar e na representação que fazem dos refugiados ucranianos. Em suma, o nosso estudo pretende contribuir para o entendimento sobre os framings e narrativas dominantes que circulam nos meios de comunicação e na população acerca desta minoria. Neste sentido, existe a possibilidade da influência a longo prazo, no que diz respeito às formas como as pessoas agem e às ideias políticas e sociais sobre a entrada dos refugiados ucranianos nos países de acolhimento, mais especificamente, em Portugal (BETTS, 2015) “criando novos padrões e temas” (ROMAN; YOUNG; PERKINS, 2021, p. 154).

2. Revisão da Literatura

Ao pesquisarmos sobre o tema em questão, conseguimos perceber que os media têm um papel importante no entendimento de quem são os refugiados e o que a sua chegada significa para os países de acolhimento, visto que a visão que a população tem sobre estes é diretamente influenciada por estes veículos de informação (PERSE, 2001). Este papel ganha importância quando os consumidores não têm qualquer tipo de experiência com refugiados, o que faz com que os media consigam influenciar ainda mais o conhecimento sobre eles (ROMAN; YOUNG; PERKINS, 2021).

Segundo a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 (UNITED NATIONS, 1951), para alguém poder ser acolhido como um refugiado, este tem de:

ser perseguido em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a proteção daquele país.

Isto significa que os requerentes de asilo no processo de alcançarem o estatuto de refugiados não deveriam sofrer qualquer tipo de juízos de valor independentemente do país em que estes se candidatem. Contudo, esta aceitação varia muito ao redor do planeta, em específico na Europa onde os media do país em estudo se situam.

Face a isto, uma pergunta mantém-se: “por que as interpretações jurídicas dos países de um “refugiado” são tão diferentes em toda a Europa?” (KOCH et al., 2020, p. 6). São as narrativas dos media que contribuem para as diferentes reflexões e diferentes framings, ao utilizarem linguagem ligada à guerra, como invasão e ocupação ou ligada a desastres naturais, como inundações e cheias, estes acabam por ajudar a

criar uma narrativa de “incontrolabilidade e ameaça” (GALANTINO, 2022, p. 262).

Neste sentido, é claro o papel que os media têm em influenciar o debate público e as ideias políticas no que diz respeito à emigração e asilo, visto que estes têm a capacidade de criar agendas e debates (BERRY; GARCIA-BLANCO; MOORE, 2015). Face a isto, existem certas ideias dominantes na sociedade que têm repercussão nas atitudes, comportamentos e emoções para com os recém-chegados (QUINSAAT, 2014). A população interpreta o mundo à sua volta com base nas narrativas que ouviram anteriormente, sendo que também neste tema a opinião da mesma sobre os refugiados é influenciada pelas notícias passadas (MOEN-LARSEN, 2020). A cobertura jornalística é muitas das vezes baseada em deduções de como as notícias devem ser escritas. Contudo estas crises, como é o caso da guerra Rússia-Ucrânia, abrem um precedente ao criarem novas interpretações do problema (GEMI; ULASIUK; TRIANDAFYLLIDOU, 2013; HORSTI, 2008; NOSSEK, 2008).

2.1 Framing dos refugiados nos media

O termo “framing” é utilizado para examinar textos e imagens, sendo estes definidos como a ideia central de notícias, explicando assim o significado das mesmas (GAMSON; MODIGLIANI, 1987). Contudo, face a estes frames já pré-definidos existem factos e características menos salientes que não são comunicados, não lhes dando assim qualquer importância (DE VREESE; LECHER, 2012). Neste sentido, os frames baseiam-se na repetição de certas palavras e símbolos que podem ser mostrados como positivos, negativos ou neutros (ENTMAN; MATTHES; PELLICANO, 2009; TANKARD, 2001). Por outro lado, vários estudos afirmam que os media estão envolvidos nestes processos, onde colaboram com as autoridades do país em questão para formarem um problema

social que pode desenvolver-se em pânico moral. Estas colaborações são muito utilizadas quando se trata de “emigrantes ilegais”, enquanto em refugiados ligados a catástrofes naturais ou guerras, o enquadramento é completamente diferente (VAN GORP, 2005).

Vários investigadores consideram que a cobertura noticiosa de refugiados é dominada por um problema de orientação/framing (GEMI; ULASIUK; TRIANDAFYLLIDOU, 2013; HELLER, 2014; NICK LYNN; SUSAN LEA, 2003), pois existem framings já estipulados pelos media como é o caso da victimization frame, da economization frame e destes serem associados à ilegalidade, ao terrorismo e ao crime (BENNETT et al., 2013; EL REFAIE, 2001; GOODMAN; SPEER, 2007; IBRAHIM, 2005).

A victimization frame foca-se na situação em que os refugiados se encontram e retrata-os como pessoas que necessitam de ajuda face às suas circunstâncias, no sentido em que estas não são culpa deles (HORSTI, 2008; VAN GORP, 2005), visto que normalmente as causas para estes refugiados fugirem do seu país estão ligadas ao poder estabelecido no país correspondente. Os media têm a capacidade de representarem este frame ao fornecerem informação sobre as motivações e as causas para os refugiados fugirem, as suas condições de vida, o seu estado de saúde, entre outros; chamando assim a atenção dos consumidores e da população em geral para as obrigações legais e políticas (HARRELL-BOND, 1999). Contudo, a victimization frame tem um lado negativo, pois estas minorias por vezes são retratadas como desesperadas e que se encontram a sofrer, estando assim completamente dependentes de ajuda externa (CHOULIARAKI, 2012).

Por outro lado, também os refugiados são vistos de uma forma completamente diferente, sendo estes associados à ilegalidade, ao terrorismo e ao crime, onde são acusados de

esgotarem os recursos que noutra situação iriam ser utilizados para o país de acolhimento, estando esta em específico ligada à economization frame (HIER; GREENBERG, 2002; MADRA; ADAMAN, 2014; QUINSAAT, 2014). Estes tipos de framing acabam por influenciar a população e o que esta pensa das minorias, pois alguns meios de comunicação afirmam que são vítimas e necessitam de ajuda, enquanto outros afirmam que são terroristas e é ilegal a sua entrada nos vários países, tornando-se estes um desperdício de tempo e recursos.

Muitas das vezes os media, ao fazerem a cobertura noticiosa sobre este assunto, utilizam várias metáforas interligadas à quantidade de pessoas e à magnitude destes “movimentos migratórios”, o que faz com que seja realizada a associação da emigração com a impotência contra a grande quantidade de pessoas recém-chegadas, bem como os futuros custos utilizados nas mesmas. Esta perspetiva desumaniza estes grupos de refugiados e faz com que exista a diferenciação entre o “nós” e o “eles”, pois são vistos como forasteiros que corrompem a identidade cultural, a linguagem e valores nas sociedades que os recebem (GILBERT, 2013; GREUSSING; BOOMGAARDEN, 2017).

Dentro desta frame é possível abordar os emigrantes não documentados que são apresentados como um objeto, uma não-pessoa, o que faz com que estes sejam vistos como uma ameaça por não terem historial social nem pessoal (DAL LAGO; VÄHÄMÄKI, 1999). É de salientar ainda a conotação negativa da expressão “emigração ilegal” que naturalmente se associa ao terrorismo, tráfico de humanos e tráfico de drogas; estando também estes contextualizados com pessoas a solicitarem asilo (HORSTI, 2008).

Em suma, as notícias têm a capacidade de circular informação rapidamente, informando os leitores acerca do que acontece no mundo, visto que a maior parte da população

depende das interpretações dos media (MOEN-LARSEN, 2020). Contudo, é explícito o problema de orientação nos media, pois a representação dos refugiados em framings já estipulados faz com estes que sejam vistos como passivos e como ameaça para a cultura, segurança e bem-estar do país de acolhimento, e conseqüentemente, desumanizados em grupos anónimos (GREUSSING; BOOMGAARDEN, 2017).

É de referir que cada vez mais as coberturas noticiosas se focam nos pontos negativos da emigração ilegal (ROMAN; YOUNG; PERKINS, 2021), sendo que os refugiados são noticiados de forma mais negativa do que outro tipo de emigrantes (LAWLOR; TOLLEY, 2017). São estes frames que são comunicados às audiências, contribuindo para uma visão estereotipada dos refugiados. Assim, de forma a perceber se estes framings estão presentes nos media portugueses, este estudo pretende responder à seguinte questão de investigação: “Como são representados os refugiados na imprensa portuguesa durante a guerra Rússia-Ucrânia em 2022?”.

3. Metodologia

Este estudo baseia-se na análise de várias notícias de modo a compreender a visão e a narrativa dos media portugueses, no que diz respeito aos refugiados ucranianos provenientes da guerra Rússia-Ucrânia em 2022. Os artigos recolhidos foram publicados em dois jornais nacionais, nomeadamente o Público (P) e o Jornal de Notícias (JN), durante o período de 7 de março a 21 de março de 2022, duas semanas que correspondem ao início do sucedido, mais concretamente do dia 24 de fevereiro. Estes jornais foram os escolhidos pelo facto de serem jornais portugueses de referência a nível nacional, com elevados números de vendas e visualizações diárias.

Neste estudo vai ser realizada uma análise qualitativa onde iremos analisar o conteúdo das notícias. Ao procedermos à recolha das notícias nos jornais referidos anteriormente, pesquisámos no site dos jornais, através da palavra-chave “refugiados”, de forma a obtermos mais resultados, sendo que recolhemos 39 do JN e 55 do P, perfazendo um total de 94 notícias (gráfico 1).



Gráfico 1

Para a análise de notícias, utilizamos a plataforma do NVivo, onde classificamos todas as notícias recolhidas, conforme as seguintes dimensões descritas na tabela 1: grupo social, país de acolhimento, tema, tom e visão/enquadramento, sendo que em cada uma destas é possível encontrar várias subcategorias.

Dimensões	Descrição	Variáveis
1. Grupo Social	Análise dos grupos sociais dominantes nas notícias	"homens", "mulheres", "crianças e jovens", "mulheres, crianças e jovens"
2. País de Acolhimento	País em que os refugiados foram acolhidos	"Polónia", "Roménia", "Hungria", "Portugal", "disponíveis para acolher"
3. Tema	Classificação do tema em que se inserem as notícias analisadas	"sociedade", "política", "economia", "saúde", "educação"
4. Tom	O tom dominante presente nas notícias	"positivo", "negativo", "neutro"
5. Visão e Enquadramento	Representação dos <i>media</i> sobre os refugiados	"vitima", "invasor", "despesa para o país"

Tabela 1 | Método de análise das notícias

4. Resultados

No âmbito desta análise da representação dos refugiados durante a guerra Rússia-Ucrânia nos jornais portugueses, é possível verificar que em 94 notícias, 72% tem um tom positivo, 13% neutro e 15% negativo, sendo que a conotação positiva está interligada à solidariedade, à vontade da população de os ajudar e os acolher face à sua situação, como é explícito no exemplo do título da notícia do JN: "Porto, Gaia, Matosinhos unem-se para ajudar refugiados ucranianos"; e a conotação negativa refere-se à condenação da invasão da Rússia à Ucrânia e não aos refugiados em si, como é possível verificar no seguinte excerto da notícia do JN: "A invasão russa foi condenada pela generalidade da comunidade internacional que respondeu com o envio de armamento para a Ucrânia e o reforço de sanções económicas Moscovo". Já como exemplo de tom neutro, onde se limitaram apenas aos factos em si, é possível referir o seguinte título do JN: "Refugiados ucranianos enfrentam câmbio especulativo". Ao realizarmos uma comparação entre as notícias dos dois jornais analisados (gráfico 2), verificamos que o P tem uma percentagem maior

(82%) do que o JN (59%) no que diz respeito ao tom positivo, sendo que no tom negativo e neutro têm percentagens equilibradas. Esta diferença de notícias de tom positivo poderá ser explicada por diferenças editoriais?

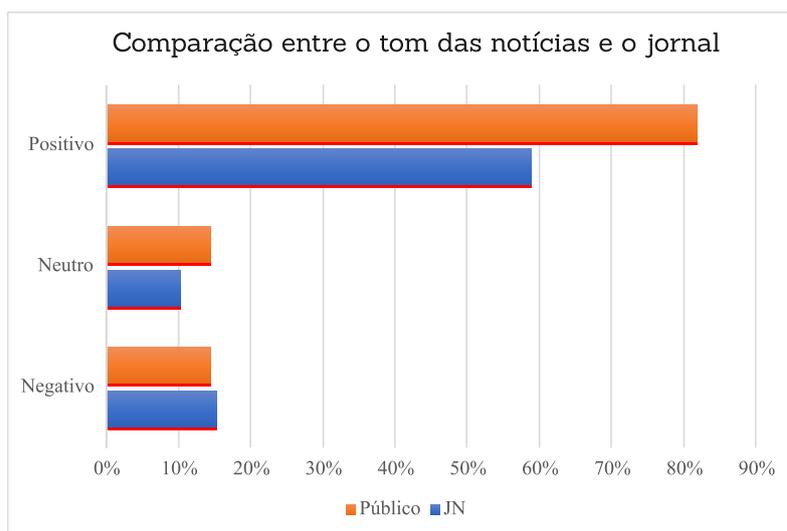


Gráfico 2

Os refugiados são representados maioritariamente como vítimas, detendo 97%, enquanto apenas 3% das notícias os enquadrava como um potencial perigo, relativamente a doenças preventivas através de vacinas que fazem parte do plano de vacinação português, e que poderiam vir a proliferar com a entrada de pessoas que não possuem esta proteção, bem como o possível aumento de casos de Covid-19. Foi inserido na análise a subcategoria de refugiados como despesa para o país de acolhimento (economization frame) e a representação destes como criminosos e terroristas, devido aos framings referidos na revisão da literatura, contudo não foi encontrada nenhuma notícia com esta ênfase. Por outro lado, a victimization frame apresentou uma supremacia relativamente às outras, possivelmente explicado por serem refugiados vindos

da Europa e se encontrarem em fuga de uma invasão russa ao seu país.

No que diz respeito ao grupo social, não houve notícias relacionadas com o género masculino em específico, o que se pode justificar em parte pela lei marcial que entrou em vigor na Ucrânia e pelo facto deste normalmente não ser visto como uma minoria nestas situações de crise, face a vivermos numa sociedade patriarcal (CURRAN JAMES; LIEBES TAMAR, 2002). A maioria das notícias, nomeadamente 66% direccionaram-se a refugiados no geral e não a um grupo específico. Por outro lado, existiram notícias direccionadas às minorias, sendo elas as mulheres na sua individualidade com 5%, estas em conjunto com crianças e jovens, com 7% e com uma percentagem superior (21%) as crianças e jovens, podendo-se se justificar pelo facto de as mulheres/jovens/crianças serem normalmente consideradas minorias, tornando-se um foco para os media. É de salientar que as mulheres em conjunto com os jovens e crianças são o segundo grupo social mais mencionado com 34%.

Ao compararmos os dois jornais (gráficos 3 e 4) não encontramos grandes diferenças, pois tanto num como no outro os homens não foram mencionados, como foi referido anteriormente, o grupo indefinido foi o mais vezes referido, com 54% no JN e 75% no P. Em relação às minorias, as crianças e jovens foram mais mencionados no P (25%) do que no JN (15%) e as mulheres, crianças e jovens aconteceu o contrário, pois o JN deteve 10% e o P apenas 5%, como é possível verificar nos gráficos 3 e 4.

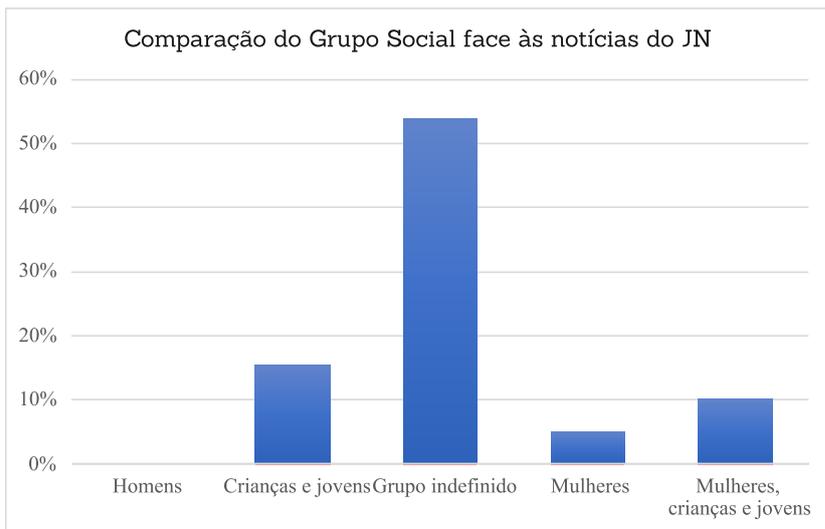


Gráfico 3

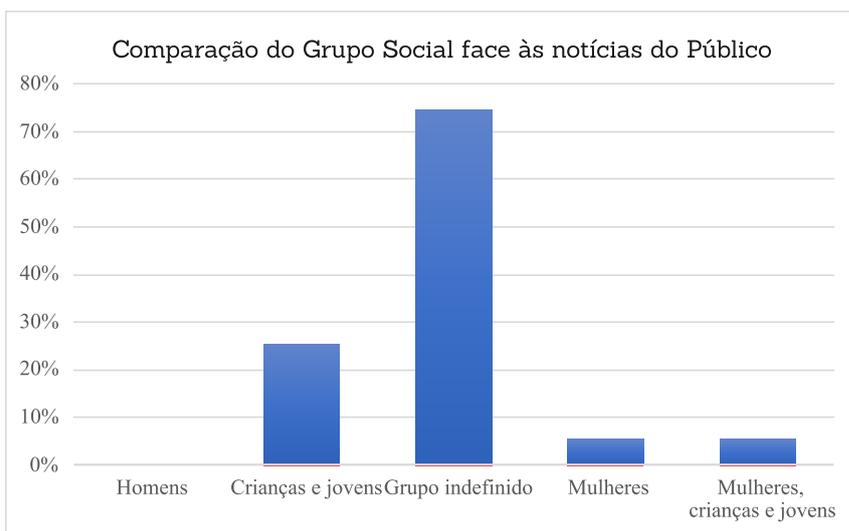


Gráfico 4

Em relação ao tema, a sociedade com 63% e a segurança com 29% são os temas mais abordados por estes dois jornais. A segurança pode explicar-se pelo facto deste tema ser importante no acolhimento dos refugiados e conseqüentemente as condições em que se encontram no país de acolhimento. Contudo, é possível encontrar diferenças entre os dois jornais (gráfico 5), pois no P verificamos que 73% das notícias eram sobre a sociedade, enquanto no JN foram apenas 51%. Também no tema da política é possível ver o desfasamento entre os

jornais, visto que o P detém 25% e o JN 13%.

Quanto aos temas menos abordados, está presente a economia com 13%, a educação e a emigração com 12% e o vandalismo com 1%; sendo possível explicar pelo intervalo de recolha de notícias, apenas duas semanas depois do sucedido, o que fez com que os temas mais abordados fossem interligados com a sociedade em si, como é que os portugueses estavam a acolher, ou seja, em temas mais relacionados com a integração e com a própria sobrevivência que posteriormente passou para segundo plano. Ao compararmos os dois jornais (gráfico 5), existe uma diferença considerável entre o tema da emigração, pois o JN deteve 18% e o P apenas 7%. Em contrapartida, verificamos o contrário nos temas economia e educação, visto que na economia o JN obteve 8% e o P 16% e na educação 5% e 16% respetivamente. Será possível explicar-se pelas diferenças editoriais?

Ana Rafaela Oliveira et al | A representação dos refugiados da guerra Rússia-Ucrânia...

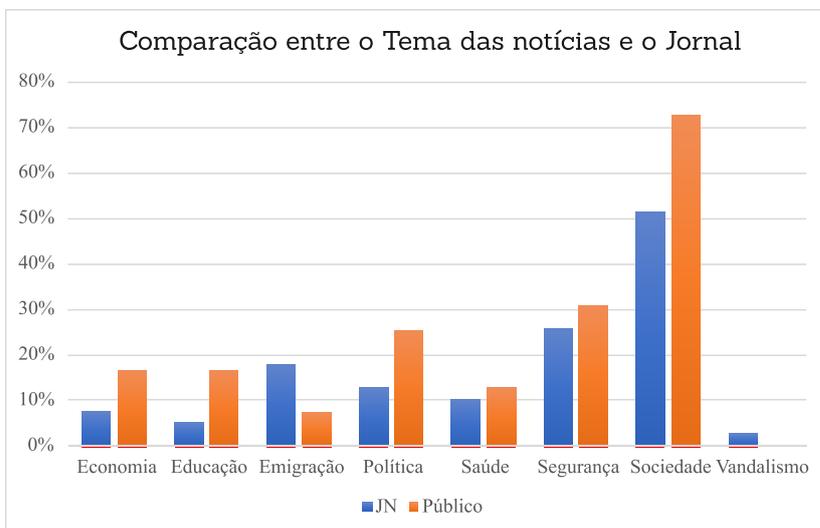


Gráfico 5

Já no que concerne ao país de acolhimento, Portugal é o mais mencionado com 67%, possivelmente pelo facto de se tratar de jornais nacionais portugueses. Por outro lado, a Hungria e a Roménia com 4% e a Polónia com 11%, o que

provavelmente se deve ao facto de estes serem países fronteiriços. Também foram mencionadas 23% das referências na subcategoria disponíveis para acolher, não o tendo feito efetivamente ainda, visto que esta crise ainda era recente, não havendo ainda a organização necessária nos países de destino.

5. Conclusões

Através da análise realizada, conseguimos responder à nossa pergunta de investigação, verificando que os refugiados provindos da guerra Rússia-Ucrânia são descritos pelos jornais portugueses como vítimas, encontrando-se aqui presente a victimization frame (HORSTI, 2008; VAN GORP, 2005); pelo contrário a economization frame não foi mencionada. As notícias escritas referentes aos refugiados tendem a ter um tom positivo, quer pela disponibilidade de acolhimento pela comunidade internacional, quer pela solidariedade da mesma.

Foi possível observar que durante o período de análise, no que diz respeito ao grupo social, o grupo indefinido foi a primeira maioria e as mulheres, jovens e crianças, em conjunto, foram a segunda maioria, enquanto os homens não foram um grupo mencionado na nossa amostra, mostrando assim a discrepância entre os dois grupos. É ainda importante referir que Portugal foi o país mais mencionado na nossa amostra, no que diz respeito ao acolhimento, integração e ajuda generalizada aos refugiados.

Pelo facto da nossa amostra se restringir apenas a dois jornais, e sendo estes portugueses, esta limitou o nosso estudo. Face a estes fatores, esta análise abre caminho para futuras investigações mais abrangentes, quer na ordem nacional como internacional, podendo servir como base para as mesmas.

Referências Bibliográficas

BENNETT, S. et al. The representation of third-country nationals in european news discourse journalistic perceptions and practices. *Journalism Practice*, v. 7, n. 3, 2013.

BERRY, M.; GARCIA-BLANCO, I.; MOORE, K.. Press Coverage of the Refugee and Migrant Crisis in the EU: A Content Analysis of Five European Countries. United Nations High Commission for Refugees, p. 277, 2015.

BETTS, A.. Human migration will be a defining issue of this century. How best to cope? *The Guardian*, 20 set. 2015.

CHOULIARAKI, L.. Between Pity and Irony: Paradigms of Refugee Representation in Humanitarian Discourse. In: MOORE, K.; GROSS, B.; THREADGOLD, T. (Orgs.). *Migrations and the Media*. Nova Iorque: Peter Lang, 2012.

CURRAN, J.; LIEBES, T. (Orgs.). *Media, Ritual and Identity*. Londres: Routledge, 1998.

DAL LAGO, A.; VÄHÄMÄKI, J.. Epähenkilöt. *Tiede & edistys*, v. 24, n. 4, abr. 1999.

DE VREESE, C. H.; LECHER, S.. News framing research: An overview and new developments. In: SEMETKO, H.; SCAMMELL, M. (Orgs.). *The SAGE Handbook of Political Communication*. Los Angeles: SAGE, 2012.

EL REFAIE, E.. Metaphors we discriminate by: Naturalized themes in Austrian newspaper articles about asylum seekers. *Journal of Sociolinguistics*, v. 5, n. 3, 2001.

ENTMAN, R. M.; MATTHES, J.; PELLICANO, L.. Nature, sources, and effects of news framing. In: WAHL-JORGENSEN, K.; HANITZSCH, T. (Orgs.). *The Handbook of Journalism Studies*. Londres: Routledge, 2009.

GALANTINO, M. G. The migration-terrorism nexus: An analysis of German and Italian press coverage of the 'refugee crisis'. *European Journal of Criminology*, v. 19, n. 2, p. 259-281, 2022.

GAMSON, W. A.; MODIGLIANI, A.. The Changing Culture of Affirmative Action. *Research in Political Sociology*, v. 3, p. 137-177, 1989.

GEMI, E.; ULASIUK, I.; TRIANDAFYLLIDOU, A.. Migrants and media newsmaking practices. *Journalism Practice*, v. 7, n. 3, 2013.

GILBERT, L.. The Discursive Production of a Mexican Refugee Crisis in Canadian Media and Policy. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, v. 39, n. 5, 2013.

GOODMAN, S.; SPEER, S. A.. Category Use in the Construction of Asylum Seekers. *Critical Discourse Studies*, v. 4, n. 2, 2007.

GREUSSING, E.; BOOMGAARDEN, H. G. Shifting the refugee narrative? An automated frame analysis of Europe's 2015 refugee crisis. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, v. 43, n. 11, p. 1749-1774, 18 ago. 2017.

HARRELL-BOND, B. E.. The Experience of Refugees as Recipients of Aid. In: AGER, A. (Org.). *Refugees: Perspectives on the Experience of Forced Migration*. Londres: Pinter, 1999.

HELLER, C.. Perception management: Deterring potential migrants through information campaigns. *Global Media and Communication*, v. 10, n. 3, 2014.

HIER, S. P.; GREENBERG, J. L.. Constructing a discursive crisis: Risk, problematization and illegal Chinese in Canada. *Ethnic and Racial Studies*, v. 25, n. 3, 2002.

HORSTI, K.. Europeanisation of public debate: Swedish and Finnish news on African migration to Spain. *Javnost*, v. 15, n. 4, p. 41-53, 2008.

IBRAHIM, M.. The securitization of migration: A racial discourse. *International Migration*, v. 43, n. 5, 2005.

KOCH, C. M. et al. Public debate in the media matters: evidence from the European refugee crisis. *EPJ Data Science*, v. 9, n. 1, 1 dez. 2020.

LAWLOR, A.; TOLLEY, E.. Deciding who's legitimate: News media framing of immigrants and refugees. *International Journal of Communication*, v. 11, 2017.

MADRA, Y. M.; ADAMAN, F.. Neoliberal reason and its forms: De-politicisation through economisation. *Antipode*, v. 46, n. 3, 2014.

MOEN-LARSEN, N.. "Suitcase-shelling-Russia": narratives about refugees from Ukraine in Russian media. *East European Politics*, v. 36, n. 1, p. 124-142, 2020.

PRIMEIROS estudos, v. 10, n. 02

NICK LYNN; SUSAN LEA. A phantom menace and the new Apartheid: the social construction of asylum-seekers in the United Kingdom. *Discourse & Society*, p. 425–452, 2003.

NOSSEK, H. 'News media'-media events: Terrorist acts as media events. *Communications*, v. 33, n. 3, 2008.

PERSE, E. M. *Media Effects and Society*. Nova Jérsei: Lawrence Erlbaum Associates, 2001.

QUINSAAT, S. Competing News Frames and Hegemonic Discourses in the Construction of Contemporary Immigration and Immigrants in the United States. *Mass Communication and Society*, v. 17, n. 4, p. 573–596, 2014.

ROMAN, N.; YOUNG, A.; PERKINS, S. C. Displaced and invisible: Ukrainian refugee crisis coverage in the US, UK, Ukrainian, and Russian newspapers. *Negotiation and Conflict Management Research*, v. 14, n. 3, p. 153–169, 2021.

TANKARD, J. The empirical approach to the study of media framing. In: REESE, S.; GANDY JR., O.; GRANT, A. (Orgs.). *Framing public life: Perspectives on media and our understanding of the social world*. Londres: Routledge, 2001.

UNITED NATIONS. Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados. Organização das Nações Unidas, 1951. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf>

VAN GORP, B. Where is the frame?: Victims and intruders in the belgian press coverage of the asylum issue. *European Journal of Communication*, v. 20, n. 4, 2005.

Como citar

OLIVEIRA, Ana Rafaela et al. A representação dos refugiados da guerra Rússia-Ucrânia nos jornais portugueses. *Primeiros Estudos: Revista de Graduação em Ciências Sociais*, São Paulo, v. 10, n. 02, p. 59-77, 2023. DOI: 10.11606/issn.2237-2423.v10i2pe00102203

O dualismo filosófico e o lugar dos brancos conquistadores no pensamento ameríndio, segundo Claude Lévi-Strauss

Thiago Toledo L. F. da Rocha*

Resumo: No presente artigo, mostro inicialmente, a partir do desvelamento de certos pressupostos de Claude Lévi-Strauss a respeito do pensamento selvagem e do modo de operar do espírito humano, a maneira como, em *A história de Lince* (1991), o autor compreende a interpretação dos ameríndios em relação a chegada dos brancos conquistadores na América colonial. Em seguida, aponto de que modo essa chave de leitura ameríndia está relacionada ao princípio filosófico e ético-político do dualismo, o qual, segundo Lévi-Strauss, está na base do pensamento dos povos indígenas das américas.

Palavras-chave: pensamento ameríndio; mitologia; espírito humano; dualismo filosófico.

*Graduando em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo. Contato: throcha34@usp.br

El dualismo filosófico y el lugar de los blancos conquistadores en el pensamiento amerindio, según Claude Lévi-Strauss

The Philosophical dualism and the place of the white colonizers in the amerindian thought, accordingly to Claude Lévi-Strauss

Resumen: En el presente artículo, muestro inicialmente, a partir del desvelo de ciertos presupuestos de Claude Lévi-Strauss acerca del pensamiento salvaje y del modo de operar del espíritu humano, la manera como el autor comprende la interpretación de los amerindios en relación a la llegada de los blancos conquistadores en la América colonial en "A História de Lince" (1991). Luego señalo de qué modo esta clave de lectura amerindia está relacionada con el principio filosófico y ético político del dualismo, el cual, según Lévi-Strauss, está en la base del pensamiento de los pueblos indígenas de las Américas.

Palavras clave: pensamiento amerindio; mitología; espíritu humano; dualismo filosófico.

Abstract: In this article, first, departing from the unveiling of Lévi-Strauss' premises about the savage mind, I present the way the author conceives the interpretation of the Amerindians regarding the arrival of white colonizers in Colonial America in "A História de Lince" (1991). Then, I point out the way this interpretative key of the Amerindians is connected to the philosophical and ethico-political principle of dualism, which, according to Lévi-Strauss, is at the basis of Amerindian people's way of thinking.

Keywords: Amerindian thought; Mythology; Human Spirit; Philosophical dualism.

Os Mitos e o Espírito Humano

Na magistral “Abertura” de *O cru e o cozido* (1964), Lévi-Strauss afirma que a experiência das mitológicas seria a mais decisiva de toda a sua trajetória intelectual. Isso porque, ao contrário das regras de parentesco, costumes e imperativos sociais abordados nas *Estruturas elementares do parentesco* (1955), os mitos permitiriam ao antropólogo acessar o pensamento humano puro, refletindo sem obstáculos, obrigações ou regras sociais. Ou ainda, em outras palavras, o estudo dos mitos possibilitaria visualizar os princípios e estruturas mentais inerentes à mente humana. Como coloca o autor, na mitologia, o espírito humano pensante tem “total liberdade para se entregar à própria criatividade espontânea” (LÉVI-STRAUSS, p. 38- 39).

Tal como mostra Frederick Keck (2013), a empreitada de Lévi-Strauss nas Mitológicas, ao buscar mapear a arquitetura transcendental da mente humana, isto é, o conjunto das diferentes categorias, atividades e níveis lógicos por meio dos quais o espírito humano percebe o real, aproxima-se do projeto epistemológico kantiano, sobretudo em *A crítica da razão pura* (2015).

Compreendendo o espírito humano como “um objeto dotado de realidade própria, independente de todo e qualquer sujeito” (LÉVI-STRAUSS, 1964), o pai da antropologia estrutural se insere explicitamente no gênero de investigação que Kant inaugurou, o qual isola razão e a concebe como um objeto puro, isolado, desvinculado de todo suporte material ou fisiológico. Todavia, há uma diferença fundamental entre as investigações metafísicas de ambos, que é já bastante evidente no *Pensamento Selvagem*: enquanto Kant e boa parte da tradição filosófica ocidental que lhe sucede isola e desvincula o processo cognitivo de suas determinações particulares, isto é, do solo social objetivo do qual emerge, Lévi-Strauss o

investiga em meio a tais determinações (PIMENTA, 2013), algo que, do ponto de vista filosófico, como o próprio autor destaca em *De perto e de longe*, o aproxima do marxismo. Não é à toa que nas *Mitológicas*, Lévi-Strauss fornece não apenas os elementos concretos sobre e através dos quais os mitos refletem, mas também as características organizacionais e socioculturais das tribos locutoras dos mitos estudados.

O grande objetivo de Lévi-Strauss é, portanto, o de extrair os axiomas e princípios estruturais os quais determinam certas elaborações inconscientes comuns ao espírito humano e que, por isso, se manifestam em diferentes contextos históricos e etnológicos ao redor do mundo. Os mitos, nesse sentido, revelar-se-iam como o material mais favorável para essa pretensiosa tarefa.

Será em *A estrutura dos mitos*, texto bastante conhecido e aclamado, publicado em 1955, que o autor fornecerá o pontapé inicial ao estudo estrutural das narrativas míticas, o qual será levado adiante nas *Mitológicas*, das quais *O Cru e o Cozido* (1964) é o primeiro livro. No artigo de 1955, Lévi-Strauss já levantava a seguinte questão, que permeia toda a sua empreitada nas *Mitológicas*: se os mitos são inteiramente contingentes, como explicar que em regiões tão afastadas geograficamente, eles se reproduzam com as mesmas características e, muitas vezes, os mesmos detalhes? (LÉVI-STRAUSS, 1955).

As *Mitológicas* são uma tentativa de resposta a essa indagação que há muito já ocupava às ciências humanas. Os resultados de suas investigações, como veremos adiante, levaram-no a sustentar que o pensamento mítico revela certas estruturas e operações lógicas comuns ao pensamento humano. Será com base nessas ideias que em *História de Lince* (1991) - livro cujos mitos esmiuçaremos adiante - o autor afirmará que as semelhanças entre os mitos indígenas e os contos

franceses, possivelmente adviriam “de propriedades inerentes ao pensamento mítico [...] que orientam seu poder criativo” (LÉVI-STRAUSS, 1991, p. 171).

Pensamento Mítico e Pensamento Selvagem: Uma Revolução Epistemológica

O *pensamento selvagem*, publicado em 1962, lança as bases para a construção das Mitológicas. Como sublinha Beatriz Perrone-Moisés (2010) a reflexão que fundamenta o projeto colocado em marcha no primeiro livro, já havia sido desenvolvido no primeiro capítulo do segundo, no qual o autor brilhantemente discorre sobre a ciência do concreto e sobre a chamada lógica das qualidades sensíveis, as quais caracterizam o pensamento selvagem, e consistem num modelo de pensamento que dá primazia a percepção dos sentidos, reconciliando a oposição entre sensível e inteligível.

Nessa obra magistral, *O pensamento selvagem*, o autor mostra as vantagens e a engenhosidade desse modo de pensar que, fundamentado pela imaginação e pela sensibilidade, é capaz de realizar uma sistematização do mundo natural que, além de ser tão eficaz quanto o pensamento abstrato, permitiria uma compreensão ainda mais minuciosa do que a fornecida pela ciência moderna. Nesse sentido, o autor insiste que o pensamento primitivo não é atrasado, inocente, precário, nem tampouco contaminado pela afetividade, mas é uma forma de raciocínio que, atenta e imersa no ambiente no interior da qual está inscrita, faz dela um meio cultural para se pensar. É, segundo Lévi-Strauss, um modo de pensamento bastante próximo ao dos naturalistas, botânicos e zoólogos já que, assim como esses, produz uma enorme, sofisticada e minuciosa sistematização do ambiente natural através de uma imersão profunda nele.

O pensamento simbólico selvagem, como revela Lévi-Strauss, não separa completamente natureza e cultura. Ele opera e produz sentido mantendo ambas num mesmo plano, enquanto dois grandes conjuntos de diferenças e oposições entre os quais se estabelecem relações. Ao operar dessa maneira, o pensamento selvagem supera a distinção canônica, sobre a qual, desde o século XVII, se assenta a ciência moderna, entre sensível e inteligível, esfumando assim a descontinuidade entre natureza e cultura. O próprio nome do livro, *Pensée Sauvage* que, na língua francesa, consiste no nome de uma flor, revela quase tudo sobre o seu conteúdo: a estrutura de uma flor, ou ainda, a do mundo vegetal, possibilita pensar, por analogia, a estrutura do mundo humano.

Por trás dessa constatação a respeito do pensamento simbólico selvagem, como destaca Keck (2013), repousa a ideia, que está na base do pensamento do etnólogo francês, de que a natureza e a cultura se constituem ambas de estruturas, de tal forma que a cultura, por analogia, prolonga em seu próprio plano, a estruturação da natureza. Notemos, nesse sentido, que essa ideia do autor, de algum modo, seria confirmada pelo *modus operandi* do pensamento simbólico, que, numa mesma narrativa, conecta os dois níveis de estrutura – o natural e o cultural – para dar sentido à natureza, à vida, à história, à cultura e aos imperativos sociais. Ademais, uma outra característica marcante desse modo de pensamento é a de que, diferentemente do pensamento científico e filosófico ocidental, de inspiração cartesiana, que lida e reflete sobre a realidade fragmentando-a em diversos campos (cosmológico, físico, moral, jurídico, social etc.), o pensamento selvagem mítico, por seu turno, reflete considerando todas essas dimensões em conjunto. Há, portanto, uma vocação anti cartesiana intrínseca ao pensamento mítico. Frente a um problema, ele o pensa de forma global, totalizante, em todas as dimensões de modo conjunto. Ao contrário do

método cartesiano, ele não o fragmenta, tampouco aceita respostas parciais, mas aspira a explicações que abarquem a totalidade dos fenômenos (LÉVI-STRAUSS, ERIBON, 2005, p. 196).

Os “selvagens”, para Lévi-Strauss, não pensam pior, mas apenas pensam outras coisas; tem outros objetos e interesses. A sua capacidade de abstração, argumenta o autor, não é inferior à da filosofia, da matemática ou da ciência ocidentais. Na realidade, o pensamento selvagem opera através de categorias empíricas que são informadas e formuladas através da percepção sensível, mobilizando elementos concretos do mundo enquanto operadores lógicos, para, através do desdobramento de suas diferenças, relações e oposições, refletir abstratamente sobre os problemas do mundo. É por isso que Lévi-Strauss insiste que, para compreender as operações que tais categorias efetuam nos mitos, faz-se necessário conhecer as coisas concretas que as informam. Como o autor coloca

Quando se constata que determinado mito, de tal povo, existe, de forma modificada, numa população vizinha, é necessário examinar toda a literatura etnográfica relativa a essa população para assinalar em seu meio, em suas técnicas, em sua história, em sua organização social, os fatores que podem ter relação com essas modificações. Eu convivia com todos esses povos e com seus mitos, como num conto de fadas. (LÉVI-STRAUSS, ERIBON, p.186).

A análise de Lévi-Strauss nas *Mitológicas* é, por conseguinte, análoga a que se seguiu em *As estruturas elementares do parentesco* e em *O pensamento selvagem*: o seu método, no que diz respeito ao seu trabalho com os mitos ameríndios - ainda que com inúmeras influências advindas sobretudo do marxismo, da geologia, da psicanálise freudiana, e da linguística estrutural - pode ser definido, de modo um tanto quanto rudimentar, como uma perspectiva que está no

meio termo entre um empirismo com detalhes etnográficos, e um idealismo das estruturas.

No intuito de descrever o pensamento mítico, além de aproximar o pensamento mítico ao do naturalista e do zoólogo, Lévi-Strauss evoca também a figura do *bricoleur*, cuja atividade intelectual seria análoga a do mito. Ao contrário do engenheiro, que implementa, com os instrumentos e materiais que deseja, o seu projeto pré-concebido a uma natureza muda e passiva que, para ele, nada mais é do que uma superfície neutra sobre a qual construirá suas tecnologias, o *bricoleur*, dotado de um enorme poder inventivo, trabalha com os elementos e objetos naturais dinâmicos que tem a sua disposição, reutilizando-os, relacionando-os, e lhes conferindo novos sentidos (KECK, 2013). O *bricoleur* revisita e dialoga constantemente com o seu acervo para apurar o que cada objeto significa e o que pode vir a significar. Ele leva adiante suas ideias e projetos inventariando e interrogando os bens que possui, pois depende disso para ressignificá-los e mobilizá-los de modo a buscar respostas aos problemas que se colocou inicialmente (GAMA, 2013).

Não apenas a atividade intelectual do pensamento mítico selvagem é próxima da atividade do *bricoleur*, mas o próprio mito consiste numa bricolagem intelectual. Isso porque os mitos são formados por pedaços (mitemas) de outros mitos, os quais, tais como os objetos que o *bricoleur* trabalha, são constantemente ressignificados quando combinados com outros elementos.

Partindo da concepção de que o mito consiste numa bricolagem intelectual, o etnólogo destaca um elemento crucial de sua antropologia estrutural: o de que as mudanças, isto é, a variabilidade dos mitos, faz parte deles. É essa ideia que leva o autor a afirmar que “não existe versão correta, nem forma autêntica ou primitiva”. Todas as versões devem ser levadas a

sério” (LÉVI-STRAUSS, 2005).

A análise estrutural busca apreender ou mapear a transformabilidade dos mitos. À ela não interessa identificar temas ou ideias arquetípicas - algo que, inclusive, é recusado por Lévi-Strauss - mas visualizar as estruturas, operações e regras lógicas que regem as transformações que se efetuam nos mitos conforme eles percorrem suas trajetórias mundo a fora. Isso porque, para o estruturalismo, são essas estruturas e princípios lógicos que operam tais transformações nos mitos, e que constituem o modo de operar do inconsciente coletivo humano, o qual, como destacado anteriormente, não contém conteúdo ou ideias intrínsecas, mas atividades e operações lógicas comuns a mente humana. Assentado em tais pressupostos, Lévi-Strauss deriva uma noção central para a análise estrutural: o conceito de grupo de transformação, o qual consiste exatamente nessas estruturas comuns dos mitos que se revelam na medida em que a análise estrutural, tal como uma nebulosa, que começa confusa e caótica, avança e extrai os grupos de transformações do conjunto de mitos analisados.

Como nos ensina Keck (2013), até Lévi-Strauss protagonizar a sua jornada pelo pensamento selvagem, no interior das ciências humanas, inúmeras escolas e tradições de pensamento, seguidoras do idealismo kantiano, limitavam-se a afirmar que não lidamos com a realidade em si, mas tão somente com a realidade mediada pelas categorias pré-fabricadas pela razão pura e transcendental, isto é, tal como ela é percebida, categorizada e tornada inteligível pelo intelecto humano. Todavia, o desvelamento da lógica do sensível e da ciência do concreto, protagonizado por Lévi Strauss em *O Pensamento selvagem*, permitiu ao autor adentrar o campo de uma certa ontologia espinosana, por meio da qual passa-se a compreender o real ou a natureza, não apenas como objetos de investigação do intelecto humano, mas enquanto estruturas que fornecem os elementos

necessários para o pensamento (KECK, 2013). É esse raciocínio que o leva a afirmar que o próprio pensamento humano é homólogo ao objeto que estuda (o mundo), porque o mundo é ele mesmo um amontoado de diferenças relacionais (LÉVI-STRAUSS, 1962). Dessa maneira, o autor concretiza aquilo que, desde o início, revelou ser uma das principais ambições do seu estruturalismo: esfumçar as cisões radicais entre pensamento e realidade, sensível e inteligível e natureza e cultura, as quais dominavam o pensamento filosófico ocidental desde as investigações metafísicas kantianas.

O Mito enquanto um Instrumento de Reflexão sobre o Mundo

Tal como fez Jean Pierre Vernant em *razão dos mitos* (1973), em *A estrutura dos mitos* (1955), Lévi-Strauss, realiza mais uma etapa do seu revolucionário projeto de política epistemológica, o qual, como destacado anteriormente, já se mostrava claro em o “Pensamento selvagem” (1962). No texto de 1955, o autor empreendeu o esforço de reabilitar o mito enquanto um modo racional e lógico de pensamento. O etnólogo recusa a oposição canônica entre *mythos* e *logos*, cristalizada no pensamento ocidental desde a Grécia antiga, que associava os mitos a um discurso enganador, irreal, enganoso e emocionado, e vinculava o *logos* ao ideal da racionalidade articulada, ao rigor lógico, e a verdade alcançada por meio do raciocínio filosófico.

No intuito de demonstrar tal caráter pensante das narrativas mitológicas, em *A estrutura dos mitos* (1955), Lévi-Strauss mostra que o famoso mito de Édipo exprimia “a impossibilidade de uma sociedade que crê na autoctonia do homem, em assimilar o fato de que cada um de nós provém da união de um homem e de uma mulher”, e fornece o instrumento lógico que articula o problema “nasce-se de um ou de dois?” a questão “o mesmo nasce do mesmo, ou do

outro?”, permitindo, assim, melhor pensá-lo. (LÉVI-STRAUSS, 1955, p. 233).

Quando Eribon lhe pergunta “para que serve o mito?”, o autor brilhantemente responde: “para explicar por que, diferentes de início, as coisas se transformam no que são, e por que elas não podem ser de outra maneira (LÉVI STRAUSS, ERIBON, 2005, p. 198). Para Lévi-Strauss, por conseguinte, os mitos são sistemas lógicos de pensamento, que refletem e tentam encontrar soluções para problemas do mundo relativos à organização social, a enigmas cósmicos, a conflitos culturais etc., fornecendo modelos lógicos para resolver contradições.

No final do artigo de 1955, o autor ainda vai além, e é incisivo em afirmar que a lógica do pensamento mítico é tão exigente quanto a que fundamenta o pensamento positivo e que, no fundo, quase não se difere dela, uma vez que a dissemelhança entre essas duas formas de raciocínio estaria “menos na qualidade das operações intelectuais do que na natureza das coisas a que se referem tais operações” (LÉVI-STRAUSS, 1955, p. 248). O que mudaria, portanto, seria tão somente o conteúdo com o qual as mentes humanas, igualmente capazes e dotadas dos mesmos instrumentos lógicos, lidam no interior dos seus respectivos universos histórico e sociocultural.

O Dualismo em Perpétuo Desequilíbrio

Se o mito é, portanto, uma ferramenta de reflexão sobre o mundo, como os ameríndios pensaram o encontro com os brancos conquistadores? Essa será a pergunta norteadora da investigação etnológica empreendida por Lévi-Strauss em *História de Lince*.

Interessado em compreender como a mitologia ameríndia pensa esse fatídico encontro e, mais especificamente, em deprender a razão pela qual povos tão afastados geograficamente, de regiões da América do Sul e do Norte, incorporaram os colonizadores brancos a partir dos seus elementos culturais de forma tão orgânica e natural na sua mitologia, o autor realiza no último e decisivo volume da coleção *Mitológicas*, o que descreve, na “Abertura” de *O Cru e o cozido* (1964) como sendo o ofício do antropólogo: ele observa, por meio de uma investigação etnológica robusta, entendimentos coletivos, cujas propriedades são reveladas por meio de sistemas concretos de representações (LÉVI-STRAUSS, 1964). Como coloca Eduardo Viveiros de Castro, tal empreendimento de Lévi-Strauss em *História de Lince*, culminou numa verdadeira teoria etnológica do pensamento mítico ameríndio.

A investigação etnológica realizada no livro permitiu ao antropólogo francês extrair da mitologia ameríndia um princípio de pensamento comum que estaria na base da produção mitológica, das regras e organizações sociais ameríndias, bem como na forma que compreendem a vida e a história. Este princípio, o dualismo em perpétuo desequilíbrio, se manifestaria nas narrativas míticas através da figura da generalidade desigual, marca registrada dos mitos indígenas de povos da América do Sul e do Norte.

Será, portanto, através da descoberta dessa dicotomia estruturante do pensamento ameríndio, que o autor explicará a integração orgânica dos brancos pela mitologia nas narrativas míticas ameríndias. Todavia, antes de adentrar a análise de Lévi-Strauss acerca do dualismo nos mitos ameríndios, cabe compreender de modo mais detido a metodologia que o permitiu analisar sistematicamente os mitos, de modo a identificar suas estruturas, e reconhecer a seu *modus operandi*.

Mito, Linguagem e Análise Estrutural

O método da antropologia estrutural, cujos pressupostos gerais estão presentes nos dois volumes de *Antropologia Estrutural*, deita suas raízes nas lições das linguísticas, sobretudo de Ferdinand Saussure e Roman Jakobson. Ao longo de sua obra, Lévi-Strauss se utilizou delas para investigar inicialmente os princípios estruturais do pensamento humano que estavam por trás do fenômeno mal compreendido do totemismo, em *O totemismo hoje* (2003) da proibição do incesto e dos arranjos de parentesco em *Estruturas elementares do parentesco* (1949) e, finalmente, do pensamento mítico, nas *Mitológicas*.

O mito, arbitrário na forma, por ser um meio de relacionar estruturas de oposição e uma matriz de inteligibilidade do mundo, é análogo a linguagem. Todavia, o mito, apesar de partir dos signos linguísticos, se coloca num terceiro plano, em que, não apenas conceitos e imagens são mobilizados, mas grandes temas e problemas de ordem prática ou filosófica. Desse modo, o mito deve ser compreendido como uma “superlinguagem” (KECK, 2013).

Tal como a língua, os mitos são compostos por grandes unidades constitutivas, os mitemas. São eles que, combinados entre si, produzem a totalidade de sentido da narrativa mítica. Os mitemas, que nada mais são do que pacotes de relações entre elementos significantes que produzem frases em si carentes de significado, são análogos aos fonemas pois, assim como esses últimos, só produzem significados quando combinados com outros elementos em relação. É por esse motivo que a análise estrutural considera e opera tais mitemas enquanto feixes de relações, pois é da combinação desses feixes que esses adquirem uma função significativa (LÉVI - STRAUSS, 1955).

A consciência dos homens, para Lévi-Strauss, é apenas um ponto de passagem para as relações entre os mitemas, as quais se situam fora dela. Os locutores dos mitos, nesse sentido, transformam a matéria mítica de acordo com as regras estruturais que regem as relações dos mitos entre si, que provém do espírito pensante. Não é, portanto, a consciência que determina o mito; ela apenas articula, quase como num quebra - cabeça, as suas relações significantes, de modo a ser capaz de visualizar, por meio do mapeamento de sua variabilidade, as suas transformações lógicas. Como nos revela Mariza Werneck (2002), nas *Mitológicas*, Lévi-Strauss deixou-se impregnar pela matéria mítica, permitindo-se atravessar por ela, e transformou seu corpo e sua mente em simples receptáculo. Forneceu a sua consciência para que os mitos pensassem entre si, à sua revelia. Será essa empreitada intelectual e existencial empreendida pelo etnólogo nas *Mitológicas*, que o leva a elaborar a sua famosa e aparentemente enigmática frase de que “não são os homens que pensam os mitos, mas os mitos que se pensam nos homens” (LÉVI -STRAUSS, 2005).

Lévi-Strauss organiza uma multiplicidade de mitos utilizando suas unidades constitutivas como elementos de base, formando uma espécie de tabela/matriz. Ao colocar as unidades constitutivas em perspectiva diacrônica, a mesma linha, da esquerda para a direita, narra o mesmo mito, ao passo que as unidades constitutivas expostas em colunas, apresentam um feixe de relações entre versões distintas, formando então uma grande unidade constitutiva. Como o autor revela,

É preciso incubar o mito durante alguns dias, semanas, às vezes meses, até que, de repente, a centelha brote e que, em determinado detalhe inexplicável de um mito, se reconheça, modificando, determinado de um outro mito, e que se possa, por esse ângulo, reduzi-lo a unidade. Tomado por si, cada

detalhe não é obrigado a significar algo, porque é no seu relacionamento diferencial que reside a sua inteligibilidade (LÉVI-STRAUSS, ERIBON, 2005, p. 188).

A análise do mito de Édipo realizada por Lévi-Strauss em *Estrutura dos mitos*, exemplifica a manipulação do mito tal como se ele fosse uma partitura musical. O autor cria quatro colunas com base nas principais relações existentes entre as versões distintas do mito de Édipo: (i) relações de parentesco superestimadas; (ii) relações de parentesco subestimadas ou desvalorizadas; (iii) negação da autoctonia humana; (iv) autoctonia humana. O resultado dessa esquematização permite vislumbrar uma característica essencial dentro da estrutura da narrativa mítica: as contradições existentes entre as colunas, isto é, entre as grandes unidades constitutivas dos mitos.

A estrutura dos mitos ameríndios também tende a criar oposições como base do pensamento lógico. As versões conhecidas dos mitos zuñi de origem e de emergência, por exemplo, apresentam a oposição entre vida e morte através da ideia de agricultura e caça. No entanto, tais termos tendem a ambiguidade e a contradição. A agricultura pode ser “vida” na medida em que a vida humana também é compreendida entre os *pueblo* como a emergência para fora da terra, mas pode igualmente significar “morte” devido ao seu caráter periódico. A caça pode designar “vida” por ser uma fonte de alimento, mas também pode simbolizar a “morte” pois se assemelha a guerra (LÉVI-STRAUSS, 1955). São, portanto, as diferentes oposições e contradições entre os termos permitem que sejam empregados, ora em ordem simétrica, ora de forma invertida, contraditória ou assimétrica.

No interior da estrutura das narrativas míticas ameríndias analisadas por Lévi Strauss, os personagens mediadores, denominados de “messias” ou de “tricksters”, dotados, quase

sempre, de um caráter dual, ambíguo, exercem um papel fundamental. São eles que fornecem as articulações lógicas entre os elementos e os outros personagens da narrativa, e que juntam as extremidades opostas através das quais o pensamento mítico opera. Como destaca Lévi-Strauss, “o aparecimento de um termo contraditório bem no meio do processo dialético está relacionado ao surgimento de uma dupla série de pares dioscúricos, cuja função é operar uma mediação entre os dois polos” (LÉVI-STRAUSS, 1955, p. 240). O sistema opositivo em meio ao qual os tricksters desempenham os seus papéis de articuladores lógicos, termina por dar continuidade, num movimento dialético, ao dualismo em perpétuo desequilíbrio que está na base de todo o pensamento mitológico ameríndio.

Mais adiante, veremos mais detalhadamente, através dos mitos analisados em *História de Lince*, a função, bem como as implicações da atuação desses mediadores nas narrativas míticas.

A Figura dos Gêmeos da História de Lince: Dos Mitos Ameríndios aos Mitos Indo-Europeus

Em *História de Lince*, Lévi-Strauss trabalha com dois grandes conjuntos de mitos ameríndios que trazem à tona o tema da gemelaridade. O primeiro deles, proveniente dos grupos indígenas da Columbia Britânica da América do Norte, dizem respeito às histórias de Lince e Coiote, dois personagens gêmeos e antitéticos, que aparecem nas narrativas como figuras semelhantes de início, mas que ao longo da vida se distanciam moral e fisicamente (SZTUTMAN, 2009).

O segundo conjunto, por sua vez, trata-se dos mitos Tupinambá, recolhidos na América do Sul, mais precisamente na atual região sudeste do Rio de Janeiro, antiga colônia francesa em 1555. O primeiro par de gêmeos deste segundo

conjunto de mitos consiste nos filhos de Sumé - descendentes de Maíra-Monan - Aricuté e Tamendonaré, um de índole pacífica e o segundo de temperamento intempestivo. Outro par de personagens antagônicos que aparece nas narrativas míticas recolhidas por Thevet diz respeito a Gambá e Maíra-ata, filho de Maíra-Potchy, descendente de Maíra-Monam.

Tais narrativas, contam, de modo geral, a história de uma sucessão de destruições e recriações do mundo, e tem como protagonistas o emblemático par “demiurgo e deceptor”. No interior dessas sucessões cósmicas engendradas por esse par, tais mitos revelam o desdobramento dialético de novos elementos do mundo, dispostos de modo antitético: concidadãos e inimigos, índios e brancos, criador e criatura, forte e fraco, claro e escuro, e assim por diante.

Enquanto demiurgos, Lince e Maíra-Ata, criam novos elementos do mundo a partir de rupturas, produzindo, assim, o descontínuo a partir do contínuo (LÉVI STRAUSS, 1991). Já Coiote e Gambá desempenham o papel de deceptores / mediadores lógicos, que reúnem o dual e representam em sua própria figura um paradoxo.

Notemos, nesse sentido, o movimento dialético do mito produzido pelos deceptores: ao mesmo tempo que criam singularidades, eles estabelecem pontes de conexão entre elas. Todavia, a construção das singularidades duais acarreta, de maneira interminável, em outras singularidades duais, criando, desse modo, uma construção dialética no interior da narrativa. O dualismo presente na mitologia ameríndia não se trata, por conseguinte, de uma dicotomia simples, mas sim, de um dualismo dinâmico, instável e em constante desequilíbrio.

A Generalidade nos Mitos Europeus e Ameríndios

O dualismo é a marca registrada dos mitos ameríndios. Nesses, a figura dos gêmeos está sempre pautada por uma dicotomia antitética, da qual resultam novas criações. O dualismo intrínseco ao pensamento mítico está presente, seja na desigualdade entre os sexos (gêmeo e gêmea), que origina uma primeira humanidade nascida do incesto entre ambos, seja na oposição dos pontos de vistas que resulta na criação da vida e da morte, seja na diferença dos dotes físicos e/ou morais, que acarreta na necessidade de um gêmeo sempre ressuscitar e consertar os erros do outro.

Partindo dessa constatação, Lévi-Strauss, no final de *História de Lince*, identifica, no mito indo-europeu, a figura dos gêmeos Castor e Pollux, o que o leva a estabelecer comparações entre tais narrativas míticas, provenientes de lugares tão distantes. Nascidos da mesma mulher, Leda, os gêmeos Castor e Pólux têm diferentes origens paternas. Embora casada com Tíndaro, Leda engravida de Zeus quando este se transforma em um cisne e se aproxima dela durante o banho em um rio. A jovem, ao pôr o animal no colo e acariciar, engravida. Ao dar a luz a gêmeos, Castor (filho de Tíndaro), nasce mortal, e Pólux (filho de Zeus) imortal. Ambos crescem juntos e se tornam grandes amigos. Certo dia, Castor morre, e Pólux pede a seu pai que deixe seu irmão partilhar da mesma imortalidade. Com isso, os gêmeos tornam-se iguais.

De algum modo, os mitos de todo o mundo, embora sejam infinitamente diversos no que diz respeito ao seu conteúdo, parecem assemelhar-se em relação as suas operações lógicas. Isso, de acordo com o pai da antropologia estrutural, se deve ao fato de que todos manipulam um pequeno número de inversões, oposições, como é o caso dos gêmeos e dos operadores lógicos, como os tricksters mediadores (KECK, 2013). Como explica Lévi-Strauss, "(...) o espírito humano se

move num campo limitado de possibilidades, de forma que configurações mentais análogas podem, sem que seja preciso invocar outras causas, repetir-se em épocas e locais diferentes (LÉVI-STRAUSS, ERIBON, 2005, p. 183).

No entanto, apesar das inúmeras similaridades estruturais entre as narrativas, embora a condição de nascimento dos gêmeos seja semelhante em ambos os mitos, “nascidos de casais, ou no mínimo de pais, diferentes” (LÉVI-STRAUSS, 1995, p.206), a homogeneidade necessária no mito indo-europeu para garantir a existência e vida conjunta entre os gêmeos, é substituída, nos mitos ameríndios, pelo dualismo antitético, que garante não apenas a condição de existência dos gêmeos na mitologia ameríndia, mas a origem de diversos elementos do mundo.

Nesse sentido, nota-se que colocar os gêmeos em posição de igualdade não faz parte da lógica de pensamento mítico ameríndio, inclusive porque esse atribui à simetria uma conotação negativa e indesejável (LÉVI-STRAUSS, 1955). As figuras de Lince e Coiote, por exemplo, nascem semelhantes e se diferenciam posteriormente. Os filhos de Sumé, por sua vez, nascem do mesmo pai, Maíra-Monan, mas têm temperamentos radicalmente diferentes. Em geral, antíteses são criadas pelas sucessivas criações e destruições cósmicas dos demiurgos, e é essa relação dual e opositiva entre os elementos que, dialeticamente, originam diversos elementos do mundo.

As variantes dos mitos, isto é, as transformações que esses sofrem ao longo do espaço e do tempo, podem acabar reconfiguradas pela inserção de alguns empréstimos. Todavia, tais empréstimos não devem ser entendidos como uma mera aplicação motivada pelo encanto em relação a certos elementos estrangeiros, mas como uma ação pensada de forma lógica, com o intuito de “suprimir a falta de algo cuja necessidade se fazia sentir obscuramente” (LÉVI-STRAUSS,

1991, p. 177), ou ainda como uma simples exaltação.

O pensamento mítico ameríndio, por exemplo, integra certos elementos provenientes de outras culturas, no interior de uma estrutura mítica prévia. É o caso dos mitos ameríndios analisados por Lévi-Strauss, que incorporaram alguns objetos europeus em suas narrativas (espingarda, cavalos selados, *stûq*) sem, contudo, alterar a estrutura lógica da narrativa. E, na realidade, tais transformações servem, na maioria das vezes, para reforçar a estrutura da narrativa.

O Dualismo e o Lugar dos Brancos no Pensamento Ameríndio

A filosofia que está na base de todo o pensamento ameríndio é, portanto, a do dualismo em constante instabilidade, o qual produz, de forma interminável, novos dualismos dinâmicos.

Essa ideologia bipartida, para o autor, conduz os ameríndios, do ponto de vista ético e subjetivo, a uma abertura a *um outro*, ao qual caberia completar o vazio inerente a esse esquema dual de pensamento. Desse modo, o lugar dos brancos forasteiros, sustenta Lévi-Strauss, estaria pré-figurado pela própria estrutura dual e opositiva intrínseca ao pensamento ameríndio, a qual se manifesta na mitologia desses povos, preenchendo o vazio que o pensamento dual relega ao “outro”, ao não indígena.

Os mitos ameríndios, portanto, tornam tais figuras históricas pensáveis incorporando-as num esquema estrutural prévio de trato com a diferença e com a alteridade humana e não humana (STZTUTMAN, 2009), o qual está assentado no princípio ontológico do dualismo, que se expressa no tema recorrente na mitologia ameríndia da gemelaridade em perpétuo desequilíbrio. Ao mesmo tempo, todavia, que o branco é integrado, a mitologia ameríndia delimita a distância

e a diferença irreduzível estabelecida em relação a tais pares de opostos.

Dessa forma, o princípio dicotômico ameríndio seria uma manifestação de um princípio estrutural do espírito humano, comum às mitologias da América do Sul e do Norte (Columbia britânica), o qual, como mostra Lévi-Strauss em *O Cru e o Cozido* a partir do caso dos povos bororo do tronco Jê, está por trás, não apenas das reflexões e do modo de operar dos mitos ameríndios, mas da forma como esses pensam os seus sistemas de filiação, a organização social do povo e o arranjo socioespacial de suas aldeias. De um lado, tal princípio transcenderia e independeria de todo e qualquer sujeito particular, e de outro, seria constitutivo da estrutura imaginária - inconsciente dos ameríndios, determinando o seu modo de compreender a vida, a cultura, a sociedade e a história.

Juntamente ao princípio do dualismo filosófico e existencial, há no pensamento ameríndio, segundo Lévi-Strauss, uma recusa ontológica da fixidez e da identidade, bem como de uma afirmação da irreduzibilidade do singular, da assimetria, da diferença e do desequilíbrio enquanto elementos norteadores do pensamento e da vida, algo que fica evidente na análise do autor, exposta anteriormente, acerca dos gêmeos desiguais presentes nos mitos de *História de Lince*. O princípio do dinamismo, portanto, para Lévi-Strauss, também está na base da compreensão dos acontecimentos históricos e, especialmente, do fatídico encontro com os brancos conquistadores da América (SZTUTMAN, 2009).

A dualidade permanece, portanto, nas narrativas míticas ameríndias, sempre em perpétuo desequilíbrio. E, segundo o autor, isso não se dá por mera contingência: essa instabilidade ilumina um elemento crucial do pensamento dicotômico ameríndio, a saber, a consciência de que as relações entre os pares antitéticos podem, a todo instante, se transformar. Como

a relação entre os opostos está em perpétua instabilidade, os brancos, por exemplo, descritos em muitos mitos trabalhados pelo autor nas *Mitológicas*, como seres poderosos, superiores, portadores das riquezas, podem se transformar, em outras versões, naqueles que nada tem. Há, portanto, na filosofia ameríndia, a potente ideia de que as relações culturais, sociais e históricas, por serem instáveis, podem ser invertidas e reconfiguradas a qualquer instante.

Referências Bibliográficas

GAMA, D.. Do mito à alegoria: revisitando os caminhos do pensamento selvagem em Lévi-Strauss. *Revista Filosofia Capital*, Brasília, v.8, n. 15, p. 52- 65, 2013.

KANT, I. *A crítica da razão pura*. 4 ed.. São Paulo: Editora vozes, 2015.

KECK, F.. *Introdução a Lévi-Strauss*. 1 ed.. São Paulo: Contraponto, 2013.

LÉVI-STRAUSS, C. A estrutura dos mitos. In: *Antropologia estrutural*. 2 ed.. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

LÉVI-STRAUSS, C.. *História de Lince*. 1 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

LÉVI STRAUSS, C.. *O cru e o cozido: Mitológicas I*. São Paulo: Cosac Naify. 2010.

LÉVI-STRAUSS, C.. *Antropologia estrutural dois*. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1976.

LÉVI-STRAUSS, C.. *Antropologia estrutural*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

LÉVI-STRAUSS, C.. *O pensamento selvagem*. 1 ed.. Campinas: Papyrus, 1989.

LÉVI-STRAUSS, C.; ERIBON, D. *De perto e de longe*. 1 ed.. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

PIMENTA, P. P.. Kant no pensamento selvagem de Levis Strauss. *Revista de antropologia*, São Paulo, USP, v. 56, n.1, 2013.

PERRONE-MOISÉS, B. Prefácio. In.: LÉVI-STRAUSS, C.. *O Cru e o Cozido: Mitológicas I*. São Paulo: Cosac Naify. 2010.

SZTUTMAN, R.. Ética e profética nas Mitológicas de Lévi-Strauss. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 15, n. 31, p. 293-319, jan./jun. 2009.

WERNECK, M.. Claude Lévi-Strauss e as anamorfozes do mito. *Margem*, São Paulo, n. 16, P. 51-63, dez. 2002.

Como citar

DA ROCHA, Thiago. O dualismo filosófico e o lugar dos brancos conquistadores no pensamento ameríndio, segundo Claude Lévi-Strauss. *Primeiros Estudos: Revista de Graduação em Ciências Sociais*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 78-101, 2023. DOI: 10.11606/issn.2237-2423.v10i2pe00102204

Do Feminismo Radical ao Feminismo Pró-Sexo:

Como a Pornografia é Vista?

Mirian Borges da Silva*

Resumo: Para além das agendas governamentais conservadoras e de grupos religiosos, o fim da pornografia é visto como necessário também pelo feminismo radical, sob a chave de proteção da mulher, levando em conta que a pornografia reproduz opressões estruturais, como o machismo, o sexismo e a misoginia. Em uma outra postura teórica e prática, o feminismo pró-sexo se consolida como uma reação à censura proposta à pornografia e propõe o desenvolvimento de uma outra pornografia, que considere desejos e corpos marginalizados na posição de sujeitos. A partir das teorizações do feminismo radical e do feminismo pró-sexo, o presente artigo se propõe a fazer um levantamento bibliográfico das principais problematizações desses dois feminismos acerca da pornografia, a fim de assimilar e expor suas principais implicações teóricas e práticas.

Palavras-chave: Feminismos; Antipornografia; Pós Pornografia; Trabalho Sexual.

* Graduada e mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina. Contato: mirian.borges2000@gmail.com

Del feminismo radical al feminismo pro-sexo:

¿cómo se ve la pornografía?

From Radical feminism to Pro-sex feminism:

how is pornography seen?

Resumen: Además de las agendas gubernamentales conservadoras y grupos religiosos, el fin de la pornografía también es visto como necesario por el feminismo radical, bajo la clave de proteger a las mujeres, teniendo en cuenta que la pornografía reproduce opresiones estructurales, como el machismo, el sexismo y la misoginia. En otra postura teórica y práctica, el feminismo pro-sexo se consolida como reacción a la propuesta de censura de la pornografía y propone el desarrollo de otra pornografía, que considere los deseos y los cuerpos marginados en la posición de sujetos. A partir de las teorizaciones del feminismo radical y del feminismo pro-sexo, este artículo se propone realizar un levantamiento bibliográfico de las principales problematizaciones de estos feminismos en torno a la pornografía, con el fin de asimilar y exponer sus principales implicaciones teóricas y prácticas.

Palabras clave: Feminismos; Antipornografía; Pos-Pornografía; Trabajo Sexual.

Abstract: Beyond conservative government agendas and religious groups, the end of pornography is also seen by radical feminism, under the key of protecting women, taking into account that pornography reproduces structural oppressions, such as chauvinism, sexism and misogyny. In another posture and practice, the pro-sex feminism consolidates itself as a critical position on pornography and the proposal for the development of another theoretical pornography, considered marginalized desires and bodies in that of subjects. Based on theorizations of radical feminism and pro-sex feminism, this article presents the main problematizations of doing a bibliographic survey of the two feminisms about pornography, in order to assimilate and expose their main theoretical and practical implications.

Keywords: Feminisms; Antipornography; Post Pornography; Sex Work.

Introdução

Em História da Literatura Erótica (1989), Alexandrian afirma que o termo “pornográfico” apareceu pela primeira vez no texto “Diálogos das cortesãs”, escrito por volta do ano de 125, pelo autor grego Luciano, nele são narradas histórias sobre a vida e o cotidiano das prostitutas (FERNANDES, 2019, p. 14). Da Antiguidade para a Modernidade, a forma de ver a pornografia mudou radicalmente, sustentada pelo imaginário judaico-cristão do Ocidente, a noção de pecado começa a ser ligada ao sexo e a pornografia cai nas garras da moral sexual. A partir daí, de acordo com Hunt (1999), o primeiro uso moderno do termo pornografia foi no “Dictionnaire critique, littéraire e bibliographique des principaux livres condamnés au feu, supprimés ou censurés”, de Etienne-Gabriel Peignot, publicado em Paris (1806). Peignot não estava interessado apenas na catalogação dos livros censurados, mas nas razões dessa condenação, que incluíam justificativas morais. Dessa forma, livros que perturbavam a ordem social e transgrediam a boa moral, eram associados à pornografia e à imoralidade, o que fundamentava a necessidade de proibição dessas obras para a proteção da sociedade.

Com o século XIX e a produção da “tecnologia do visível”, após a estreia dos Irmãos Lumière (SARMET, 2014, p. 4), a pornografia teve um crescimento comercial e se consolidou na forma mais próxima da pornografia *mainstream* existente hoje. Depois da produção da primeira película pornográfica¹, os curta e longa metragem passaram a ser feitos cada vez com maior rapidez e rendimento, o que marcou a consolidação desse tipo de serviço na indústria do sexo².

Uma característica dessa pornografia de grande circulação é ela ser hiperbólica, ou seja, há um exagero na exposição simbólica das imagens, isso se justifica pelo foco nas genitálias e estéticas fantasiosas nas gravações que não são

1. Trata-se da Free Ride: a película foi considerada a primeira curta-metragem de pornografia hardcore da história dos Estados Unidos. Ela retrata um motorista que dá carona a duas mulheres na beira de uma estrada e depois se envolve em vários atos sexuais com elas (1915). Disponível em: < [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:A_Free_Ride_\(1915\).ogv](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:A_Free_Ride_(1915).ogv) > Acesso em 07 de abril de 2022.

2. É importante ressaltar que o termo indústria do sexo, se refere, aqui, a uma imensa variedade de serviços sexuais, desde a prostituição nas ruas a bordéis, boates, bares, casas de massagem, linhas telefônicas, sexo virtual, motéis,

comuns em relações reais, reforçando a ideia de que sexo é apenas o ato que envolve os genitais. A partir desse aspecto, é certo que a pornografia tradicional é representativa de uma economia masculina do desejo e da sexualidade, subordinada à heterossexualidade, chamada por Paul B. Preciado de “pornografia dominante”, que quer nos fazer acreditar que o prazer sexual “é isso”: cenários utópicos de masculinidade e feminilidade produzidos para satisfazer os olhos masculinos heterossexuais (PRECIADO, 2010).

Uma produção feita por e para homens é sintomática de uma estrutura capitalista patriarcal, que criou e busca constantemente reforçar estereótipos de gênero e padrões de sexualidade que normalizam a violência física e simbólica contra mulheres e corpos desviantes. O atravessamento dessa problemática na pornografia gerou um intenso debate que se iniciou nos Estados Unidos, meados das décadas de 1970 e 1980, e dividiu o movimento feminista em dois: grupos *feministas radicais*, definidos como *antipornografia e/ou pró censura* e grupos *feministas pró-sexo*, que passaram a reivindicar uma outra linguagem pornográfica, que ficou conhecida como *pós-pornografia*.

As primeiras acreditavam que abraçar certas expressões e exercícios da sexualidade constituía submissão – mesmo que inconscientemente – às ideias misóginas da sociedade (DUARTE, 2014, p. 42). Dessa forma, eram contra qualquer tipo de pornografia sob o argumento de que esta prática sempre seria uma forma de oprimir a mulher; as principais expoentes desse feminismo são Catharine Mackinnon e Andrea Dworkin, que defendiam severas leis contra a pornografia, na tentativa de proibir materiais pornográficos e de reprimendas legais para aqueles que se envolvessem na produção ou consumo dos mesmos (FREITAS, LEITES, 2016, p. 5).

cinemas, revistas, vídeos pornô, serviços de acompanhantes e até mesmo, agências matrimoniais (PISCITELLI, GREGORI, CARRARA, 2004, p. 229). Mesmo a pornografia sendo constituinte da prática da prostituição, atenta-se que no presente artigo o foco é a pornografia e seus possíveis desdobramentos.

Em outra dinâmica, as feministas que compõem a proposta pós-pornográfica consideram as problematizações em torno da pornografia *mainstream* com o objetivo de subverter as “verdades” impostas sobre o sexo pelo patriarcado capitalista, com uma postura assumidamente política de disputar os discursos sobre a (hetero)sexualidade que fundamentam as interpretações acerca dos desejos e dos prazeres (COELHO, 2020, p. 11).

Esse debate constituiu o fenômeno da “Sex Wars” (Guerras Sexuais), que abarca um amplo e diverso espectro político em torno de duas extremidades: a luta contra a pornografia como uma absoluta e irremediável dominação das mulheres em detrimento da luta pela subversão da dominância do “olhar masculino”, com a ação protagonista de mulheres e corpos desviantes (BATISTA, 2018, p. 40).

A Antipornografia

No final da década de 1970, nos Estados Unidos, ocorria um considerável crescimento e uma ampla mobilização da Nova Direita, que estava travando uma extensa discussão em torno de temas sexuais: aumentar as punições contra jovens por conta de atividade sexual, evitar que homossexuais (mulheres e homens) obtivessem igualdade social e civil e obrigar mulheres à reprodução (BUTLER, RUBIN, 2003). Na mesma época, nascia dentro do feminismo radical a primeira organização antipornografia: a WAVPM (Women Against Violence in Pornography and Media – The now defunct San Francisco based feminist anti-pornography organization³), que costumava definir pornografia como capas de discos, piadas, anúncios e outdoors que fossem sexualmente degradantes para as mulheres, mesmo quando nudez ou exibição de genitais femininos não eram retratados (RUSSEL, 1993, p. 5, tradução nossa).

3. Nascida em 1976, a WAVPM foi o primeiro grupo feminista antipornografia dos Estados Unidos (RUSSEL, 1993, p. 8).

Em 1983, na cidade de Minneapolis - Estados Unidos, Catharine MacKinnon e Andrea Dworkin fazem um discurso afirmando que a pornografia está diretamente ligada à violência, o que teve grande repercussão e influenciou, em 1984, a primeira discussão do Conselho de Los Angeles pela aprovação de uma lei antipornografia (EDWARDS, 2009). A relação entre membros da comissão e o feminismo radical se configura com o uso da fala de feministas como Robin Morgan e sua famosa frase: “Pornografia é teoria, o estupro é a prática” (WILLIAMS, 1989, p. 16 apud MORGAN, 1980, p. 128). A lógica dessa abordagem funciona como um mecanismo de causa e efeito, dessa forma a pornografia é isolada e colocada como o que deveria ser o foco da preocupação pública.

Na dinâmica de reforçar os imperativos da censura, a retórica antipornografia absorveu e sobrestimou os resultados de estudos da psicologia experimental americana, cujas práticas laboratoriais concentravam-se na população masculina, acabando por recorrentemente generalizar o postulado da agressiva “natureza” masculina. As retóricas mais positivistas foram utilizadas por algumas feministas radicais, reforçando as suas próprias construções mitológicas de binarismos de sexo e de gênero, com o pressuposto da existência de uma sexualidade masculina essencialmente violenta e negativa, por oposição à afetuosa e positiva natureza sexual feminina (OLIVEIRA, NOGUEIRA, PINTO, 2010, p. 377).

Catharine Mackinnon apresenta uma análise das relações sexuais como sendo estruturadas pela subordinação, de tal modo que os atos de dominação sexual constituem o significado social do “homem” e a condição de submissão o significado social da “mulher”. O desenvolvimento dessa teoria da consciência de MacKinnon impõe aquilo que conta como experiência das “mulheres”, qualquer coisa que nomeie violação sexual, isso traz o status epistemológico do trabalho, mas ao mesmo tempo conclui que a mulher não existe como sujeito, ela

deve sua existência como mulher à apropriação sexual (HARAWAY, 2009, p. 55). Por isso, Donna Haraway (2009) ressalta que a teoria desenvolvida por MacKinnon não marginaliza a autoridade da fala e da ação política de qualquer outra mulher, ela as elimina. Ela produz a totalização que o próprio patriarcado ocidental não conseguiu – o sentimento de que as mulheres não existem a não ser como produto de desejo dos homens.

Esse determinismo rígido, segundo Judith Butler (2021), traz, pelo menos, duas implicações: em primeiro lugar, a noção de que toda relação de poder é uma relação de dominação sem saídas; assim toda relação de gênero também. O que implica juntamente, em segundo lugar, a justaposição da sexualidade ao gênero – entendido a partir de posições rígidas e simplificadas de poder – associando-o, sem maior exame ao “homem e mulher”. Esse raciocínio do feminismo radical pretende justificar sua própria postura perante instituições pretensamente heterossexuais, como a pornografia, tomando-a como exemplar da violência e do perigo contra as mulheres. Além da pornografia: o sadomasoquismo, a prostituição, a pedofilia, a promiscuidade sexual (GREGORI, 2003, p. 100), sem ao menos diferenciar exercícios da sexualidade de crimes sexuais, como o caso da pedofilia e outras práticas que nomeiem a violação sexual.

Em *Pensando em Sexo*, Gayle Rubin (2003), lembra que o controle das sexualidades sempre pesará para as minorias sexuais (sexualidades fora do padrão heteronormativo), ela chama esse processo de injustiça erótica e opressão sexual, nas quais se baseará sua teoria radical do sexo, com o objetivo de desconstruir a ideia de negatividade sexual, em que tudo que está relacionado ao sexo seria inerentemente ruim e perigoso: “todos os comportamentos eróticos são considerados maus a menos que uma razão específica para isentá-lo tenha sido estabelecida” (RUBIN, 1999, p. 150). Entre as possíveis isenções

estariam o casamento, a reprodução e o amor, em outras palavras: as relações sexuais legitimadas seriam apenas as heterossexuais maritais e reprodutivas.

Relacionado ao alarde com o exercício de qualquer tipo de sexualidade, principalmente as dissidentes, encontra-se a falácia da teoria dominó do perigo sexual: associada ao conceito de pânico sexual, popularizado por Carole Vance (1984). Esse conceito, inspirado na formulação da sociologia britânica da década de 70 de “pânico moral”, foi desenvolvido no âmbito da antropologia feminista e da historiografia gay, tendo como referência os movimentos em larga escala reunidos pela ansiedade em torno de questões sexuais. Essa ansiedade suscitaria conflitos no marco dos quais complexas agendas políticas acabaram utilizando o sexo para a expressão de outras preocupações, como as relacionadas a uma suposta decadência moral ou desorganização social (DUARTE, 2014, p. 30).

É importante ressaltar que o feminismo antipornografia nasce nos EUA e ganha força justamente com o apoio do conservadorismo norte-americano. Desde o final de 1960, a direita norte-americana tem como preocupação a regulação direta da sexualidade: por volta de 1969, os conservadores descobriram o Conselho de Educação e Informação Sexual dos Estados Unidos (SIECUS) e o colocou como uma conspiração comunista para destruir a família e a nação (RUBIN, 2003, p. 22). Por isso, desde a lei federal *The Adolescent Family Life Act* (AFLA), de 1981, há financiamentos de programas de educação sexual, que mais tarde ficaram conhecidos como *abstinence-only programs* (DUARTE, 2013, p. 4). É sintomático que o *Final Report of the Attorney General's Commission on Pornography*, ordenado por Ronald Reagan, tenha 1950 páginas contra as 201 do relatório referente à disseminação do vírus HIV, mesmo que a epidemia estivesse fazendo dezenas de milhares de vítimas fatais há pelo menos três anos (VÁRIOS, 1986 apud

DUARTE, 2013, p. 10).

A partir desse momento a pornografia é instituída como problema de saúde pública e como incitação ao estupro e à violência de gênero, no relatório final, pornógrafos e consumidores são colocados como pessoas incapazes de conceber que um homem e uma mulher podem se apaixonar antes de ter relações sexuais, que creem que amor, afeição, casamento, procriação e responsabilidade são irrelevantes para a conduta sexual e como pessoas que contribuem mais que as outras para as altas taxas de gravidez na adolescência, filhos ilegítimos, abortos e transmissão de DSTs⁴ (Doenças Sexualmente Transmissíveis) (VÁRIOS, 1988, p. 45).

Atualmente, o discurso antiprostituição que inclui a antipornografia, se encontra na agenda da maioria dos governos e de ativistas internacionais dos direitos humanos, influenciados por leituras essencialistas da sexualidade e da opressão de gênero; já que o trabalho sexual só aparece como questão de direitos humanos relacionado com crimes ou vulnerações. Observa-se que a “prostituição” é abordada em uma negatividade lógica e política na estrutura discursiva do sistema de Nações Unidas, mesmo que os movimentos de prostitutas tenham crescido continuamente nas agendas globais de *advocacy de direitos humanos*. A prostituição aparece associada ora a tráfico de pessoas (protocolo de Palermo, UNODC⁵), ora a infortúnios femininos em processos de migração nacional e internacional (Organização Internacional para as Migrações – IOM), ora à violência e discriminação contra as mulheres – além de tráfico (CEDAW/ONU-MULHERES⁶), ora a problemas de saúde pública (WHO, UNAIDS, UNFPA⁷), ora à exploração sexual e ao trabalho escravo (UNICEF, OIT⁸). A prostituição nunca apareceu referida positivamente, por exemplo em documentos da Organização Mundial do Comércio (WCO), nem mesmo nos documentos sobre “Trabalho Decente” e “HIV e mundo do

4. Atualmente, o termo utilizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) é ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis). A mudança da terminologia foi adotada porque a identificação do “D” de DST, estava relacionada à doença – que provoca sintomas e sinais visíveis no organismo. Porém, essa visibilidade de sintomas não acontece em todas as pessoas igualmente, muitos portadores de infecções podem permanecer assintomáticos ao longo da vida (RICHET, 2017).

5. UNODC é o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. A Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, também conhecido como Convenção de Palermo, é o principal instrumento global de combate ao crime organizado transnacional. Foi aprovada em Assembleia Geral

trabalho” da Organização Internacional do Trabalho (OLIVAR, 2012).

Todo esse fenômeno de conflito abarcou o que foi chamado de Sex Wars, que se iniciou nos EUA e ganhou protagonismo também na Europa. Essa disputa se deu, em especial, pelos sentidos da pornografia, protagonizada por diferentes correntes feministas: um feminismo pró-censura voltado para a necessidade de extinguir a pornografia e um feminismo pró-sexo que buscou e busca produzir um conteúdo não-machista, não-racista, não-capacitista e queer (VITA, 2016, p. 435), como será possível desenvolver a seguir.

A Pós-Pornografia

Historicamente, as tentativas de regular a sexualidade sempre estiveram acompanhadas de violência: a partir de 1977, na Flórida, uma campanha para revogar as leis que garantiam os direitos de homossexuais deu início a uma onda de violência e perseguição pelo Estado contra minorias sexuais e a indústria do sexo – prostituição e produção/distribuição de materiais pornográficos. Boa parte da legislação sobre o sexo não faz a distinção entre comportamento consensual e sob coação, como as leis sobre sodomia, que se baseia na ideia de que atos proibidos são “um abominável e detestável crime contra a natureza”. Nesse caso, a criminalidade é intrínseca aos próprios atos, independentemente dos desejos dos participantes (RUBIN, 2003, p. 64). Na mesma época em que a Nova Direita emerge extensamente mobilizada em torno de temas sexuais e que a WAVP nasce, também é fundada, em 1978, a SAMOIS – a primeira organização lésbica SM (somasoquista) (BUTLER, RUBIN, 2003).

Em uma perspectiva análoga à das feministas radicais, longe de ver a representação sexual como algo negativo, a feminista pró-pornografia Wendy McElroy (1995) diz que

da ONU em 2000 (UNODC, 2004).

6. Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher. Adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 18.12.1979, entrou em vigor em 03.09.1981. Assinada pelo Brasil, com reservas, em 31.03.1981 e ratificada, com reservas, em 01.02.1984. Disponível em: < https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw1.pdf >

7. WHO: World Health Organization. Disponível em: < <https://www.who.int/> > | UNAIDS: programa das Nações Unidas criado em 1996 e que tem a função de criar soluções e ajudar nações no combate à AIDS. Disponível em: < <https://unaids.org.br/> > | UNFPA: Fundo de População das Nações Unidas, agência de desenvolvimento

nenhuma luminosidade ou esclarecimento conceitual parece surtir efeito das definições apresentadas pelo movimento feminista *anti-porn*, que continuam a olhar o mundo através das lentes ideológicas de suas próprias crenças e construções morais. A autora proclama uma outra significação da pornografia: “proponho uma definição neutral em termos de valores: a pornografia é uma descrição artística explícita de homens e/ou mulheres enquanto seres sexuais [...] é a representação artística explícita” (MCELROY, 1995, p. 35, tradução nossa). E questiona, também, a concepção de Andrea Dworkin ao chamar de pornografia a “representação gráfica das prostitutas mais baixas”, mesmo o adjetivo ‘mais baixa’, não está na tradução grega. Dworkin fala mais sobre si mesma do que sobre a palavra pornografia” (MCELROY, 1995, p. 30, tradução nossa).

Paul B. Preciado (2007), ao falar sobre pornografia, destaca que o melhor antídoto contra a pornografia não é a censura, mas representações alternativas da sexualidade. E isso encontraremos nos feminismos dissidentes pós década de 80: nas áreas até então pensadas como o submundo da vitimização feminina e das quais o feminismo não esperava ou não queria esperar um discurso crítico, como a área dos trabalhadores e trabalhadoras do sexo, atrizes pornô e insubordinados sexuais. Em 1981, Ellen Willis⁹, é a primeira que intervém no debate antipornografia do feminismo radical, argumentando que o modelo abolicionista pretende devolver ao Estado o poder de regular a representação da sexualidade, concedendo duplo poder a uma instituição ancestral e de origem patriarcal. Contra esse feminismo de Estado, entra o movimento pós-pornografia afirmando que o Estado não pode proteger ninguém da pornografia, de acordo com Preciado, sobretudo porque a decodificação da representação é sempre uma tarefa semiótica aberta que não deve ser impedida, mas abordada com reflexão, crítica e ação política. Willis é a primeira a

internacional da ONU que trata de questões populacionais. Fundado em 1969, atua em programas relacionados à saúde sexual, reprodutiva e igualdade de gênero. Disponível em: < <https://brasil.unfpa.org/pt-br> >

8. UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância. Disponível em: < <https://www.unicef.org/brazil/> > | OIT: Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: < <https://www.ilo.org/brasil/lang--en/index.htm> >

9. Ellen Willis (1941-2006) foi uma ativista política, feminista, escritora e jornalista, tendo sido uma das pioneiras na crítica feminista do rock nos Estados Unidos (PRECIADO, 2007).

chamar o feminismo pós-pornografia de “pró-sexo”, e dessa forma batizou o movimento político-sexual que faz dos corpos e do prazer das mulheres resistência ao controle e normalização da sexualidade. Na mesma época, Scarlot Harlot usa pela primeira vez o termo “trabalho sexual” para entender a prostituição; logo, Willis e Harlot serão acompanhadas por prostitutas de São Francisco (agrupadas no movimento COYOTE, criado pela prostitua Margo Saint James), de Nova York (PONY: Prostitutes of New York), e grupos ativistas da AIDS ACT UP, das lésbicas radicais e praticantes de sadomasoquismo (Lesbian Avengers, SAMOIS).

Dentre essas feministas, encontravam-se liberais anti-censura, ativistas atrizes pornô e feministas lésbicas que chegaram a formar um grupo chamado Club 90, em 1983. Segundo Linda Willians (1989), o grupo debatia sobre as disputas envolvendo a pornografia, e decidiram produzir por si mesmas, um conteúdo pornográfico que contemplasse suas reivindicações. Annie Sprinkle foi uma das participantes do Club, ela era atriz pornô da indústria mainstream e se tornou diretora de filmes e documentários sobre pornografia. Foi ela quem fez circular, em 1989, em Nova Iorque, o “pós-pornô” (FREITAS, LEITES, 2020, p. 7). Ela significou um marco no movimento, principalmente com suas performances, sendo a mais conhecida a: *Public cervix annoucement*¹⁰, que fazia parte de seu show internacional *Post-Post Porn Modernist*.

A principal ideia desse movimento ‘pós-pornô’ está vinculada a um processo em que a arte e a comunicação possibilitem a visibilidade de sexualidades e corpos dissidentes, é o efeito do devir sujeito de corpos e subjetividades que até aquele momento só puderam ser objetos abjetos¹¹ de representação pornográfica: as mulheres, minorias sexuais, corpos gordos, corpos não-brancos, transexuais, intersexuais, transgêneros, corpos com deficiência. Nesse sentido, o repertório pornográfico tradicional é quebrado para possibilitar

10. Annie Sprinkle começa sua carreira de performer profissional como massagista e, pouco depois, se tornando prostituta passou a fazer shows burlescos e de sexo ao vivo. Em seu show individual “Post-Post Porn Modernist”, ela faz uma apresentação da paródia de sua vida como performer sexual, esse show inclui uma performance (Public cervix annoucement), em que ela convidava os membros da plateia para iluminarem e observarem o colo de seu útero com uma lanterna através de um espécuro (WILLIANS, 2017).

11. O corpo abjeto é aquilo que não queremos ver em nós mesmos: nossos excrementos, nossos excessos, e

outro discurso performático:

Não se trata de que estes corpos não estavam representados: eram na realidade o centro da representação pornográfica dominante, mas desde o ponto de vista do olhar masculino heterossexual. A pós-pornografia supõe uma inversão radical do sujeito do prazer: agora são as mulheres e as minorias que se apropriam do dispositivo pornográfico e reclamam outras representações e outros prazeres (PRECIADO, 2010 apud HERNANDEZ, 2010, 59-60, tradução nossa).

em última instância nosso cadáver. Pelo viés da abjeção, Butler traz o debate acerca da vulnerabilidade das pessoas transexuais, travestis, transgêneros e intersexos em função das normas de gênero, mas não somente - corpos abjetos também são corpos cujas vidas não são consideradas e cuja materialidade não é importante, entre eles: corpos não-ocidentais, pobres, pacientes psiquiátricos, deficientes físicos, refugiados etc. (PORCHAT, 2015, p. 41).

A própria performance dentro da pós-pornografia tem papel fundamental na construção de saberes não-dominantes e que têm grande custo ao feminismo: a desnaturalização de comportamentos e práticas cotidianas que construíram o significado do “ser mulher” e a centralidade do corpo como possibilidade de ação política. Contrariamente às feministas antipornografia, aqui a estratégia é propor a superação da pornografia hegemônica, por meio do questionamento das divisões binárias de gênero e da descentralização das genitálias a partir de uma estética do grotesco que trabalha a ambivalência do corpo. O diálogo explícito com a pornografia tradicional, reenquadrada a partir de uma retórica da intimidade e do afeto. A recuperação e atualização da tradição da blasfêmia como estratégia política e estética de questionamento da moral sexual cristã e da violência colonial. (BALTAR, SARMET, 2021, p. 89).

Na América Latina, uma onda de arte pornoerótica ganhou visibilidade quando ocorreram os festivais PorNO PorSI, em Bogotá e Buenos Aires (2011). O coletivo criado em 2009 organizou os festivais a partir de encontros itinerantes, onde produções pornográficas em múltiplos formatos foram planejadas e exibidas. As últimas ações do coletivo foram ocupações ocorridas de 25 a 31 de julho em 2011, a ideia foi ocupar espaços públicos com ações obscenas, como uma forma

de penetrar na cidade e aquecer os olhos dos passantes (PorNo, PorSi, 2011). A agenda da semana era repleta de oficinas e apresentações: dentre elas “Oficina de Transformação de Travestis”, “E então decidi dizer sim, aceito”, “Tornando-se Travesti”, “Experimentação de Materiais e Memória Erótica”, “Pintura Corporal” e “Espetáculo Boneca Porcelana” (PorNo, PorSI, 2011¹²).

Uns meses antes, no Brasil, Suzy Capó, jornalista e produtora cultural, lança o *PopPorn*, inspirada no *Pornfilmfestival Berlin*, como uma crítica à moral sexual cristã, tributária na tradição da arte queer e feminista latino-americana de conjugar religião e sexualidade como estratégia de confronto e deboche da violência colonial da catequização; para Capó, o festival tem o objetivo de “discutir o sexo nas intersecções com a arte, com o cinema, com a performance, com a música, enfim, e como isso é representado nesses meios, nessas áreas diferentes, inclusive na indústria do sexo, na pornografia” (VEJA, 2012¹³).

Anos depois também surgiam diferentes projetos, como a Antropofagia Icamiaba, idealizada pela artista visual e ativista Taís Lobo¹⁴. O projeto tem como ponto de partida o sexo, os “orifícios que engolem” e os “não-orifícios”, em que buscou-se criar experimentações de linguagem e corporais em confronto com nossas próprias reproduções estéticas e comportamentais:

Considerando que os dois maiores (ainda que ocultos) sustentáculos da estética e do pensamento hegemônicos sejam o gênero e a sexualidade, cujos maiores suportes de ostentação e de difusão são o vídeo e a web (tecnologias chave na construção das identidades e na produção das subjetividades), tendo em vista a pornografia desde uma perspectiva feminista e considerando que tudo está por construir, principalmente em um ambiente úmido, propício às reapropriações antropofágicas e praticante do mesmo, no caso, a América do Sul, é de

12. Mais informações em: < <https://proyectopornoporsi.wordpress.com/> > Acesso em 11 de maio de 2022.

13. Disponível em: < <https://veja.abril.com.br/cultura/festival-tem-programacao-com-temas-ligados-a-sexualidade/> > Acesso em 11 de maio de 2022.

14. Disponível em: < http://nuvem.tk/wiki/index.php/Tais_Lobo > Acesso em 12 de maio.

suma estratégia e importância que as gramáticas da representação audiovisual, suas tecnologias e dispositivos sejam re-fabricados, rescritos por mulheres, distintas entre si, à partir de suas singulares experiências de vida (AZEVEDO, 2013, p. 3).

As Icamiabas são mulheres que produzem autopenografia feminista, como uma pornografia estética que coloca em confronto o selvagem e o tecnológico, na dinâmica de trazer ao debate o arcabouço ocidental das noções de gênero e sexualidade, de corpo e desejo, com as percepções ameríndias e afro-latinas. Icamiabas (do tupi i + kama + îaba = “peito rachado”): índias que, segundo os mitos brasileiros, teriam formado uma tribo de mulheres guerreiras que não aceitavam a presença de homens e que compunham uma sociedade radicalmente matriarcal.

O feminismo selvagem presente no pornoerotismo Antropofágico Icamiaba é um feminismo dissidente, de sujeitos excluídos pelo patriarcalismo, que produz selvagens ciborgues¹⁵ (AZEVEDO, 2013, p. 3). Ele representa, o despertar crítico do proletariado do feminismo – o feminismo de putas, lésbicas, caminhoneiras, violadas, feias, frígidas, malcomidas, incomíveis, histéricas, taradas, transexuais, de mulheres não-brancas, em definitivo quase todas nós (DESPENTES, 2016).

O que pode quebrar com a pornografia moderna é a recriação da sexualidade engendrada, só assim haverá outras possibilidades de desejos: quando estes forem construídos e ensinados. Para Annie Sprinkle, por exemplo, a resposta ao pornô ruim não é o fim do pornô, é o contrário: mais pornô! Ou seja, entrar na disputa por produções pornográficas onde os objetos do pornô moderno tornem-se sujeitos (WILLIAMS, 2017).

15. Cyborg é um conceito desenvolvido por Donna Haraway, no “Manifesto Ciborgue” (2009), em que é no confronto em clones, ciborgues e outros híbridos tecnonaturais que a “humanidade” de nossa subjetividade se vê colocada em questão, em que o ciborgue nasce justamente da mecanização e eletrificação do humano, e de outro a humanização e subjetivação da máquina; nesse sentido é na indecente interpenetração entre o humano e a máquina que se encontra a promiscuidade generalizada, que se traduz na confusão entre ciência e política, tecnologia e sociedade, natureza e cultura. É a partir desse raciocínio que Haraway pretende sair dos dualismos, do que seria

Esse novo feminismo pós-pornô transcultural, ensinou e ensina continuamente que a melhor proteção contra a violência de gênero não é a proibição da prostituição, mas a tomada do poder econômico. De forma que o horizonte político desses projetos políticos não seja somente liberar as mulheres ou alcançar sua igualdade jurídica, mas dismantelar os dispositivos políticos que produzem diferenças de classe, raça, gênero e sexualidade (PRECIADO, 2007).

Considerações Finais

Ficou evidente que a agenda antipornografia não se encontra somente em pautas governamentais mundiais e em organizações em prol dos direitos humanos, mas também em grande parte do discurso feminista, protagonizado pelo feminismo radical. Curiosamente, toda a mobilização que propõe o fim da pornografia, alerta para os perigos da violência sexual e a subordinação das mulheres, associando o trabalho sexual a tráfico e todos os tipos de crimes sexuais, sem diferenciá-los. Esse raciocínio é característico das formulações de feministas radicais como Catharine MacKinnon e Andrea Dworkin, em que as relações sexuais são estruturadas pela subordinação, sem possibilitar qualquer subversão ou ação política contra a dominação das mulheres, o status epistemológico desse trabalho traz a experiência de “mulheres”, tudo que nomeie a violação sexual.

Em contrapartida, o feminismo pró-sexo traz a necessidade de se diferenciar o que seria pornografia do que seria um crime sexual, justamente para não cair no reducionismo de que a pornografia é necessariamente uma

puramente bom ou ruim, selvagem ou civilizado. Na América Latina o cyborg se junta ao selvagem, antropofagicamente; e é no pornoerotismo que isso mais se manifesta: a construção de um cyborg tropical, que resgata o elemento selvagem recalcado por inúmeras investidas civilizatórias e eugenistas em nome do progresso (AZEVEDO, 2014, p. 4).

violência, portanto um crime. Essa visão é possível pela forma que esse feminismo vê a construção da “mulher”, na mesma medida em que possibilita a esses sujeitos caminhos de subversão dos estereótipos de gênero e sexualidade estruturados pelo patriarcado capitalista. Em reação ao discurso moralista que associa o trabalho sexual ao crime, com a pretensão de aboli-lo, o feminismo pró-sexo traz a possibilidade de se reivindicar e produzir pornografias de corpos abjetos como sujeitos, sem que sejam censuradas ou criminalizadas pelo discurso abolicionista.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Adriana Pinto Fernandes de. Sexorcismos Selvagens: pós-pornografia e performance. *Seminário de Tese*. PUC – Rio, 2013.

BALTAR, Mariana; SARMET, Érica Ramos. Redes de deboche e excesso: práticas performáticas no pós-pornô da América Latina. Dossiê Feminismo Vitais, *Revista Ecosos*, v. 24, n. 1, 2021.

BATISTA, Aryani Ferreira. *Olhares do desejo e olhares femininos: o cinema pornográfico feminista de Candida Royalle, suas subversões e limitações representacionais*. Dissertação (Mestrado). Goiânia: UFG, 2018.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 21ª Edição. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2021.

BUTLER, Judith. RUBIN, Gayle. Tráfico Sexual: entrevista a Gayle Rubin. *Cadernos Pagu*, 2003.

CECCARELLI, Paulo Roberto. A pornografia e o ocidente. *Revista (In)visível*, Portugal, 2011.

COELHO, Clara da Cunha Barbato Veiga. *Pós-pornografia em foco: um estudo sobre tensões políticas e usos do corpo*. Dissertação (mestrado). Campinas: Unicamp, 2020.

DESPENTES, Virginie. *Teoria King-Kong*. N – 1 Edições: São Paulo, 2016.

DUARTE, Larissa Costa. O pornogate de Ronald Reagan: pornografia, minorias e políticas sexuais. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10*, Florianópolis, 2013.

DUARTE, Larissa Costa. *PORNOTOPIA: história, desafios e reimaginações das pornografias feministas*. Dissertação (Mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 2014.

DWORKIN, Andrea. *Pornography: men possessing women*. A Plume Book: USA, 1979.

EDWARDS, David M. *Política e Pornografia: uma comparação das conclusões da Comissão do Presidente e da Comissão Meese e a resposta resultante*. Wayback Machine, 25 de agosto de 2009. Disponível em: < <https://web.archive.org/web/20090825002802/http://home.earthlink.net/durangodave/html/writing/Censorship.htm> > Acesso em 26 de julho de 2022.

FERNANDES, Gabriela Fardin. *A construção das memórias íntimas de uma personagem feminina em Fanny Hill: Memoirs of a Woman of Pleasure*, de John Cleland, e na peça *The Life and Times of Fanny Hill*, de April de Angelis: aproximações e distanciamentos. Dissertação (Mestrado). São Jose do Rio Preto – SP, 2019.

FREITAS, Suellem Lopes de; LEITES, Bruno Bueno Pinto. Da pornografia à pós-pornografia: práticas contrassexuais no audiovisual. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul*, Curitiba, 2016.

GREGORI, Maria Filomena. Relações de violência e erotismo. *Cadernos Pagu*, 2003.

HARAWAY, Donna J. KUNZRU, Hari. *Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Organização e tradução: Tomaz Tadeu. 2ª Edição. Editora Autêntica: Belo Horizonte, 2009.

HERNANDEZ, Esperanza Moreno. *Cuerpos Lesbianos en la Red. De la Representación de la Sexualidad Lesbiana a la Postpornografía*. Dissertação de Mestrado. Universidad Politecnica de Valencia. 2010.

HUNT, Lynn. *A invenção da pornografia: obscenidade e as origens da modernidade 1500 – 1800*. Tradução Carlos Szlak. Editora Hedra: São Paulo, 1999.

KENDRICK, Walter. *The Secret Museum. Pornography in modern culture*. Berkeley, University of California Press, 1996.

LOBO, Elizabeth Souza. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

LOBO, Tais. *Intuições corpóreas acerca de uma autopornografia*. Publicado em 2013. Disponível em: < http://nuvem.tk/wiki/index.php/Tais_Lobo > Acesso em 20 de abril de 2022.

MCELROY, Wendy. *XXX: A women's right to pornography*. St. Martin's Press, 1995.

MORGAN, R. Theory and practice: Pornography and rape. In L. J. Lederer (Ed.), *Take back the night: Women on pornography*. New York: William Morrow, 1980.

OIT: Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: < <https://www.ilo.org/brasil/lang--en/index.htm> > Acesso em 17 de abril de 2022.

OLIVAR, José Miguel Nieto. Prostituição feminina e direitos sexuais... diálogos possíveis? *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Rio de Janeiro), 2012.

OLIVEIRA, João Manuel de; NOGUEIRA, Maria da Conceição; PINTO, Pedro. Debates feministas sobre pornografia heteronormativa: estéticas e ideologias da sexualização. *Psicologia: reflexão e crítica*, 2010.

PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria F.; CARRARA, S. (Orgs.) *Sexualidade e Saberes: convicções e fronteiras*. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

PORCHAT, Patricia. Um corpo para Judith Butler. *Periódicus*, n. 3, v. 1, 2015.

PORNO PORSI (2011). Disponível em: < <https://proyectopornoporsi.wordpress.com/> > Acesso em 11 de maio de 2022.

PRECIADO, Paul B. Mujeres en los márgenes. Babelia: *El País*, 2007. Disponível em: < https://elpais.com/diario/2007/01/13/babelia/1168648750_850215.html > Acesso em 27 de abril de 2022.

PRECIADO, Beatriz. Posporno: excitación dissidente. *Revista Parole de Queer*, n.4, 2010.

RIBEIRO NETO, Alberto. *Pornografia na cultura virtual: Considerações psicanalíticas sobre devaneios eróticos na rede mundial de dados digitais*. Dissertação (mestrado). UFPA: Belém, 2017.

RUBIN, Gayle S. Pensando sobre sexo: Notas para uma teoria radical da política da sexualidade. *Cadernos Pagu* (21), 2003.

RUBIN, Gayle (1984). Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: PARKER & AGGLETON (eds.). *Culture, Society and Sexuality: A reader*. New York: Routledge, 1999.

RUSSEL, Diana E. H. *Making Violence Sexy: feminist views on pornography*. Published by Teachers College Press, Amsterdam Avenue, New York.

SARMET, Érica. Pós-pornô, dissidência sexual e a situación cuir latino-americana: pontos de partida para o debate. *Revista Periódicus*, 1ª edição maio-outubro de 2014.

UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância. Disponível em: < <https://www.unicef.org/brazil/> > Acesso em 17 de abril de 2022.

UNAIDS. Disponível em: < <https://unaid.org.br/> > Acesso em 17 de abril de 2022.

UNFPA. Disponível em: < <https://brazil.unfpa.org/pt-br> > Acesso em 17 de abril de 2022.

UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. Unodc.org, 2004. Disponível em: < <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/crime/marco-legal.html> > Acesso em 17 de abril de 2022.

VANCE, Carole. *Pleasure and Danger: Exploring Female Sexuality*. Boston: Routledge and & Kegan Paul, 1984.

VÁRIOS. (1986). Final Report of the Attorney General's Commission on Pornography Department of Justice. Government Printing Office. Washington, DC. Disponível em: < <https://www.ojp.gov/pdffiles1/Digitization/102046NCJRS.pdf> > Acesso em 17 de setembro de 2022.

VÁRIOS. (1988). Report of the Presidential Commission on the Human Immunodeficiency Virus Epidemic. Government Printing Office, Washington, DC. Disponível em: < <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED299531.pdf> > Acesso em 17 de setembro de 2022.

VEJA, Abril. Festival tem programação com temas ligados à sexualidade. Por Da Redação, em 29 de maio de 2012. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/cultura/festival-tem-programacao-com-temas-ligados-a-sexualidade/>> Acesso em 11 de maio de 2022.

VITA, Mariana. Capturar o gozo: dizeres pela censura da pornografia. *Anais do VII Seminário dos Alunos dos Programas de Pós-Graduação do Instituto de Letras da UFF –Estudos da Linguagem*, UFF, n° 1, 2016.

WHO: World Health Organization. Disponível em: < <https://www.who.int/> > Acesso em 17 de abril de 2022.

WILLIAMS, Linda. *Hard Core*. Power, pleasure and the frenzy of the visible. University of California Press, 1989.

WILLIAMS, Linda. Uma Agente Provocadora: A Pornografia e A Arte da Performance de Annie Sprinkle. *eRevista Performatus*, Inhumas, ano 5, n. 17, 2017.

Como citar

DA SILVA, Mirian B.. Do Feminismo Radical ao Feminismo Pró-Sexo: Como a Pornografia é Vista? *Primeiros Estudos: Revista de Graduação em Ciências Sociais*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 102-123, 2023. DOI: 10.11606/issn.2237-2423.v10i2pe00102205

ENTREVISTA

Entrevista com Bruna Gisi*

Interview with...

Entrevista con...

Camila Corvisier, Guilherme Olímpio-Fagundes,
Henrique Assi Hernandez, João Pedro Gomes Balanco,
Lucas de Paula Fonseca, Tales Mançano**

*Doutora e Mestra em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), atualmente é professora doutora no Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da da USP.

** Autores ordenados alfabeticamente.

A Equipe Editorial da Primeiros Estudos agradece profundamente à Prof.^a Bruna Gisi por ter possibilitado a realização dessa entrevista.

Bloco 1 | Vida

Primeiros Estudos (1E): Como descreveria sua origem familiar? Quais momentos da infância e adolescência você considera marcantes?

Bruna Gisi (BG): Com relação a minha origem, eu avalio que tenho uma origem social bastante privilegiada. Sou neta de imigrantes. Algumas gerações atrás a família dos meus avós paternos veio para o Brasil e eles se tornaram agricultores. Trabalhando em uma cidade muito pequenininha, migrando de cidade em cidade no interior de Santa Catarina. Muito pobres. Minha avó paterna foi aprender a ler e escrever com 70 anos, depois que meu avô faleceu, e ele faleceu analfabeto. E, do lado da minha mãe, é uma história um pouco mais curiosa, porque são eles mesmo, os meus avós maternos, que migraram para o Brasil. Eles vieram de uma região que hoje fica no Cazaquistão, mas que foi parte da União Soviética, era uma colônia de alemães. E eles fugiram do regime stalinista, das atrocidades do stalinismo. Fugiram pela China, chegaram no Brasil e foram beneficiários das políticas de recepção aos imigrantes europeus que aconteceu pela década de 30. A partir disso, conseguiram se estabelecer também no interior de Santa Catarina e criar um comércio.

A geração dos meus pais já teve a possibilidade de cursar a universidade. Meu pai, por ter participado de seminário, estava se formando para ser padre, mas desistiu bem no final, quando ele já tinha quase 20 anos, e foi fazer curso universitário, muito por causa dessa influência do seminário, e se formou em letras e filosofia. E a minha mãe também conseguiu: chegou a ter a formação universitária e se tornou professora universitária. Ela se formou em enfermagem, era um

curso que estava começando, foi recrutada antes de fazer a pós-graduação, mas, chegou a fazer o mestrado e o doutorado. Ela tornou-se, então, professora e trabalhou durante muito tempo na Universidade Federal do Paraná e depois foi para a PUC do Paraná, onde trabalha até hoje. Ela ainda não se aposentou. E meu pai, ele tem essa formação em humanidades, mas, no fim, foi trabalhar com comércio, teve algumas lojas no ramo de alimentos. Hoje ele está aposentado.

Essa situação familiar me deu condições de estudar num bom colégio. Então, estudei em Curitiba, num colégio particular que poderia ser considerado um dos colégios de elite de Curitiba. A formação nessa escola foi importante... Chama-se Colégio Nossa Senhora Medianeira, um colégio católico, jesuíta, mas que tinha um viés bastante progressista, uma influência da Teologia da Libertação. Então, tinha toda uma relação com o catolicismo muita ênfase em humanidades e, também, em atividades como fazer voluntariado. Tinha uma atenção à questão social, uma preocupação com essa ideia de amor ao próximo. Então, tinha uma combinação do catolicismo com essa perspectiva mais progressista, que foi bastante importante na minha formação e, inclusive, na minha escolha por fazer Ciências Sociais: eu tive, por exemplo, sociologia no ensino médio. O que, na minha época, ainda era raro... Eu tive antropologia... Claro, era uma versão de sociologia e de antropologia muito particular, né? Não era exatamente o que a gente estuda na graduação... Mas, eu tive essa perspectiva do que são Ciências Sociais já no ensino médio. Tinha aula de filosofia, também, então tinha uma formação forte em humanidades.

Considero que essa formação nesse colégio teve um papel importante em me colocar essa atenção em querer compreender como a sociedade funciona, de ter uma ânsia por transformação social, essa ideia de como interferir nos processos de desigualdade e de ver tudo isso com muita

angústia. Então é isso: essa formação me direcionou muito para o curso de Ciências Sociais. Eu diria que, do ponto de vista da minha trajetória, e que conecta com a minha formação ou com a minha carreira, isso seria o mais marcante.

1E: A senhora já comentou como surgiu o interesse em cursar ciências sociais, mas quais eram as expectativas em relação ao curso?

BG: Eu tive essa formação nesse colégio...também fiz teste vocacional, na tentativa de direcionar... E pensei em fazer Ciências Sociais. Também no ensino médio, eu participava de um grupo de jovens católicos, e a gente fazia missões. Eu decidi fazer Ciências Sociais influenciada por ter feito sociologia, antropologia. Na verdade, eu não tinha muitas expectativas. Porque, de fato, a formação que a gente tinha nessa escola nessas áreas era muito mais uma reflexão sobre a atualidade do que, de fato, uma formação disciplinar, ou que tivesse qualquer tipo de orientação para pesquisa. Ou que fizesse um pouco essa mediação, como hoje em dia tem, com os programas de iniciação científica no ensino médio. Não era nada nesse sentido. Era muito mais uma ideia de reflexão sobre a atualidade. Eu tinha, então, essa ideia de que eu ia estudar a sociedade, como funciona, como transformar, mas era algo muito vago.

Além de Ciências Sociais, eu também tentei direito como segunda opção, e eu acabei iniciando os dois cursos: comecei Ciências Sociais na Federal do Paraná e Direito na PUC do Paraná. Já falo um pouco mais sobre isso. Eu tive um encantamento muito imediato e uma identificação muito imediata com Ciências Sociais, principalmente com a sociologia. E, a partir disso, a minha formação em Direito quase que imediatamente não tinha muito sentido, né? Eu comecei a

questionar muito a forma como eu estava sendo ensinada no curso de Direito. E eu era aquela aluna chata que ficava contestando o que os professores estavam dizendo, que era tudo muito impreciso... Então, eu desisti do direito. Fiz um semestre só e não consegui levar adiante.

No caso das Ciências Sociais, como eu disse, foi uma identificação muito imediata. Eu conto para alguns alunos que eu tive a minha primeira aula do curso, de sociologia 1, com o Professor Pedro Bodê (Pedro Rodolfo Bodê de Moraes) – que infelizmente faleceu no ano passado [em 2021] – e ele teve um papel bem importante na minha trajetória. A minha primeira aula de todas do curso foi com ele, e eu me lembro de sair dessa aula e pensar comigo assim: “nossa, encontrei o que eu quero fazer da minha vida!” Foi uma coisa realmente muito intensa, muito forte, e, de fato, de descobrir alguma coisa que eu não tinha ideia de que existia. Então já nessa primeira aula, e nas primeiras aulas do curso, ficou muito claro para mim que as Ciências Sociais eram muito mais do que eu imaginava e que tinha toda essa outra parte, da sociologia ou das Ciências Sociais, como formas rigorosas, precisas e empiricamente orientadas de um conhecimento especializado, que tenta, realmente, desvendar aspectos específicos do modo como as pessoas se relacionam, como elas convivem, como elas agem... E era algo que eu desconhecia, essa dimensão mais científica das Ciências Sociais. E foi por isso que eu me encantei: essa ideia desses instrumentos para ver as coisas de uma maneira que eu nunca tinha visto e pensar sobre as coisas de uma maneira que eu nunca tinha pensado. Então, realmente, foi muito potente.

1E: Retrospectivamente, o que você considera que marcou sua graduação? Em quais atividades se envolveu mais?

BG: Sem dúvida, foi a minha participação no núcleo de pesquisa coordenado pelo Adriano Codato e pelo Renato Perissinotto, que são dois professores da Ciência Política. Na verdade, tem outros professores que participam do núcleo, mas, de alguma maneira, o meu contato inicial se deu a partir deles, principalmente do Adriano, que me convidou para participar do grupo e se tornou meu orientador. Aí, eu comecei a desenvolver pesquisas de iniciação científica já no segundo período da graduação, se eu me lembro bem... Então, eu comecei a participar do NUSP – o Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira da UFPR – já no início da graduação. E eu tive uma sorte tremenda, porque comecei a trabalhar com esse núcleo quando eles estavam iniciando um grande projeto de pesquisa, que era um projeto de estudar, naquele momento, elites políticas, principalmente. E eu pude acompanhar todas as etapas de elaboração de um projeto de pesquisa. E, claro, acho que tem uma visão que me parece muito interessante e inspiradora desses professores, do Adriano e do Renato, da forma como eles nos incorporaram no processo. Então, você tinha alunos de graduação, de pós-graduação e os professores, e todos se colocaram a fazer todas as etapas do processo. Então, a gente iniciou lendo textos, discutindo conceitos, abordagens, perspectivas, o que era a teoria das elites, o que eram as perspectivas para se estudar elites, como pensar uma sociologia política – que pensa a política em conexão com as relações sociais mais amplas, em conexão com as dinâmicas mais estruturais da sociedade. A gente se colocou, primeiro, a fazer seminários, a estudar, discutir e formular questões. Depois, a gente teve que formular os instrumentos de coleta: a ideia era aplicar surveys... A pesquisa se desdobrou de muitas maneiras, mas a gente tinha essa formulação de um grande banco de dados. Então, eu participei da elaboração dos instrumentos de coleta, depois, da aplicação dos questionários. Depois, a gente fez cursos de estatística, que era parte da formação das Ciências Sociais, como tem na USP, mas,

também, cursos específicos para aprender SPSS, para aprender a mexer com ferramentas de análise estatística... Então, realmente, essa experiência foi muito marcante. Eu fiquei no NUSP ao longo de toda a minha graduação. Eu fiz duas iniciações científicas, se eu não me engano, porque, também, a gente tem lá algo parecido com um Trabalho de Conclusão de Curso, então, eu tive realmente a possibilidade de desenvolver trabalhos próprios também.

Aí, eu tinha, em paralelo a esse meu trabalho na Ciência Política, um grande apreço pela Sociologia. Eu já sabia, desde praticamente o início da graduação, que eu tinha uma relação de maior identificação com a Sociologia do que com a Ciência Política. Enfim, vocês sabem as diferenças... Vocês têm essa experiência também... São formas diferentes de se aproximar dos mesmos objetos. E eu tinha, realmente, uma relação muito forte com a sociologia. Principalmente com o Pierre Bourdieu, um autor que, na graduação, me encantou! Eu vejo hoje muitos alunos também encantados com ele e eu consigo entender plenamente. Então, eu comecei a me dedicar mesmo a estudar o Bourdieu com maior dedicação, fui estudar francês, porque eu queria conseguir ler textos em francês. Então, eu tive um pouco essa vida paralela. Aí, no meu TCC, eu tentei juntar as duas coisas. Não deu muito certo, mas foi um exercício meu de fazer uma análise mais sociológica daquele material de pesquisa. Então, teve também esse processo meu de amadurecer a minha relação com a sociologia. Além disso, já naquele momento, eu tinha certa admiração pelo trabalho do Goffman, que depois vai se desenvolver. Então, tem essa, digamos, dinâmica dupla... Mas, sem dúvida, a experiência no NUSP é a mais marcante.

1E: Partindo disso, como imaginava seu futuro acadêmico/profissional? Ingressar na carreira acadêmica já era algo almejado ou contemplado na época da graduação?

Sim! E aqui eu acho que tem um papel bastante importante, e a gente estuda muito isso nas Ciências Sociais, a formação do habitus... O fato da minha mãe trabalhar, ter ela própria uma carreira acadêmica, ter feito mestrado e doutorado, é evidente que essa trajetória já se colocava como uma possibilidade na minha juventude... Lembro que, de alguma maneira, minha mãe conseguia me ajudar também nesses processos. Aí, vem isso que eu falava para vocês, que eu tive uma trajetória bastante privilegiada, no que diz respeito ao caminho para carreira acadêmica. Então, já era uma vontade muito grande fazer mestrado e doutorado, era o que eu desejava, eu nem considerava fazer outra coisa... Na verdade, eu terminei a graduação bastante rápido, acho que em quatro anos... Não fiz licenciatura... Para mim era isso que estava no horizonte.

Entrevista com Bruna Gisi

1E: Como surgiu o interesse na área de sociologia da violência, de forma geral, e no tema da Justiça Juvenil e do Sistema Socioeducativo, de forma específica?

BG: Como eu disse para vocês, fiz optativas diversas... fiz a formação básica em Antropologia e Ciência Política. A graduação na Federal do Paraná é bastante parecida com a antiga graduação da USP. A gente tinha um semestre para cada um dos autores clássicos na Sociologia, depois vinha Sociologia Contemporânea... na Ciência Política era um pouquinho diferente, mas era uma formação semelhante. Eu me dediquei principalmente à Ciência Política pelos meus trabalhos de pesquisa, mas, no final da graduação fiz uma optativa com o Pedro Bodê que era justamente Sociologia da Violência. E aí fiquei completamente encantada! Tenho uma relação de admiração muito grande pelo Pedro e foi realmente

uma pessoa bastante importante na minha formação. Acho ele brilhante, uma pessoa muito carismática, excelente professor e pesquisador. E aí tinha muita discussão na disciplina dele sobre os processos de criminalização da juventude pobre negra: um pouco essa ideia do processo de construção social do crime, de que maneira isso tem um papel nos processos de seletividade penal. Essa ideia de olhar para a criminalidade como algo que tem a ver com esses processos de construção social era algo que me fascinava muito, em especial essa questão da juventude. Muitas pessoas têm histórias mais interessantes de explicação da escolha dos seus temas de pesquisa. Eu não tenho nenhum acontecimento pessoal ou nada particular... Nunca tinha entrado em uma unidade de atendimento socioeducativo, nunca tinha entrado numa prisão. Não tenho nenhuma experiência pessoal com esses universos; era realmente um interesse em compreender esses processos. E, para mim, essa ideia da juventude, da adolescência – até um pouco também do senso comum – de que são momentos também de revolta, de mais resistência. Eu ficava pensando como é que isso se articula com os processos de criminalização. Teve esse momento com o Pedro Bodê e, depois que eu terminei a graduação, trabalhei um pouco com projetos de pesquisa antes de entrar no mestrado, depois eu posso contar um pouco essa transição... Um dos projetos que trabalhei era coordenado pelo Pedro na Federal do Paraná, a Coordenação Geral era do Michel Misse, e era um projeto sobre guardas municipais. Então já tinha também algum contato com pesquisa sobre segurança pública, sobre temas que são tangenciais à questão que eu vou me dedicar no mestrado, mas aí eu tive um desvio (risos).

Quando eu fui tentar o mestrado, eu sabia que eu queria fazer a pós-graduação em algum outro lugar que não a Federal do Paraná, queria ter essa experiência de estar em outro ambiente acadêmico para me sentir instigada, enfim, tive um

pouco esse desejo. A ideia de vir para São Paulo me animava, e a USP tem a fama que tem, então a gente também quer saber como funciona e eu tinha um pouco essa curiosidade. Mas naquele momento eu não tinha um projeto de pesquisa formulado e que eu tivesse amadurecido. A primeira vez que tentei o mestrado era outro tema, a recepção intelectual de [Pierre] Bourdieu no Brasil. O projeto não rendeu muito, não passei no processo seletivo... mas fiquei em contato com o Marcos [Alvarez] que estava na banca, e aí fiz uma disciplina com ele como aluna especial, era uma discussão sobre Sociologia da Punição, mais contemporânea. E aí isso conectado àquela disciplina que eu tinha feito, fui aos poucos desenhando a mudança para esse tema. Se fosse para explicar como que eu chego no tema é um pouco por aí, teve esse papel do Pedro inicialmente, mas depois também esse contato maior com o Marcos Alvarez que virou meu orientador.

1E: Como foi mudar-se para São Paulo para realizar um mestrado acerca dessa temática e como você avalia, comparativamente, sua experiência universitária na USP e na UFPR?

BG: Então, a minha a decisão de vir para cá (para a USP) teve um pouco a ver com isso, o fato também de que eu ia mudar de área, né? Então, tinha um pouco essa ideia de mudar de ambiente, e de que eu não iria continuar pesquisando o que eu estava pesquisando na graduação. Havia uma mudança um pouco grande aí... Então, (a mudança) foi muito motivada por esses fatores que eu mencionei: a possibilidade de morar em São Paulo; a curiosidade que eu tinha e o interesse em ter a experiência do que seria um ambiente universitário na USP.

E, sobre essa pergunta, se eu fosse comparar as minhas experiências nas duas universidades, acho que tem uma diferença importante. Por um lado, em termos de infraestrutura: o fato de que a USP é realmente uma universidade com muito mais recursos e muito mais central, do ponto de vista do campo acadêmico, do que a Federal do Paraná. Isso se reflete na oportunidade de acessar uma biblioteca muito bem equipada, a oportunidade de ver pesquisadores e autores de outros países, importantes no campo da sociologia, nas suas áreas especializadas, em palestras e seminários. A própria dinâmica com os meus colegas de pós-graduação, que era intelectualmente muito rica. Eu realmente tinha trocas muito estimulantes com os meus colegas, até mais durante o mestrado do que o doutorado, curiosamente. Isso criou um ambiente intelectual que foi muito rico para mim. E foi muito importante ter contato com pessoas de outros lugares. Eu sou da turma de mestrado do Mateus Gato de Jesus (que se graduou na UFMA e é docente da Unicamp, atualmente), do Danilo França (graduado na USP e atual docente da UFF), do Rogério Jerônimo Barbosa (graduado na UFMG e atual docente do IESP-UERJ), do Eduardo Vilar Bonaldi (graduado na USP e professor da UFSC atualmente) além de muitos outros. Há uma série de pessoas que hoje estão localizadas nas universidades brasileiras e que foram bastante importantes nesse momento da experiência inicial da USP para mim. Ela foi muito marcada por isso. Eu tive, por exemplo, no doutorado, a oportunidade de fazer um minicurso com o Kenneth Liberman sobre etnometodologia – um minicurso de uma semana – que foi super importante para o próprio desenvolvimento da minha tese. Então, essas oportunidades e esse ambiente, realmente, foram muito importantes para a minha trajetória intelectual. A minha experiência na UFPR, como eu já disse, foi marcada pelas oportunidades que eu tive no Núcleo de Pesquisa em Sociologia Política Brasileira, pela concepção que o Adriano Codato e o Renato Perissinotto tinham sobre formação e pela

forma como eles entendiam o nosso trabalho como alunos de graduação: tivemos oportunidade de publicar, de participar da organização de Dossiês na Revista de Sociologia e Política... Eu tive muitas oportunidades de desenvolvimento acadêmico por conta da visão que esses professores tinham do trabalho de pesquisa.

Bloco 2 – Pesquisa: falando sobre Sociologia da Violência

1E: Pensando na sua relação com a pesquisa de forma mais ampla e com a área da sociologia da violência, sociologia da punição, os estudos sobre justiça juvenil que fazem parte da sua trajetória, a primeira questão é no sentido de como que o NEV surge na sua trajetória? Como se dá esse contato?

BG: Então, na verdade, durante a pós-graduação, eu não integrei o NEV. Eu não sei exatamente se foi totalmente coincidente, mas teve um período que o Marcos Alvarez [docente do Departamento de Sociologia da USP e orientador de Bruna Gisi no mestrado e no doutorado] também estava um pouco menos relacionado com as atividades de pesquisa do NEV, e eu não sei dizer se a periodicidade é exatamente a mesma, mas durante o mestrado e o doutorado eu não fazia parte das pesquisas do NEV, não estava oficialmente no NEV. Claro que eu sabia do NEV, acompanhava as atividades, sabia dos pesquisadores. Mas a minha pesquisa não estava diretamente relacionada. Depois, no doutorado, eu usei diferentes tipos de materiais, mas uma parte dos materiais que eu usei na tese são os prontuários da Fundação CASA, que é um material que eu tive acesso porque houve uma pesquisa desenvolvida pelo NEV, coordenada pelo Marcos Alvarez junto

com pesquisadores de outras instituições, sobre esse tema: tentar pensar o período que vai de 1990, quando há a aprovação do ECA, até 2006, que foi o período em que a FEBEM se torna Fundação CASA – então você tem aí um período institucional interessante. E parte do material do meu doutorado parte dessa pesquisa. Então, ali já tinha um caminho um pouco mais próximo. Mas o meu contato mesmo com o NEV inicia de maneira mais forte no pós-doutorado. Então, é bem recente, foi em 2017 que teve um processo seletivo para os Pós-Doc, eu já tinha terminado o doutorado, defendi em 2016. Então, em 2017, eu iniciei o Pós-Doc já vinculado ao projeto do CEPID. Então, hoje, boa parte das pesquisas do NEV são financiadas pela FAPESP, como parte de um CEPID que chama “Construindo a democracia no dia-a-dia”, mas que tem como tema principal a legitimidade das instituições na democracia, pensando principalmente no controle do crime e da violência. Então, eu entrei para fazer um Pós-Doc que, na verdade, não tinha tanto a ver com as minhas pesquisas de mestrado e doutorado, mas a conexão que existia é uma continuidade em termos de compreender o funcionamento prático e cotidiano das instituições responsáveis pelo controle do crime da violência. No mestrado e no doutorado as instituições relacionadas à justiça juvenil e o sistema socioeducativo, e, no pós-doutorado, era muito centrado na polícia. Então, era uma pesquisa que, a princípio, seria uma comparação entre a Polícia Militar e a Polícia Civil, mas, em relação à Polícia Civil, eu não consegui acesso aos agentes, delegados... Foi uma pesquisa qualitativa que eu fiz junto com outra pesquisadora, Giane Silvestre, que também é pesquisadora do NEV. E nós tentamos pensar como que os próprios agentes, como que os próprios policiais militares, entendiam a sua legitimidade enquanto representantes da autoridade e representantes dessa instituição; como que eles percebiam as expectativas do público – então tinha um pouco esse debate. Na verdade, o meu Pós-Doc foi relativamente curto.

Eu comecei em julho, se eu não me engano, na metade de 2017, e, já no final de 2017, eu presto o concurso da USP – e era um concurso que tinha uma relação com o CEPID. A FAPESP pedia, como contrapartida, que a universidade tivesse concursos para que professores fossem trabalhar nesses CEPIDs. Então, é um concurso como outro qualquer, que têm os mesmos procedimentos, a mesma lógica, mas que tinha, digamos assim, essa característica peculiar: de exigir que esse professor fosse contribuir e colaborar com o CEPID da FAPESP. Então, a vaga em que eu entrei já estava muito vinculada ao NEV. Eu tomei posse em abril de 2018. Depois, eu fui fazer parte da Coordenação do NEV, e atualmente os meus projetos de pesquisa são todos desenvolvidos ou vinculados ao NEV de alguma maneira.

1E: Outra questão relativa a seus trabalhos de pesquisa: quais autores e linhas de pensamento você está dialogando nesses momentos?

Desde o mestrado eu comecei a desenvolver, paralelamente ao meu interesse no tema da Justiça juvenil, no tema da punição, no tema do encarceramento, um interesse teórico também nas chamadas abordagens interpretativas – ou no que se convencionou chamar de microssociologias. No mestrado, eu tentei mobilizar os conceitos do Goffman durante o doutorado, eu fiz toda uma imersão na etnometodologia, tentei também articular com alguns conceitos do Goffman. Esse interesse na microssociologia, dentro da sociologia contemporânea, é algo que permanece. A ideia de tentar olhar para esse tema – que é o funcionamento prático e cotidiano das instituições de controle do crime e da violência – a partir dessas perspectivas, permanece o interesse até hoje nas minhas pesquisas.

Mas essa não é a única abordagem com a qual eu dialogo. Eu tenho um diálogo também bastante grande, principalmente nos projetos que eu estou desenvolvendo agora, com a chamada Sociologia da Punição, que foi muito definida pelos trabalhos do David Garland, que nomeou muito claramente essa especialidade e tentou pensar como reformular ou como formular uma tradição dentro da sociologia que pensa punição – ele próprio tem uma perspectiva teórica própria de como olhar para a punição como instituição social. Essas reflexões – que acabaram sendo formuladas, principalmente, como o que a gente poderia chamar de teorias de médio alcance dentro da reflexão sobre punição – também são abordagens com as quais eu dialogo bastante e que tem a ver com os projetos com os quais eu trabalho. E, no NEV, tem uma literatura particular, que informa o CEPID de maneira mais forte, uma literatura recentíssima da criminologia, principalmente norte-americana, mas tem autores em vários outros países que também adotam essa abordagem e desenvolvem essa abordagem, na Inglaterra, principalmente, que é o chamado Modelo de Justiça (ou Justeza) Procedimental. Existe toda uma reflexão específica sobre legitimidade que é formulada por esses autores, e eles têm uma proposta de que a forma como as instituições lidam com as pessoas nos contatos diários, como os representantes dessas instituições de Estado lidam com a população nos contatos diários é algo decisivo para as atitudes e percepções que a população tem sobre autoridade, sobre estado, sobre leis, etc. Muito resumidamente, é isso que esse modelo teórico propõe. Então, em função da minha atuação em vários dos projetos do CEPID, eu também tenho um diálogo com essa com essa literatura. Mas, de maneira mais contínua, digamos assim, eu diria que é muito mais a microssociologia e essa sociologia da punição que me acompanham nos debates.

1E: Quais temas você tem pesquisado ou tem a intenção

de pesquisar no futuro? O que tem na perspectiva de pesquisas futuras?

BG: Existem alguns projetos que eu estou desenvolvendo agora. Eu tenho trabalhado muito com parceiros e outras/os colegas do campo, nós compartilhamos certos interesses e é isso que tem direcionado muito também os meus projetos atualmente. Tem um projeto que eu estou desenvolvendo, que eu recebi um pequeno financiamento do CNPq, e que tem a ver com o tema que eu trabalho também de outras maneiras, que são essas tendências contemporâneas do funcionamento da Justiça Juvenil no Brasil e também em outros países. Eu já tinha desenvolvido um projeto que envolvia a América Latina, que tentava comparar os sistemas em alguns países da América Latina, pensando como funciona a Justiça Juvenil no período mais recente, considerando a história dessa área especializada da Justiça. Há essa reflexão muito fortemente influenciada por esses debates que eu mencionei há pouco, sobre a sociologia da punição; toda a discussão sobre a virada punitiva; o fato de que, na Justiça Juvenil, há alguns movimentos que parecem ir para outros lugares mais recentemente. Então, trata-se de tentar entender como a Justiça Juvenil tem funcionado no Brasil mais recentemente. No caso desse projeto específico do CNPq, estamos olhando para um fenômeno ainda pouco compreendido – nós não temos nenhuma hipótese teórica mais forte que nos ajude a entender esse cenário: que é o fato de que a população de adolescentes atendidos no sistema socioeducativo no Brasil inteiro tem caído, tem diminuído. Havia um processo de crescimento muito acentuado desde a década de 90 e aí, em meados da década de 2010, começa a diminuir. Esses dados são bastante recentes, e ainda não conseguimos saber exatamente o que está acontecendo. Então, é um pouco um estudo exploratório para tentar descrever esse processo, para começar a formular

hipóteses que sejam mais plausíveis. Esse cenário é muito nítido no Estado de São Paulo – já, se pensarmos em outros estados, é um pouco mais complexo. Mas, no Brasil, de maneira geral, é esse o movimento. Então, temos esse interesse em tentar olhar para isso e entender isso.

Teve um projeto também que a gente finalizou, um projeto pequeno, em que estávamos olhando para a produção legislativa sobre a Justiça Juvenil e o Sistema Socioeducativo no período pós-Estatuto da Criança e do Adolescente. Tentando pensar, também, as demandas mais punitivistas, e como que isso se articula com outros discursos e outros enquadramentos.

Agora, eu estou junto com pesquisadores da Universidade de Surrey, na Inglaterra, e temos começado um projeto que olha para dinâmicas do aprisionamento, do encarceramento em massa; de como isso se relaciona com as relações familiares e comunitárias das pessoas que passam pela instituição; como que a prisão tem efeitos mais coletivos, e que, de alguma maneira, passam por essas dinâmicas comunitárias e familiares. E, claro, eu tenho também desenvolvido as pesquisas que eu mencionei no NEV – para além dessa pesquisa que eu fiz como Pós-Doc, com a polícia militar. Temos também um projeto sobre o Judiciário, olhar para a forma como os juízes pensam, a perspectiva dos juízes sobre a instituição; sobre o modo como eles lidam com a população; sobre as expectativas da população nessa discussão sobre legitimidade. São frentes distintas, mas que estão caminhando nessas discussões teóricas que eu mencionei para vocês na outra questão.

1E: Como que você avaliaria o potencial da Sociologia da Violência em contribuir no enfrentamento das problemáticas sociais, ou seja, dar um sentido de transformação prática a partir dessa reflexão teórica?

BG: Eu tenho uma perspectiva pessoal, e existem outras posições dentro da sociologia, de não pensar imediatamente as problemáticas de pesquisa a partir das suas possibilidades de aplicação ou resolução de problemas práticos. Eu entendo que não há muito como escapar, a sociologia da violência está completamente conectada com questões de grande interesse público, é uma área que cresce, inclusive, por conta disso, que tem força por conta disso. Ela se relaciona com uma série de pautas públicas, que são de interesse da população, que são de interesse dos governos, que são de interesse dos movimentos sociais, então não é possível dissociar o funcionamento da sociologia da violência, da sociologia da punição desta discussão política, dessa discussão pública sobre diversos temas. Então, de fato há uma conexão forte, mas eu tento sempre pensar que o modo como nós formulamos questões de pesquisa, o modo como nós produzimos o conhecimento não pode estar submetido a demandas que são práticas. Quer dizer, eu entendo que a contribuição específica da sociologia passa justamente por essa possibilidade de formular questões de pesquisa que estejam tentando compreender e explicar realmente o funcionamento das instituições, das relações, etc. Mas é claro que, como eu disse para vocês, existe essa conexão muito forte da área com esses temas que são urgentes, que são importantes, que tem a ver com a formulação de políticas públicas. Então, eu entendo que a boa produção de conhecimentos sociológico possa ser, ainda que esse processo deva ser mediado, convertida em discussões mais qualificadas sobre esses temas. É muito difícil, inclusive, de formular, mas o modo como essas questões são discutidas na esfera pública, muitas vezes, passa por indignação moral: tem uma coisa que é política, mas tem também afetos que estão presentes nesses debates e que muitas vezes passam completamente distantes da produção de dados, da produção de informações. Então, se eu fosse dizer como eu entendo a maneira como a sociologia da violência e a sociologia da punição podem contribuir com o

modo como essas questões são conduzidas na esfera pública, pelos governos: eu entendo que é produzindo informações de qualidade, rigorosas, que sejam feitas de maneira metodologicamente precisas, e que isso possa qualificar o debate e, inclusive, orientar um pouco a forma como esses temas são conduzidos

1E: Nos últimos anos, temos percebido um desenvolvimento de tecnologias da informação e da comunicação que tem impactado diversas áreas da vida social, mas também nas áreas de pesquisa, em relação à métodos e técnicas de pesquisa. E há todo um potencial que se abre a partir dessas tecnologias, como, por exemplo, a inteligência artificial. Como que a Sociologia da Violência pode incorporar essas transformações? E como que essas mudanças estão impactando ou podem vir a impactar os métodos de pesquisa que os pesquisadores têm trabalhado ou vão trabalhar?

BG: Essa é uma das questões que eu entendo que eu não tenho tantas coisas interessantes a dizer, porque eu não trabalho com as novas tecnologias. Então eu falo muito como leiga, não sou uma especialista em nenhuma das técnicas de pesquisa que envolvem avanços ou desenvolvimentos tecnológicos mais finos. De qualquer maneira, a sociologia da violência – também a sociologia da punição e todas as áreas aí conectadas – é uma área que é muito impactada pela precariedade da qualidade de informações sobre este universo de práticas. Então, dependemos muito da produção de dados oficiais, se tratamos sobre segurança pública, sobre as prisões, sobre o sistema socioeducativo, sobre o judiciário, sobre a polícia militar... Dependemos da produção de dados feitas oficialmente, e esses dados são muito ruins, eles não são produzidos de maneira sistemática, muitas vezes nem são

produzidos, essas instituições não possuem a prática de ser transparentes, de ter uma rotina clara de transparência e de produção de dados. E isso dificulta muito o desenvolvimento do campo. Então, fazer pesquisa nessa área é um ato de, digamos assim, muita dedicação, porque é muito difícil: é difícil se você quer trabalhar com dados secundários, é difícil se você quer fazer pesquisa qualitativa, muitas vezes é impossível. Então, para todos os alunos que me procuram porque querem trabalhar com esse tema, essa geralmente é uma das primeiras coisas que eu digo: “olha, esse é um tema difícil de pesquisar”. A gente não tem acesso às instituições, a gente não tem acesso à informação, a gente não tem acesso a dado, então a gente faz porque a gente realmente acha que é uma área da vida social que precisa ser olhada, que precisa ser pesquisada, que precisa ser compreendida. Mas temos essa dificuldade. Essas novas tecnologias, as linguagens de programação, por exemplo, elas podem ajudar a contornar algumas dessas dificuldades, a encontrar formas novas de coletar dados, então, essa ideia de webscraping, de como você pode pegar um sistema que é meio caótico, porque você não tem informações tão claramente sistematizadas, e transformar isso em informação de pesquisa. Então, eu acho que tem um papel importante. Mas, ao mesmo tempo, a introdução dessas tecnologias fica prejudicada pelo fato de que nós não temos grandes bases de dados públicas às quais se possa aplicar, por exemplo, técnicas de inteligência artificial para fazer qualquer coisa que seja mais interessante. Então esse é o máximo que eu consigo falar sobre esse assunto, porque de fato é não é algo que eu tenha nenhum tipo de familiaridade maior.

Entrevista com Bruna Gisi

1E: Considerando o campo da sociologia da violência como uma agenda de pesquisa relativamente recente, como você enxerga e interpreta as transformações ocorridas nessa área historicamente, seja em relação às metodologias, temas

de pesquisa ou referências teóricas?

BG: Essa área específica, “sociologia da violência”, não é muito frequente nos países do norte global. Os temas que nós pesquisamos como parte dessa área, no Brasil, estão associados à sociologia da punição; ou, mais recentemente e muito fortemente, à criminologia. Mas a ideia de sociologia da violência é uma ideia que faz muito sentido e que foi muito desenvolvida no Brasil, e isso faz com que seja uma área que, de fato, tenha desenvolvido, ao longo de sua história, formas de interpretação dos fenômenos associados à violência que são muito originais. Isso é uma particularidade desse campo que eu acho muito interessante. Inclusive, a gente recebeu, no NEV, um pesquisador de fora do Brasil – que agora está trabalhando na Espanha – e ele comentou isso, ele falou assim: “é muito interessante ver esse desenvolvimento original de reflexões teóricas que vocês fazem”. Existe uma articulação interessante entre o que é específico ao Brasil – que é específico à história brasileira, à relação específica do Brasil com a violência – e conectar isso com outros processos, acho que isso é uma marca dessa área e que é muito interessante. E, claro, a minha trajetória também não é tão longa dentro da sociologia da violência, mas o que eu observo é que há uma internacionalização muito maior nos últimos períodos. Mas essa internacionalização acontece nesse contexto, você não abandona completamente aquelas interpretações que são importantes, que são centrais na área. Mas esse diálogo ele é sempre mediado por essas particularidades, algo que eu considero bem importante no campo.

Uma novidade que é bastante recente, e que eu percebo que é uma transformação que tem acontecido na sociologia de maneira geral, nas Ciências Sociais, na Universidade e no mundo, é o fortalecimento dos debates sobre gênero, raça, sexualidade... E aqui a discussão sobre raça e racismo, quer

dizer, olhar para a ausência da discussão sobre raça e racismo – não ausência completa, é claro, a gente tem trabalhos importantes, o Sérgio Adorno tem um trabalho muito significativo sobre isso, mas, querendo ou não, ainda era algo que permanecia relativamente pequeno dentro da discussão sobre punição, sobre prisão, sobre sistema de justiça, sobre Justiça Criminal. E hoje você começa a ver uma proliferação de discussões sobre isso e de muita qualidade. Então, você tem uma série de pesquisadores que estão tentando olhar para essa questão de maneira articulada com os debates sobre punição, articulado com os debates sobre violência. Então, essa é uma transformação recente que me parece importante.

Do ponto de vista metodológico, é aquilo que eu disse, eu vejo que tem uma dificuldade: a gente tem muitos trabalhos, de muita qualidade, qualitativos – há realmente uma tradição de trabalhos qualitativos no campo. Há também centros de pesquisa que têm desenvolvido trabalhos quantitativos interessantes. Mas, nessa área, temos essa dificuldade propriamente, pela quase ausência de dados confiáveis, de boa qualidade e públicos... Então, se fosse pensar nas principais transformações acho que seriam essas.

Entrevista com Bruna Gisi

1E: O que caracterizaria essa particularidade da Sociologia da Violência no Brasil?

BG: Existe, por exemplo, uma discussão – que, inclusive, está muito conectada à própria origem do NEV – que é essa discussão sobre violência e democracia, que é algo bastante interessante: se você pensar naquele momento em que o NEV estava surgindo – que foi justamente no fim da ditadura militar – então no contexto das grandes promessas da Democracia, inclusive, do ponto de vista do controle da violência, seja a violência de Estado, seja a violência interpessoal. Entendia-se

que havia um novo projeto de nação, que havia uma série de potencialidades, e que, no fim das contas, não se realiza. Na verdade ocorre o contrário, você tem um aumento da violência, a violência de estado ela permanece e se agrava em muitos aspectos – é um pouco difícil, porque tem também o modo como se publicava informações sobre violência de estado no período da ditadura militar... é claro que temos a questão também do modo como se percebia o problema. Mas, de fato, a violência de estado ela permanece e se agrava muito sentidos, a própria violência interpessoal, a criminalidade... Há também índices que indicam crescimento. E, então, você tem uma situação um pouco paradoxal, que contradiz aquilo que fazia parte das expectativas daqueles que defendiam essa dimensão mais progressista do que vinha com o regime democrático. Essa é uma discussão interessante que está muito conectada com a história brasileira. Você tem o desenvolvimento do conceito de “autoritarismo socialmente implantado”, do Paulo Sérgio Pinheiro – que está sendo retomado agora pelo Marcos Alvarez e o grupo de pesquisa dele –, e que tenta pensar que, na verdade, a ditadura militar não é, digamos assim, a origem deste modo violento de pensar o conflito, que seria um traço marcante do que poderíamos chamar, talvez, da cultura brasileira – mas acho que a ideia não é atribuir isso à cultura –, mas que é muito forte no Brasil, no modo como as relações sociais se mantêm no Brasil, no modo como se lida com os conflitos. Como a violência está o tempo todo sendo apresentada como recurso central para o modo como se lida com o conflito. Então, o que o Paulo Sérgio Pinheiro traz é que esse lugar da violência não vem com o regime ditatorial, não vem com a ditadura militar, mas é algo que faz parte do modo como as relações se organizam no Brasil, a forma como autoridade se estabelece no Brasil – que obviamente tem conexão com o passado escravocrata, com a escravidão, com o modo como essas dinâmicas hierárquicas foram se estabelecendo na história brasileira. E o que acontece no

regime ditatorial é talvez uma explicitação de algo, que se torna mais institucionalizado, de uma maneira mais aberta... Mas que isso [esse lugar da violência] não seria decorrente de um tipo de regime político em particular, mas que você teria algo mais estruturante, mesmo, das relações.

A Teresa Caldeira também vai desenvolver no “Cidade de Muros” – além de vários outros autores, o próprio Sérgio Adorno também tem interpretações interessantes – nesse sentido de olhar para de que maneira a violência estrutura as relações no Brasil e estrutura as instituições no Brasil. Essa interpretação de tentar pensar por que é tão forte, por que a violência é alguma coisa tão presente nas relações brasileiras. Eu entendo que esses debates, para citar somente alguns: você tem o trabalho do Michel Misse, no Rio de Janeiro, pensando a ideia de uma “acumulação social da violência”, também conectada a históricos muito particulares... Ele olha de maneira especial para o contexto carioca, mas ele está propondo uma interpretação bastante interessante e que é uma tentativa de dar conta analiticamente dessa relação particular que nós temos no país com a violência: taxas de homicídio altíssimas, taxas de encarceramento altíssimas, casos de execução pela polícia recorrentes... temos muitas manifestações, de diferentes ordens, que acenam para essa característica e para esse traço.

Bloco 3 – Docência

1E: Como foi o processo de tornar-se professora, o que isso significa para você?

BG: Eu comentei com vocês que eu acabei nem fazendo a licenciatura quando eu estava na graduação, isso pode dar entender que a docência não era algo que despertava meu interesse. Mas não é isso, é porque eu de fato estava muito certa de que eu queria seguir a carreira acadêmica. E, então, quando eu estava na pós-graduação, tentei fazer as monitorias, que eu considero uma forma, até certo ponto, limitada que nós temos de começar exercitar a experiência como docentes já na pós-graduação, mas que para mim foram bastante importantes. E eu tinha essa intuição, essa percepção – ainda que eu tivesse pouquíssima experiência como docente – de que essa era uma atividade que seria importante para mim, seria importante no meu trabalho e na minha experiência profissional.

Então eu tive essas pequenas experiências de monitoria. Nada muito sistemático, não tinha efetivamente assumido nenhum tipo de turma ou curso. Mas, depois que eu passei no concurso e comecei efetivamente a dar aula, isso se tornou algo bem importante do meu trabalho. É uma atividade que me dá muita satisfação. Eu gosto muito de dar aula, eu gosto muito do contato com os alunos. Digamos assim: é uma oportunidade de renovar o meu interesse pela disciplina, pela sociologia. É como se os alunos renovassem a minha relação de encantamento com a sociologia porque é como se eu pudesse acompanhar a experiência dos alunos na inicialização nesse campo, nessa descoberta da sociologia também. Então para mim é um respiro, é algo que realmente gosto muito e tem um

significado pessoal bastante importante. Muitas vezes o trabalho acadêmico tem um lado pesado, eu gosto muito de fazer pesquisa, também, não que não seja uma parte importante, é uma atividade que eu também gosto muito. Mas, para mim, há uma leveza em dar aula que é bastante importante. E, digamos assim, é uma preocupação: eu gosto de pensar sobre a formação dos alunos, eu gosto de pensar sobre o que o curso proporciona. Então eu tenho realmente uma atenção a isso, é algo que faz parte bastante da minha da minha trajetória.

1E: Na sua opinião, quais os principais desafios de ensinar ciências sociais atualmente? Como você busca aprimorar, em face desses desafios, sua prática docente e o que te dá mais satisfação na docência?

BG: Começando de trás para frente é isso: é o fato de que o interesse dos alunos, as questões que os alunos fazem... Eu sempre falo para as pessoas que estão começando a dar aula, ou que têm interesse, que esse é um dos espaços em que eu tenho mais aprendizado hoje. Se eu fosse pensar nas diferentes atividades que desenvolvo, dar aulas são momentos muitas vezes de pensar sobre questões, conceitos e autores como eu nunca tinha pensado antes. É essa satisfação de poder acompanhar o processo dos alunos de descoberta de uma certa área, de uma carreira, da pesquisa. Isso para mim é muito prazeroso. Mas tem também o que os alunos produzem em mim com os seus olhares, com as suas perspectivas, com as suas questões. E aí tem uma certa liberdade que eu vejo na graduação – e, principalmente, no início da graduação – que os alunos estão tentando entender o que é que você está propondo como conhecimento, e muitas vezes [os alunos] formulam as questões de uma maneira que realmente recoloca o modo como

se olha para aquele conceito, para aquela definição, para aquele autor, para aquele tema.

Os desafios acho que são vários. Inclusive, eu não tenho solução para muitos desses problemas. Eu estou também na coordenação de curso e a gente reflete muito sobre algumas das insatisfações dos alunos, e que eu acho que passam muito por esses desafios. O fato, por exemplo, de que nós temos um curso – e mesmo uma área – que demanda um tipo de formação que parece, às vezes, não caber mais no modo contemporâneo de vida, de existência. Então, essa ideia das aulas extensas, dos conteúdos extensos, dos textos extensos, de muita leitura... que são etapas necessárias, mas que, me parece, criar motivação para isso, criar um interesse nisso, desta maneira, é difícil. Eu não tenho uma saída, no sentido de pensar como que poderíamos, talvez, inovar o ensino de Ciências Sociais... no sentido de fazer com que ele tenha um sentido mais imediato para os alunos. Mas eu percebo que isso é uma dificuldade.

E tem também essas questões profissionais... O fato de que eu ainda acho que precisaríamos investir mais em refletir com os alunos – não se trata de alterar os cursos, as disciplinas do curso, para que elas sejam profissionalizantes, ou que elas capacitem só tecnicamente os alunos, acho que não se trata disso, acho importante o tipo de formação que a gente tem no curso de Ciências Sociais. Mas, que a gente tenha uma atenção maior a refletir com os alunos sobre caminhos profissionais. Tentar pensar de que maneira eles podem mobilizar esses conhecimentos para tentar se inserir profissionalmente. Eu entendo que essa é uma angústia dos alunos... Acho que tem realmente a sensação de um descolamento entre o que é a formação do curso e quais são as possibilidades de caminhos mais práticos mesmo, do que é que cada um vai escolher fazer. Esses são desafios importantes.

Tem um outro desafio que eu também acho importante, que não é exclusivo das Ciências Sociais, é algo comum aos cursos de humanidades: a não explicitação das habilidades que os alunos precisam desenvolver e precisam possuir para conseguir seguir com a formação no curso. Aqui eu estou pensando, por exemplo, no PLEA (Programa de Leitura e Escrita Acadêmicas), que é um projeto que eu participo já desde o princípio, e que tem como proposta tentar resolver um pouco isso: dar instrumentos para os alunos, instrumentos que eles não possuem a priori – não é algo que as pessoas já tenham desde sempre, já saibam como ler os textos acadêmicos, etc –, para facilitar as atividades que são necessárias para essa formação. Eu acho que esse é um desafio bastante importante e que pode prejudicar a formação dos alunos, pode atrapalhar a relação que eles têm com o curso. Temos um tipo de formação muito diferente da formação que os alunos geralmente têm antes de entrar na universidade, que eles têm no colégio, na escola, no Ensino Médio. E essa diferença, essa novidade toda, é pouco mediada pelo próprio curso. Então fica muito [difícil] para os alunos enfrentarem tudo isso... Eu acho que isso é um problema.

Agora falando um pouco sobre de que maneira eu tento enfrentar esses desafios... Eu tento, nas disciplinas, sempre explicitar aquilo que eu espero nas avaliações, tento dar os instrumentos que eu entendo que são necessários para que os alunos façam o que eu estou pedindo. No contato, na conversa mais particular com alguns alunos, com orientandos, eu também tento falar um pouco sobre o que são carreiras, essas escolhas, por mais que não seja meu papel direcionar nada, obviamente... é mais no sentido de entender que faz sentido falar sobre esses processos e discutir eles com os alunos.

1E: Ao considerar sua própria experiência como educadora, houve docentes que te marcaram positivamente e

cuja influência e inspiração a senhora sente até hoje?

BG: Como professores, é claro, tem muitos colegas e muitos pesquisadores que eu admiro muito e que me inspiram muito na minha atividade de pesquisa e atividade intelectual. Mas, do ponto de vista especificamente da docência, eu mencionaria esses professores da graduação, que tiveram uma marca muito importante na minha trajetória. Então, naquele momento em que eu estava realmente iniciando o meu caminho e iniciando o meu interesse pelo campo, o modo como eles lidaram com isso foi muito importante para me formar como professora também. Na USP, na pós-graduação, eu tive a oportunidade de fazer as monitorias, eu fiz monitoria em Sociologia I com o Marcos e Métodos II com a Fraya Frehse. Foram também duas experiências que me marcaram profundamente, então, observar o modo como eles conduziam as disciplinas, como eles conduziam as aulas, para mim, foi bastante importante na minha formação como docente. Eu acho que desse ponto de vista específico da docência, eu citaria principalmente esses professores.

Entrevista com Bruna Gisi

1E: Pensando ainda na sua experiência como educadora e pensando na influência de docentes sobre seus estudantes, a Iniciação Científica é uma etapa importante para a introdução dos estudantes à pesquisa. Como você enxerga a relação do orientador com o discente? Qual é o papel do orientador na formação dos estudantes sob sua orientação?

BG: É um pouco do que eu estava comentando antes. Eu entendo que a orientação em Iniciação Científica, ela é a mais importante. É o tipo de orientação mais importante que se tem na trajetória acadêmica de uma pessoa. Porque, de fato, é o momento em que você está formando as habilidades

necessárias para desenvolver atividades de pesquisa. E essa formação vai passar justamente pelo mais importante, que é o “como faz”: então, como que eu faço, na prática, na hora que eu estou realmente pensando em um projeto, na hora em que eu estou realmente pensando no roteiro, na hora em que eu estou realmente fazendo uma entrevista? Então, esse “como faz”, que é o mais importante na pesquisa, acontece quando o aluno se depara com isso por ele próprio. É claro que vocês têm experiências em métodos que, eu entendo, são valiosíssimas, mas são atividades em grupo. É um pouco diferente.

Eu sou uma grande defensora do trabalho coletivo. Eu tive essa experiência e, para mim, foi muito marcante. E eu acho que o trabalho de pesquisa coletivo é muito mais interessante, ele pode render muito. Mas eu sempre estimulo os meus alunos a desenvolverem projetos próprios, porque eu entendo que tem um desafio subjetivo aí que é muito importante – e que tem a ver com o trabalho acadêmico – que é esse lugar da autoria. Esse lugar de “sou eu que estou aqui propondo um tema, pensando numa abordagem teórica e resolvendo isso”. Então, tem algo de se apropriar desse lugar – de ser um pesquisador – e que passa por essas etapas... E que, muitas vezes, são difíceis para os alunos. Eles não se sentem preparados, ou não acham que conseguem ocupar esse lugar. Então, eu entendo que o papel do orientador é estimular, enfim, acompanhar e mostrar que é possível, que você consegue fazer isso, que você pode estar nesse lugar, ocupar esse lugar. Então, eu acho que é um papel muito importante. Porque, muitas vezes, a Iniciação Científica envolve um trabalho que é fazer alguma atividade mais simples, e esse próprio desenvolvimento de uma atividade de pesquisa já ensina a fazer pesquisa, já tem o seu papel... Mas eu entendo que tem esse outro lado, que é o lado de como que eu me posiciono diante da produção de conhecimento, então, o poder desenvolver um projeto, e ter ideias, e levar suas ideias a sério, e propor interpretações sobre os resultados da pesquisa....

1E: Até o momento, pudemos falar de pesquisa e ensino, mas, como bem se sabe, outro pilar importante da vida universitária é a extensão, algo que, para muitas pessoas, tem pouca visibilidade. Nesse sentido, como a Extensão Universitária esteve presente na sua trajetória e como você avalia, de forma geral, a importância de projetos extensionistas na universidade?

BG: Olha, infelizmente, esteve muito pouco presente na minha trajetória, tanto na graduação, quanto na pós-graduação, quanto agora como docente... Eu estou agora com um projeto de extensão, está sendo uma experiência interessante... Mas, de fato, eu compartilho desse diagnóstico: de fato, a extensão, ela é um braço que recebe muito menos atenção dos docentes do que talvez deveria. Eu entendo que, a extensão, ela tem um significado para os alunos bastante importante, que é justamente permitir se colocar aquilo que eu estava falando há pouco, sobre os desafios profissionais para os alunos de Ciências Sociais: os projetos de extensão, pensando no contato que eu tenho com alguns desses projetos, colocam os alunos muito mais a pensar sobre como o conhecimento das Ciências Sociais pode dialogar com questões mais práticas. Então, eu entendo que essa oportunidade que os projetos de extensão produzem geram resultados bastante interessantes. E eu vejo que são projetos que acabam tendo um protagonismo grande dos alunos, porque, de fato, é um interesse dos alunos, eles estão querendo olhar para fora da Universidade, tentar pensar os conhecimentos estritamente acadêmicos em contextos mais amplos, e dialogando com questões que não são estritamente teóricas ou acadêmicas. Mas, de fato, é isso... Infelizmente, eu sou uma pessoa que tem pouca experiência com projetos de extensão, ainda que eu entenda que tem uma função bem importante na formação dos alunos.

1E: Para encerrar essa sessão sobre docência: recentemente, aumentaram os estudos sobre o adoecimento mental nas universidades brasileiras, nos quais são temas recorrentes a precariedade das condições de trabalho e o produtivismo acadêmico, que afligem docentes, trabalhadores das universidades, graduandos e pós-graduandos. Você poderia compartilhar conosco sua experiência com essas problemáticas e como compreende os fatores que as causam? O que pensa que pode ser feito para lidar com elas, pensando na situação de discentes de graduação e pós-graduação?

BG: Realmente é algo muito preocupante e que não é, como vocês sabem, um processo exclusivo à Universidade, não é algo exclusivo à trajetória acadêmica... A gente está vivenciando um período de aumento muito grande dos casos de adoecimento mental, de maneira geral. A minha irmã, por exemplo, que trabalha em escola, no Instituto Federal, relata que, para alunos que estão no ensino médio, ela observa um crescimento muito grande no adoecimento mental. Parece que tem algo maior acontecendo... tem algumas interpretações sobre isso, mas a gente não tem certeza sobre quais são os fatores que mais contribuem para esse processo, que parece bastante geral. Mas é verdade que há uma infeliz afinidade entre o universo acadêmico e esses processos.

Uma mudança muito grande que eu percebo em relação a isso é que nós temos falado mais sobre adoecimento mental. Isso se tornou uma pauta de discussão e isso se tornou algo que as pessoas compartilham muito abertamente. Então, para os alunos de graduação e de pós-graduação, compartilhar isso, compartilhar essas experiências, compartilhar o seu sofrimento, suas questões, o modo como fazem seus tratamentos, se tornou algo muito mais comum. E isso tem um efeito muito positivo,

que é colocar a instituição a pensar sobre de que maneira ela tem um papel nesses processos, fazer com que a gente discuta coletivamente o que faz com que isso aconteça, tem um papel de dar visibilidade a esse problema. Mas, eu percebo que tem um risco, que é uma certa fixação nesse lugar de entender o adoecimento mental como uma condição muito forte, muito fixa do aluno, da pessoa, enfim, e que eu acho que tem efeitos muito ruins. Aí, infelizmente, eu entendo que a instituição tem um papel: o espaço acadêmico produz adoecimento mental. E esse adoecimento tem a ver com as dinâmicas que são próprias desse espaço, tem a ver com o modo como as relações se estruturam, tem a ver com o modo como se percebe a relação de cada um com o conhecimento, com a produção de conhecimento... Então há questões que, a gente poderia dizer, são quase estruturais do campo acadêmico, do modo como as relações são organizadas, que favorecem o adoecimento mental. Mas, do ponto de vista pessoal, da pessoa que está enfrentando esses processos – e eu já passei por isso, eu já tive processos de adoecimento mental vinculados ao trabalho, ao trabalho acadêmico – essa reflexão sobre o que é institucional, estrutural, etc., pode, justamente, ter um efeito ruim, um efeito de fixação, de que isso é uma condição inescapável, etc. Então, eu vejo que a gente tem muitos desafios com relação a isso. Eu entendo que é necessário discutir institucionalmente o modo como a gente se relaciona, o modo como a gente forma os alunos, as condições que os alunos têm para enfrentar suas trajetórias... Entendo que tudo isso precisa ser discutido e que está relacionado aos processos de adoecimento mental. Mas tem uma outra dinâmica acontecendo que também pode agravar esse cenário... De se identificar muito com esse lugar [do adoecimento mental], eu entendo que isso pode ser muito prejudicial.

O que eu entendo que é um caminho de enfrentamento, para além da ideia de condições materiais, porque é claro que tem uma dimensão da angústia, tem uma dimensão da dificuldade de enfrentar certos desafios, que tem a ver com como esses desafios se colocam, com as condições efetivas, concretas, materiais, que os alunos têm de conseguir um trabalho, de se entender na sua trajetória... Os alunos de pós-graduação, como é que eles vão se inserir posteriormente a pós-graduação. Então tem questões que são muito materiais, mas, do ponto de vista mais subjetivo – e que tem a ver com o modo como as pessoas se percebem no campo – a ideia da competitividade, da pressão, etc. Me parece que o trabalho coletivo é um caminho interessante. Entender a produção de conhecimento de maneira mais coletiva descentraliza um pouco esse foco nas capacidades, no desempenho – desempenho como alguma coisa que é pessoal, que tem a ver com o que eu consigo e com o que eu não consigo, com o que eu sou e com o que eu não sou... E que, muitas vezes, é o que acaba emergindo dentro do espaço acadêmico como parte desse sofrimento. E aí, claro, acho que a gente tem as próprias desigualdades que estão presentes no espaço acadêmico, e que tem a ver com as trajetórias dos alunos, também contribuem para esses processos subjetivos. Então, o sentir-se pertencente, o sentir-se capaz de desenvolver o trabalho, o sentir-se parte: tudo isso tem a ver, e a gente estuda isso, com o modo como as trajetórias são formadas. Então, quer dizer, aqui tem questões estruturais também que são bem importantes.

Bloco 4 – Ciências Sociais: Ontem, hoje e amanhã

1E: Professora, no começo da entrevista a senhora mencionou seu encanto com Bourdieu, que escreveu, em

conjunto com os seus colegas, uma obra que costumamos ter contato em disciplinas de métodos, O ofício do sociólogo. Agora, para a senhora: O que o campo da sociologia e o ser-socióloga significam para você?

BG: Difícil essa pergunta, porque quando vocês falam “o campo da sociologia” isso já me remete a uma dimensão institucional, o que tem a ver com relações, trajetórias, carreira... enfim, que não possuem um grande significado para mim. São desafios da carreira. Já a sociologia, enquanto conhecimento e disciplina, tem um grande sentido para mim. É o que vocês mencionaram, eu sempre volto para esse lugar de identificação pessoal com a área. Eu compartilho de uma atitude diante da sociologia, que é aquela manifesta em A ordem da interação de Erving Goffman. É a fala de posse da presidência da Associação Americana de Sociologia. É um artigo, não uma fala, porque ele faleceu antes de assumir a presidência. Eu não tenho uma relação com a sociologia que olhe para essa disciplina como solução para os problemas do mundo, tampouco entendo que os sociólogos saberiam melhor do que outros atores sociais como o mundo deve funcionar, ou que a sociologia possuiria um lugar de liderar como o mundo deve funcionar. Eu entendo, na verdade, que ela é uma área de conhecimento que oferece instrumentos muito valiosos e particulares de compreensão do mundo, da vida social. Trata-se de entender a sociologia como forma de conhecimento específica. E essa particularidade tem a ver justamente com a sociologia ser desenvolvida como uma forma especializada de conhecimento. São instrumentos para compreender o mundo, instrumentos importantes... Mas não entendo que a sociologia tenha esse lugar de solucionar os problemas do mundo, nada neste sentido.

1E: Na sessão anterior, quando discutimos a docência, a senhora já apontou alguns desafios do próprio sociólogo atualmente. Eu gostaria de perguntar quais os principais desafios que a senhora enfrentou no início da sua trajetória e/ou que enfrenta atualmente, para além daqueles já mencionados.

BG: Acho que há desafios de ordens distintas. De fato, o trabalho acadêmico é bastante exigente. Desenvolvemos atividades muito diversas. No meu caso, participo da Coordenação de Curso (CoC), temos a dimensão do trabalho, da docência, da orientação, da realização de pesquisas, da produção de resultados de pesquisas para daí circulá-los. É uma atividade com demandas muito diversas e que precisam ser administradas por nós. E isso não é sempre fácil. É difícil conciliar e administrar as demandas e prioridades; fazer tudo de maneira correta e séria, que é algo, para mim, muito importante; não negligenciar a docência, porque estou dedicada à pesquisa; nem negligenciar a pesquisa, porque estou dedicada à coordenação de curso... Então, esse é um desafio muito grande da carreira. Temos desafios específicos, também, relacionados a cada uma dessas áreas. Eu destacaria esse: lidar com o que é o trabalho, me parece sempre demandante.

1E: A senhora mencionou outras formas de se exercer a sociologia, para além da carreira acadêmica – a tradicional e já consolidada alternativa de carreira. Quais outras possibilidades a senhora vê para pessoas interessadas na área de Ciências Sociais?

BG: Eu não teria nenhuma resposta inovadora, com relação a isso... São as possibilidades que tentamos conversar com os alunos, que passam por atuações no setor público, em

organizações não-governamentais, ou naquilo que chamamos de Terceiro Setor, que sei que, muitas vezes, não é tão bem-visto... Mas entendo que são áreas de atuação profissional interessantes. Hoje há trabalhos novos e que tem a ver com a demanda dos próprios estudantes interessados em aprender linguagens de programação – porque há, de fato, interesse nessa combinação particular na formação em Ciências Sociais com essa capacidade técnica de lidar com linguagens de programação. Isso é uma área profissional nova e recente e que são os alunos que estão trazendo isso como demanda para o curso. De maneira geral, entendo que são essas possibilidades que temos de atuar como pesquisador, mas como pesquisador aplicado, olhando questões mais práticas. Por ter essa formação de refletir sobre desenhos de pesquisa e como se estrutura a produção de conhecimento, permite que o cientista social desempenhe isso bem.

1E: O que podemos fazer para tornar os espaços acadêmicos de Ciências Sociais mais inclusivos e combater formas de opressão (como misoginia, racismo, homotransfobia e capacitismo) nesses espaços?

BG: Entendo que, de novo, essa discussão e até os modos de transformar o espaço da universidade para que ele seja um espaço mais inclusivo, tem sido, na minha visão, em boa parte liderada pelos alunos. Eu entendo que é um processo muito interessante de se observar: como os alunos trazem uma série de demandas que são absolutamente legítimas e que têm colocado os professores, obviamente, a pensar e a reagir a essas demandas. Acho que tem a forma como se entende essa posição – daquele que fala, daquele que produz conhecimento – e como olhamos para esse lugar, o que é bastante importante porque, justamente, é um espaço que sempre foi muito pouco

inclusivo. Então, como tornar esse espaço mais aberto, mais diverso, sem necessariamente negar o campo? Acho que algo importante para nossa reflexão nas Ciências Sociais – uma área bastante acadêmica e relacionada à produção de conhecimento – é como pensamos sobre a tradição que forma a disciplina e que não podemos fazer de novo. Tem algo que é constitutivo do que é a Sociologia, do que é a Antropologia, do que é a Ciência Política... Mas [é importante] que possamos hoje refletir sobre – resgatando aquilo que eu estava falando anteriormente sobre a formação na Iniciação Científica – o que é esse lugar da pessoa que produz o conhecimento. Parece-me algo que os alunos também têm refletido e trazido muito: como pensar a inclusão de autores negros, por exemplo, algo que tem efeitos e é importante; como resgatar a trajetória das mulheres que participaram da formação das disciplinas... Entendo que estes debates são todos bastante importantes e que falam um pouco da especificidade das Ciências Sociais.

É claro que aqui temos outras questões, que são as próprias condições necessárias para estar na universidade. É evidente que temos algo que fala da produção de conhecimento, mas também precisamos pensar o que é necessário para estar nesse lugar do ponto de vista mais material. Como garantimos que essa participação se dê de maneira mais igualitária? Fico sempre pensando naquilo que mencionei, os instrumentos que oferecemos aos alunos para enfrentarem as dificuldades ao longo de suas trajetórias acadêmicas têm um papel bastante importante: é necessário pensar a respeito do que precisamos explicitar e do que precisamos oferecer, como professores, para que os alunos possam se sentir parte.

Quando eu estava ministrando Sociologia III, a discussão dos alunos sobre o trabalho final levantou esse ponto: como alunos com trajetórias de vida, trajetórias pessoais que não necessariamente favorecem o caminho para a universidade,

principalmente os alunos cotistas, por exemplo, enfrentam a dificuldade de se sentir pertencentes? Entendo que isso é muito decisivo e muito importante, porque, na verdade, pauta as escolhas e o universo de possibilidades aos quais os alunos têm acesso – o que me parece uma discussão ainda mais importante do que aquela do desempenho. Precisamos entender o que podemos oferecer aos alunos para que essa apropriação do espaço se efetive: estar neste lugar [do espaço universitário]; reivindicá-lo; entender que este lugar é para mim e que eu posso estar aqui.

1E: Também nessa linha, como você pensa o potencial das Ciências Sociais, de forma geral, e da sua própria atuação enquanto socióloga de contribuir com o avanço das pautas de justiça social e anti-opressão? Enquanto alunos sempre temos visto esse debate aparecer na universidade.

BG: Nós temos na Sociologia, na Antropologia, diversos autores que contribuem diretamente com essas discussões, que têm formulações teóricas a respeito disso e que estão ganhando muito espaço nas diferentes áreas. Acho que tem aí tem uma relação que é muito direta e que enfim são autores que de fato participam do modo, inclusive, como estamos refletindo sobre o espaço acadêmico, enfim... Acho que tem aí até uma função direta [das Ciências Sociais].

1E: A última questão se encaminha para algo um pouco aberto, justamente para deixar essa brecha e pensar mais para frente. Como você percebe as transformações no campo das Ciências Sociais nos últimos anos, quais expectativas você tem para o futuro do campo e, diante dessas transformações, o que você diria para jovens, seja no ensino médio ou ingressantes da graduação, que querem construir uma trajetória no campo das

Ciências Sociais?

BG: Pergunta difícil! Eu diria assim: acho que a grande transformação está relacionada com o que disse anteriormente, que é uma transformação no espaço acadêmico – uma transformação muito feliz no mundo. Estamos vivendo uma transformação muito intensa, muito recente e que me parece muito positiva. Temos todas as razões para olhar para as resistências a esse processo de maior diversificação dos espaços sociais, de maior inclusão, de debate sobre opressão, debate sobre desigualdade. Há muitas resistências horrorosas acontecendo. Vemos uma série de reações que são muito tristes, do modo como tem acontecido... Mas, na verdade, olhando para esses processos, penso que sempre observamos como um retrocesso certas posições políticas conservadoras se manifestando mas, pelo contrário, parece-me uma reação a um grande avanço que estamos vivenciando, que tem acontecido de maneira muito rápida, de uma maior institucionalização das conversas e debates sobre essas questões. Acho que, enquanto sociedade, estamos em um processo feliz de transformação geral. E isso tem impactado a universidade, os trabalhos, a produção de conhecimento e as Ciências Sociais também. Observamos, inclusive, uma mudança nas ênfases, nos temas, no modo como as áreas especializadas estão acontecendo e me parece, em geral, muito positivo ter maior espaço para muitos desses debates.

O que seria, para mim, uma ressalva é que nós estamos vivenciando, como já aconteceu na história das Ciências Sociais no mundo e no Brasil, um momento de grande politização dos temas, das questões, das pautas, do modo de produzir conhecimento. E essa politização, o fato de que estamos trazendo os debates públicos para dentro, pensando isso estruturalmente na produção de conhecimento, é muito importante e muito positiva. Mas, para mim, um aspecto que

precisa ser cuidado é que esse processo não abafe a dimensão da curiosidade que precisa estar envolvida na pesquisa. Sempre falo disso para os meus orientandos e alunos: quando nos dedicamos à pesquisa e à produção de conhecimento, precisamos estar num lugar de dúvida e de curiosidade, de quem quer conhecer melhor e que não sabe tudo que se tem para saber a respeito do que pesquisamos. A única questão que me parece que vem junto com esse processo de transformação, talvez seja parte dele, é essa ênfase na afirmação da posição. Isso é super importante! Mas não pode tomar todo o espaço desse outro posicionamento diante do mundo, que é o posicionamento da dúvida. E, sem a dúvida, não se tem pesquisa. Esse lugar de indagação, essa atitude de tentar entender algo que ainda não entendo, não podem ser negligenciados. Mas, de qualquer maneira, eu vejo o movimento geral com muitos bons olhos.

Agora, o que dizer para alunos do Ensino Médio e os que estão iniciando nas Ciências Sociais? O que dizer... É muito difícil (risos)! Sempre quando penso na formação em Ciências Sociais ou mesmo no trabalho, não consigo desvincular do trabalho de pesquisa, isto é, o trabalho de produção de conhecimento. Eu entendo que a apropriação desse lugar pela maior diversidade possível de pessoas é absolutamente importante para o desenvolvimento da própria Sociologia e das Ciências Sociais. Seria incrível se as pessoas continuassem mantendo esse interesse e a vontade de ocupar esse lugar de quem vai produzir conhecimento em Ciências Sociais, para que isso atinja as pessoas dos mais diferentes pontos da vida social e das mais diferentes posições possíveis.

Como citar

CORVISIER, Camila et al. Entrevista com Bruna Gisi. Entrevistadores: Camila Corvisier, Guilherme Olímpio-Fagundes, Henrique Assi Hernandez, João Pedro Gomes Balanco, Lucas de Paula Fonseca, Tales Mançano. *Primeiros Estudos: Revista de Graduação em Ciências Sociais*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 124-165, 2023. DOI: 10.11606/issn.2237-2423.v10i2pe00102301